

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA – INHIS

SÉRGIO PAULO MORAIS

**ENTRE O “DIREITO À MEMÓRIA” E O DIREITO À HISTÓRIA: POLÍTICA E
SUJEITOS SOCIAIS EM UMA PROPOSTA HISTORIOGRÁFICA**

(“PROCAD”, 2000-2006)

UBERLÂNDIA - MG

2023

SÉRGIO PAULO MORAIS

**ENTRE O “DIREITO À MEMÓRIA” E O DIREITO À HISTÓRIA: POLÍTICA E
SUJEITOS SOCIAIS EM UMA PROPOSTA HISTORIOGRÁFICA**

(“PROCAD”, 2000-2006)

Tese apresentada como requisito parcial para Promoção na Carreira do Magistério Superior da Classe Professor Titular da Carreira de Magistério Superior, conforme Resolução N° 03/2017, do Conselho Diretor da Universidade Federal de Uberlândia.

UBERLÂNDIA – MG

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

- M827e
2023
- Morais, Sérgio Paulo, 1972-
Entre o “direito à memória” e o direito à história [recurso eletrônico] : política e sujeitos sociais em uma proposta historiográfica (“PROCAD”, 2000-2006) / Sérgio Paulo Moraes. - 2023.
- Tese (Promoção para classe E - Professor Titular) - Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2023.8046>
Inclui bibliografia.
1. Educação. I. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. II. Título.

CDU: 930

SÉRGIO PAULO MORAIS

**ENTRE O “DIREITO À MEMÓRIA” E O DIREITO À HISTÓRIA: POLÍTICA E
SUJEITOS SOCIAIS EM UMA PROPOSTA HISTORIOGRÁFICA**

(“PROCAD”, 2000-2006)

Tese apresentada como requisito parcial para a
Promoção da Classe de Professor Associado
IV para Classe de Professor Titular da Carreira
de Magistério Superior, conforme Resolução
Nº 03/2017, do Conselho Diretor da
Universidade Federal de Uberlândia.

Uberlândia, 16 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adriano Luiz Duarte (UFSC) – Presidente.

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras (UFF).

Prof. Dr. Alexandre Fortes (UFRRJ).

À professora Déa Ribeiro Fenelon (*in memoriam*)
e à professora Yara Aun Houry.

“Nós jamais discutimos o fato de que, constantemente, o homem é o objeto para o homem, mas reciprocamente é necessário, para apreender o objeto enquanto tal, que haja um sujeito que se apreenda como sujeito.”

Sartre – O Existencialismo é um Humanismo

“A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na práxis humana e no compreender desta práxis.”

Karl Marx – Tese 8. Teses sobre Feuerbach

LISTA DE SIGLAS

ANPUH	Associação Nacional dos Professores Universitários de História
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEDIC	Centro de Documentação
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DPH	Departamento de Patrimônio Histórico
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PROCAD	Programa Nacional de Cooperação Acadêmica
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC/SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SMC	Secretaria Municipal de Cultura

RESUMO

Este estudo buscou analisar o desenvolvimento de uma prática historiográfica inspirada na primeira administração do Partido dos Trabalhadores na cidade de São Paulo, entre 1989 e 1992. Coube ao tema deste trabalho localizar algumas atividades realizadas pelo Departamento de Patrimônio Histórico, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura. Nesse se desenvolveu, entre outros, a ideia de “direito à memória”, visto como meio de produção de cidadania para a população periférica, para os movimentos sociais e para uma prática curricular desenvolvida em escolas municipais. Na visão deste, o direito à memória subsidiou a elaboração de um projeto de pesquisa e de cooperação acadêmica encaminhado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no ano 2000. Esse originou a pesquisa “Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias”, aqui analisada. Apesar de ter origem na práxis política, o projeto transcorreu em ambientes acadêmicos, entre 2001 e 2004, a partir de apropriações particulares de categorias, conceitos e processos originados na concretude da experiência administrativa. Esta análise contrapôs textos e artigos que tratam da ambiência política inicial às sínteses posteriormente realizadas pelo grupo que desenvolveu a proposta. Tentou-se abordar as resultantes dessa a partir da lógica histórica, isto é, por elaboração de sucessivas hipóteses contrapostas às fontes e às proposições teóricas concebidas pelo grupo. A partir dessa revisão, acompanhou-se diálogos feitos com autores marxistas, tais como E. P. Thompson e Raymond Williams, em oposição à ortodoxia economicista e ao leninismo. Além disso, verificou-se discussões sobre cultura e linguagem, nas quais foi possível, por um lado, aferir aproximações com as políticas de patrimônio histórico. Por outro, ao constatar o uso da cultura, como totalidade social, e da linguagem, como tessitura da vida, foram encontrados os fundamentos das análises historiográficas resultantes do projeto enviado à Capes. Ainda no campo das evidências, foram constatadas percepções sobre o indivíduo (pluralizado) e a relação desse com o coletivo, especialmente a partir de discussões metodológicas sobre história oral, as quais permitiram reflexões sobre o sujeito do conhecimento e objeto de estudo. Esta tese concluiu um deslocamento analítico entre o momento político iniciático e a realização historiográfica no meio acadêmico. Esse se caracterizou pela sobreposição da ideia de direito à história ao direito à memória, fruto da mudança de contexto institucional, das transformações nas diretrizes sobre políticas culturais, da superação da linguagem à noção de cidadania e da proposição de uma escrita amalgamada, preenchida com as concepções de todos(as) os(as) participantes vinculados(as) às pesquisas em tela. Ao mesmo tempo, se percebeu que o direito à história tendia a validar a proposta historiográfica de modo relacional à validação das políticas patrimonialistas pelo direito à memória.

Palavras-chave: direito à memória; escrita historiográfica; sujeito; cultura; materialismo histórico; história dos trabalhadores; história oral.

ABSTRACT

This study sought to analyze the development of a historiographical practice inspired by the first administration of the Partido dos Trabalhadores (Workers' Party) in the city of São Paulo, between 1989 and 1992. Among others, the idea of the “right to memory” was developed there, seen as a means of producing citizenship for the peripheral population, for social movements, and for a curricular practice set in municipal schools. In its view, the right to memory supported the development of a research and academic cooperation project sent to the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes) in 2000. This gave rise to the research “Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias”, analyzed here. Despite having its origins in political praxis, the project took place in academic environments, between 2001 and 2004, based on particular appropriations of categories, concepts, and processes originated in the concreteness of the administrative experience. This analysis contrasted texts and articles that deal with the initial political ambiance with the syntheses later carried out by the group that developed the proposal. An attempt was made to approach the results of this from the historical logic, that is, by elaborating successive hypotheses opposed to the sources and theoretical propositions conceived by the group. From this review, dialogues with Marxist authors, such as E. P. Thompson and Raymond Williams, were followed, in opposition to economicist orthodoxy and Leninism. In addition, there were discussions about culture and language, in which it was possible, on the one hand, to assess approximations with historical heritage policies. On the other hand, by verifying the use of culture, as a social totality, and language, as the fabric of life, the foundations of the historiographical analyses resulting from the project sent to Capes were found. Still, in the field of disclosures, perceptions about the individual (pluralized) and his relationship with the collective were found, especially from methodological discussions on oral history, which allowed reflections on the subject of knowledge and object of study. This thesis concluded an analytical displacement between the initiatory political moment and the historiographic realization in the academic environment. This was characterized by the overlapping of the idea of the right to history with the right to memory, the result of a change in the institutional context, transformations in the guidelines on cultural policies, the overcoming of language to the notion of citizenship, and the proposition of amalgamated writing, filled with the conceptions of all the participants linked to the surveys on screen. At the same time, it was noticed that the right to history tended to validate the historiographic proposal in a relational way to the validation of patrimonial policies for the right to memory.

Keywords: right to memory; historiographical writing; subject; culture; historical materialism; workers' history; oral history.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 PROJETO PROCAD: “O DIREITO À MEMÓRIA”	22
3 GRUPO PROCAD: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA.....	44
4 HISTÓRIA E FONTES ORAIS: LINGUAGENS E EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
MEMORIAL DE PESQUISA	111
ANEXO I – PROJETO PROCAD	113

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa procura compreender aspectos de uma proposta historiográfica que foi desenvolvida em alguns programas de pós-graduação de universidades brasileiras nos primeiros anos do século XX. Como importante característica dessa proposta, tem-se o fato de ela guardar alusões a uma prática política concreta, referente à administração municipal da cidade de São Paulo, durante o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores (PT), entre 1989 e 1992.

Neste estudo, tal proposição foi denominada de Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad). Porém, trata-se, aqui, da proposta intitulada: “Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias”, um projeto encaminhado para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no ano 2000, que, após ser aprovado, foi desenvolvido entre 2001 e 2004 (PROCAD, 2000). Esse momento demarca, por meio da realização do projeto, a referência temporal para as discussões que seguem.

A leitura dos fundamentos historiográficos foi iniciada pelo próprio projeto (Anexo I).¹ Posteriormente, esse foi analisado à luz de outras produções, a saber: duas coletâneas de textos² que registraram pesquisas, sínteses teóricas e escritas historiográficas publicadas nos anos 2004 e 2006.

No percurso desenvolvido entre a primeira e esta nova publicação colocaram-se questões a serem rediscutidas e aprofundadas, indagações a serem feitas, perspectivas a serem formuladas. Assim, na expectativa de um avanço coletivo e de desenvolvimento de nossa reflexão e de nossa prática formativa, optamos por destacar e propor [na publicação] alguns pontos emergentes e recorrentes em nossos encontros. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 17)

Além desses referenciais, foi de grande valia a análise de um livro publicado em 1989, intitulado “A pesquisa em história” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989). Este livro conta, no conjunto de sua autoria, com duas pesquisadoras que participaram efetivamente do Procad — as professoras Maria do Rosário da Cunha Peixoto e Yara Aun Khoury.³ Além disso, ele aborda algumas discussões conceituais e metodológicas que se encontram nas obras posteriores do grupo.

¹ O arquivo que está sendo utilizado é uma cópia não formatada do projeto e, portanto, nesse texto podem não estar inclusos todos os elementos presentes no documento original enviado à Capes em 2000.

² Trata-se dos livros: “Muitas Memórias, Outras Histórias”, de Felon *et al.* (2004), e “Outras Histórias: Memórias e Linguagens”, de Maciel, Almeida e Khoury (2006).

³ Apresentadas na contracapa do livro como “[...] professoras do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989).

Por representar dois momentos distintos, neste estudo, as referências ao Procad são nominadas de “projeto” e de “grupo”. A primeira diz respeito à proposta encaminhada e aprovada pela Capes, em 2000, e a segunda se caracteriza por textos teóricos, relatos de pesquisa ou sínteses posteriores.

A alusão ao grupo, assim como ao projeto, procura assinalar as características da proposta historiográfica, mas, evidentemente, não representam as opiniões e as perspectivas particulares de cada participante. Tenta-se, portanto, por meio desses textos, alcançar algumas ideias gerais da produção historiográfica e não o ponto de vista individual dos(as) pesquisadores(as), mesmo que a maior parte das citações e referências advenham das partes introdutórias dos livros e de textos da professora Yara Khoury (1992, 2004, 2006). Já que, parte significativa das sínteses e das reflexões teóricas localizam-se nessas fontes, principalmente naquelas que mapearam o uso de fontes orais.

Além dessas evidências bibliográficas relacionadas diretamente ao grupo, esta análise fez uso de artigos, capítulos e livros que tratam “indiretamente” do projeto e que traçaram panoramas sobre os elementos referenciais do Procad, isto é, abordaram os componentes políticos que sustentaram as posições críticas desenvolvidas pelo grupo. Dentre esses, encontram-se textos sobre a primeira administração do PT na cidade de São Paulo (DPH; SMC, 1992; SILVA, M., 1995; CHAUI, 2006; PAOLI, 1992a).

A partir das citações bibliográficas analisadas, tornou-se possível demarcar uma interligação concreta entre a proposta historiográfica e o exercício administrativo de políticas públicas culturais.⁴ Ou seja, há uma relação entre prática e teoria, demarcada pelo engajamento e atuação, que não se reduzem a aspectos teóricos ou epistemológicos, pois apresentam interligações afetivas e políticas. O que pode ter induzido à formação de uma comunidade epistêmica, atuante no território da memória social, no início dos anos 1990, e na produção de uma escrita histórica particular, nos anos 2000 (HAAS, 1992).

Esses possíveis laços comunitários não foram diretamente abordados neste estudo, devido, inicialmente, às propriedades “limitadas” das fontes apreciadas, que tratam de análises teóricas e debates sobre a formulação de evidências históricas a partir de uma dada bibliografia teórica (THOMPSON, 1981). Além disso, as hipóteses apresentadas abordaram, centralmente, os aspectos epistemológicos da produção do grupo, tendenciando o estudo para as questões técnicas e deixando em segundo plano os fatores propriamente conjunturais e

⁴ Ressalta-se, nesse ponto, a citação textual do projeto “Pátria Amada, Esquarteja” (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004).

processuais. Trata-se, portanto, de escolhas historiográficas embasadas pela seguinte orientação:

O conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não, por isso inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que informam essas perguntas), e, portanto, só “verdadeiro” dentro do campo definido. (THOMPSON, 1981, p. 49)

Esta pesquisa compreende a representatividade da proposta aqui abordada, a qual contribuiu efetivamente para a formação de muitos(as) pesquisadores(as) e professores(as) universitários(as).⁵ Crê-se que tal relevância, em si, justifique o desenvolvimento deste estudo, que foi elaborado a partir das seguintes indagações: a prática da pesquisa acadêmica, produtora de teses e dissertações, conseguiu manter os postulados iniciais do projeto no escopo acadêmico? O desenvolvimento de pesquisas registrou mudanças nas perspectivas sobre as “memórias” e a escrita da história?

O objetivo foi, então, o de compreender, por meio da análise bibliográfica, as disposições conceituais, teóricas, epistemológicas e, principalmente, políticas, que se sobressaíram no desenvolvimento do projeto. Tenta-se, com isso, perceber as utilizações de um dado “letramento” historiográfico ocorrido após a experiência concreta da administração pública ancorada na pesquisa histórica.

Além dos contrapontos realizados entre o projeto e os produtos advindos dele, buscou-se fazer a interlocução desses elementos com a base teórica e analítica indicada pelo grupo — tanto no projeto quanto em textos e sínteses posteriores. Trata-se de um referencial que se creditava “marxista” e “não leninista”⁶, inspirado em textos de E. P. Thompson e Raymond Williams (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006; FENELON *et al.*, 2004; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY, 2006). Esses autores estão mais presentes nas sínteses do que no projeto original, no qual se encontra apenas duas referências textuais a Williams e nenhuma a Thompson — que é apenas listado nas referências bibliográficas (PROCAD, 2000).

⁵ Espera-se constatar, de forma mais acentuada, a formação — quantitativa, mas, sobretudo, qualitativa — de “novos(a)” pesquisadores(as), por meio do desenvolvimento do estudo “História social e história oral: pesquisas sobre trabalho e trabalhadores no Triângulo Mineiro (2000-2020)”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), que se utiliza de pesquisas realizadas pela “Linha Trabalho e Movimentos Sociais”, da Universidade Federal de Uberlândia, acervadas no site: http://www.nupehicit.ufu.br/dissertacao_e_tese. Entre 2004 e 2012 foram registradas sete teses e setenta dissertações que direta ou indiretamente se referem às proposições advindas do Procad, sobretudo, em discussões sobre história oral. Intenciona-se que, as discussões “teóricas” aqui apresentadas contribuam para o desenvolvimento dessa outra investigação, iniciada por orientandos de iniciação científica.

⁶ Estaria nesse perfilamento uma opção tática com a formulação: partidária de massas, comum às identificações propostas ao PT. Porém, como sublinhado, esta pesquisa não tratou de atestar o vínculo entre a expressão “não leninista” e a origem partidária.

Em textos posteriores, esses intelectuais protagonizaram grande parte das discussões, dos fundamentos e das análises sobre a história e sobre a escrita historiográfica (FENELON *et al.*, 2004; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY, 2006). Portanto, este estudo utilizou algumas perspectivas desses marxistas, e de outros, na tentativa de compreender as escolhas teóricas feitas pelo grupo. A interlocução central com o materialismo histórico buscou cumprir a função de um “instrumento heurístico”, que foi utilizado para se obter as reflexões expostas neste texto (COSTA, 1977, p. 215).

Apesar dessa historiografia estar condicionada por laços políticos-administrativos, percebe-se diversas transformações em seus fundamentos teóricos e analíticos. Acredita-se que isso se deva às mudanças no tempo histórico, percorrido entre a apresentação e o desenvolvimento do projeto, e pela realização desse em um *lócus* institucional distinto do referencial político anterior, ou seja, o citado governo municipal da cidade de São Paulo.

Busca-se, então, compreender as leituras epistemológicas emanadas de textos do Procad em função das ações políticas realizadas nos anos 1990, a partir do que Ramos (2014), em referência à Roger Chartier (2002), compreende ser um regime de “apropriação”. Os usos e as conjecturas advindas dos elementos teóricos, tal como o apoderamento feito por leitores(as) de uma obra literária, dependeram “[...] de práticas e de condições socioculturais historicamente variáveis” (RAMOS, 2014, p. 13). Ou seja, a utilização de categorias e conceitos feitos pelo grupo Procad não se desalinham da concretude material e social do processo histórico.

Nas palavras de Chartier (2002):

[...] a apropriação, tal como a entendemos, tem por objetivo uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem. (CHARTIER, 2002, p. 26)

A observação das “apropriações” buscou em primeiro lugar compreender a proposta historiográfica dentro de seus próprios enunciados. Isto é, objetivou seguir as indicativas teóricas e conceituais a partir das referências que constam no projeto ou nas sínteses, a partir dos pontos de vista propostos pelo grupo. Tal metodologia tentou identificar as mudanças e permanências ocorridas na passagem do ambiente político-institucional para o meio acadêmico.

Os anos iniciais da década de 1990 representaram a oportunidade de colocar o saber historiográfico a serviço de um projeto político. Nesse momento, se destacou a proeminência

de um sujeito coletivo: os movimentos sociais. Naqueles anos, esses movimentos demarcaram um importante papel social nas lutas urbanas e contribuíram para a **redemocratização** do país. Sobretudo, por meio das pressões feitas em torno da **nova** carta constitucional de 1988.

Ao redor desses se constituíram políticas públicas diversas, entre elas, as “patrimonialistas”. A partir da criação de acervos, entrevistas com participantes, elaboração de registros, entre outros, os movimentos se tornaram importantes “parceiros” do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), no governo Luiza Erundina. Com forte presença na cena política, eles influenciaram amplas “renovações” em práticas acadêmicas, tanto nas ciências sociais quanto na história. Essa característica é registrada em 1989, no livro das professoras Maria do Pilar Vieira, Maria do Rosário Peixoto e Yara Khoury:

Traz[er] para a cena histórica agentes sociais antes relegados e valorizar-lhes o saber e a experiência de vida, respondendo a demandas de conhecimentos feitas por movimentos sociais de mulheres, de trabalhadores, de pobres e outros. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 11)

Esta pesquisa aferiu uma mudança heurística em torno das referências aos movimentos sociais. Durante a prática administrativa, esses foram compreendidos e tratados como sujeitos sociais, agentes das políticas públicas, e na apresentação do projeto, a atenção se volta para os registros, arquivos e acervos, produzidos sobre eles. Em sínteses posteriores, escritas ao término do Procad, os movimentos sociais aparecem como *leitmotiv* de um tempo marcado por práticas coletivas. Mas que, com efeito, se constituíram por personagens individuais, nas interações ocorridas durante a produção de entrevistas (KHOURY, 2004, 2006).

Além disso, por razão do desenvolvimento de pesquisas localizadas, o tema dos movimentos sociais foi suplantado por estudos sobre trabalhadores(as). Esses(as) se particularizavam, nas investigações, pela realização de atividades feitas para garantir a imediata sobrevivência, estando desvinculados(as) de relações de assalariamento e distantes da luta sindical. No entanto, também contavam com saberes e modos de vida que propiciavam reflexões sobre as resistências e os antagonismos ao modo de produção capitalista.

Nessa interinidade, a “cultura” tornou-se um elemento central para as concepções epistemológicas do grupo, ao localizar os(as) trabalhadores(as) e agentes populares no âmbito da luta de classes (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). Elaboração semelhante se encontrava no livro “A pesquisa em história”, publicado em 1989:

Nesse sentido a luta de classe é, ao mesmo tempo e na mesma medida, luta de interesses e valores. Cultura passa a ser apreendida como todo um modo de vida e

todo um modo de luta, não podendo ser pensada como reflexo ou eco de uma base material. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 7)

Assim sendo, a categoria passa a ser vista como uma parte completa de um “todo” sistêmico, elaborado a partir de considerações sobre a luta de classe. O aporte conceitual apresentado naquele momento pode ter servido para fundamentar os embates travados por meio de políticas públicas desenvolvidas pelo DPH. Como o livro de Vieira, Peixoto e Khoury (1989) trata sobre pesquisa em história, imagina-se que a história e a luta pela cidadania se encontravam em mesmo assoalho naquele instante. Revelando-se, por tal lógica, como integrantes da *práxis* histórica e não, somente, da prática analítica.

Por um prisma, isso se justifica pela intensidade dos conflitos ocorridos em torno daquelas políticas públicas (CHAUI, 2006). As vitórias conquistadas pelo DPH, de São Paulo, nos primeiros anos da década de 1990 parecem ter fortalecido a assunção da “história” como um fator de disputa política, tornando-se desde aquele período uma marca dessa “comunidade”.

Por outro ângulo, essa “ciência” se realizaria por meio de um complexo interpretativo sobre a totalidade social: a cultura (PROCAD, 2000; CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006; FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004). Junto à categoria cultura, em textos sínteses do Procad, escritos no início dos anos 2000, encontra-se discussões sobre os usos da linguagem. Às vezes, aproximadas das referências de Raymond Williams ou relacionadas às decifrações e interpretações de evidências (WILLIAMS, 1979; PROCAD, 2000; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY, 2006). Em outros momentos, ainda, se apresentavam como “instituintes do social” ou bases de “tessitura da vida” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 19). Mas, tal como a cultura, a linguagem estava presente em discussão anterior, feita por proponentes do Procad:

O pesquisador tem que estar atento ao modo com a linguagem foi produzida tentando responder *por que* as coisas estão representadas de uma determinada maneira, antes de se perguntar *o que* está representado. Isto porque a eficácia de um filme não está propriamente nas informações que passa, mas principalmente nas operações efetuadas por sua linguagem. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 23, grifo dos autores)

No livro “A pesquisa em História”, de Vieira, Peixoto e Khoury (1989), a utilização prevista para a análise das linguagens se concentra nas evidências literárias, nas fotografias e nos filmes. O projeto, por sua vez, restringiu os usos da linguagem apenas para as fontes de literatura (PROCAD, 2000). Nas elaborações posteriores, porém, a categoria passou a ser o elemento central para a abordagem das demais fontes históricas; principalmente, das

produzidas por meio de entrevistas (KHOURY, 2004, 2006). Ademais, a linguagem adquiriu outros status, tais como os supracitados constituintes da “tessitura do social” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006).

Na visão desta pesquisa, se trata de uma relevante característica a ser considerada. Pois, no desenvolvimento acadêmico do Procad, o uso das linguagens se distanciou das proposições do projeto e das indicativas postas no livro “A pesquisa em História” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989). Ao ser interligada à produção de fontes orais, as linguagens subsidiaram interpretações sobre as percepções dos(as) entrevistados(as), transpondo o território da ação para o da interpretação, emoção, ucrônia, singularidade, etc.

Portanto, percebe-se que, as apropriações da linguagem remetem a uma nova operacionalidade dos sujeitos, que assumem, no interior de pesquisas com fontes orais, uma posição discursiva sobre o entorno social. Além disso, foi possível notar uma valorização do indivíduo, frente ao sujeito coletivo organizado, pois as entrevistas abriam as dimensões para o diálogo focalizado entre pesquisador(a) e pesquisado(a).

Os parágrafos anteriores trataram de aspectos que substanciam a tese, ao se referirem ao contexto político-administrativo que colaborou com a produção acadêmica do Procad. Após a primeira administração do PT na cidade de São Paulo, algumas⁷ participantes vinculadas direta ou indiretamente ao DPH e à Secretaria Municipal de Cultura (SMC) permaneceram, retornaram ou assumiram cargos acadêmicos em universidades. A experiência da prática administrativa, formada em meio às disputas em torno da história e da cultura, forneceu um “tom” político⁸ aos referenciais historiográficos anteriormente produzidos (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989). Em meio a esse processo, como dito, intuiu-se a formação de uma comunidade sistêmica, atuante nas práticas culturais e patrimonialistas (HAAS, 1992).

No ambiente acadêmico, o trabalho realizado pelas pessoas, que antes estavam interligadas à atividade política, se desenvolveu de forma isolada, colocando em dormências atuações que poderiam sustentar a continuidade daquela (pretensa) comunidade. À vista disso, o edital do Capes possibilitou a reunião de pessoas que experienciaram — direta ou indiretamente — a prática política realizada nos anos 1990.

⁷ Professoras e pesquisadoras.

⁸ A percepção sobre as mudanças de “tom” (exploração, discurso religioso, nas revoltas, etc.) marca parte das reflexões feitas por Thompson no livro “A formação da Classes operária Inglesa”, na visão de Bryan Palmer (PALMER, 2014).

O Procad, quando apareceu, se configurou para nós, aqui no programa PUC-SP, como uma oportunidade de juntar várias coisas que estavam dispersas. Por acreditar nessa ideia do intercâmbio, na necessidade de sistematizar e intensificar esse diálogo, de discutir com várias pessoas que estão nas mesmas perspectivas, é que resolvemos encarar o desafio de constituir esse grupo, produzir este Projeto, que apesar do processo inicial um pouco atabalhado (final de semestre, princípio de férias, prazos apertados, a dificuldade de contratar as pessoas e estabelecer quem-faz-o-que e como fazer) possuía um eixo de discussão, que conseguimos explicitar na parte dos Pressupostos Metodológicos. Na verdade, a perspectiva era avançar na formulação das questões e das dúvidas e indagar em que pé estávamos naquele determinado momento, em que debate nos situávamos e em que direção gostaríamos de, reunidos, fazer avançar essa discussão. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 9)

A partir disso, buscou-se estímulo conceitual e teórico nas indicativas em torno do patrimônio cultural para a proposta historiográfica que se intentou desenvolver no meio acadêmico.

Assim, buscávamos retirar a História do campo da erudição neutra ou da mera especulação do passado e a colocávamos no campo da política, no melhor sentido da palavra. Em outro ponto do Projeto, buscávamos enfatizar o caráter ativo da memória na construção histórica, portanto, no estabelecimento de forças hegemônicas [...]. Em seguida, na mesma linha de argumentação, explicitávamos a compreensão de que “a memória histórica constitui uma das formas mais poderosas de dominação e legitimação”. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 6)

Nota-se, além disso, em textos do Procad, um discurso em torno da formação crítica, ativa e atuante dos(as) historiadores(as). Sendo assim, deduz-se que, essas prerrogativas também possuíram relações com a prática social antes decorrida. Sabe-se, entretanto, que essa ideia não surgiu durante a administração de Luiza Erundina. Ela é bem mais antiga e está arraigada à profissionalização dos(as) professores(as) de História, pelo menos, desde o fim da ditadura, fruto do golpe de 1964, no Brasil.

Em conferência proferida no XI Seminário Nacional da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), realizado em João Pessoa - PB, no ano de 1981, a professora Déa Ribeiro Fenelon (2000), que coordenou o DPH no primeiro governo do PT em São Paulo, registrou a primordialidade de o(a) professor(a) de História ter representação crítica e política no ambiente social.

Queremos um profissional de História no qual as pessoas possam se reconhecer e se identificar, porque para nós a História é uma experiência que deve ser também concretizada no cotidiano, porque é a partir dela que construiremos o hoje e o futuro. (FENELON, 2000, p. 35)

Na visão desta pesquisa, a característica que demarcou o discurso de formação ética-crítica do professorado, no momento posterior à experiência realizada durante o governo municipal paulistano, foi fortemente vinculada às discussões e disputas sobre a memória social. Aos moldes de uma reforma intelectual e moral das “classes subalternas” (GRAMSCI, 1999, 2002).⁹

No ambiente da governança municipal, dentre as categorias e conceitos particulares à área de patrimônio público, a noção de “direito à memória” se sobressaiu e foi considerada uma potente fonte de promoção de cidadania. Por tal circunstância, as políticas sociais realizadas na cidade de São Paulo, no início da década de 1990, se interligaram às práticas educacionais.

Deste modo, a formulação de acervos, registros de memória, transcrições de entrevistas, etc. — assim como pesquisas realizadas no ensino básico — foram acionadas no perímetro escolar pelo corpo docente atuante na rede municipal de ensino (PEIXOTO, 2015; SILVA, M., 1995). Esse movimento buscou garantir que memórias sociais contra-hegemônicas articulassem direitos sociais no tempo presente, favorecendo as posições políticas defendidas pelo DPH em torno das disputas pelo futuro.

A ideia de direito à memória encontra-se registrada no projeto¹⁰ e em algumas sínteses posteriores (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). Na perspectiva deste estudo, estes momentos apresentam uma forma de apropriação conceitual meramente retórica, pois durante a administração municipal, de fato, foram articuladas diversas ações pela SMC (DPH; SMC, 1992). Mas, não mais se encontraria, em 2004 e 2006, a possibilidade de uma efetiva recomposição social e histórica das políticas públicas, tais como as ocorridas em décadas anteriores.¹¹

O direito à memória, então, pontua um limite para a produção acadêmica, em si, frente às ações desenvolvidas como políticas de cidadania, ou seja, quando requeridas em processos *extramuros*. Portanto, nesse aspecto e considerando as evidências elencadas, certas apropriações conceituais tornaram-se substratos interpretativos para a formação de um determinado “letramento” acadêmico.

⁹ Gramsci não é citado nas referências do grupo, além disso, não se constata ações com essas indicativas. Trata-se aqui de uma cogitação ilustrativa feita por esta pesquisa para condicionar os usos em torno da ideia de “memória social”.

¹⁰ “Se vivemos em uma sociedade que exclui, domina oprime e oculta os conflitos e as diferenças sob a ideologia e o valor das identidades e da unidade do homogêneo e do único, então o **direito à memória** se torna uma reivindicação para fazer surgir a diversidade, a diferença, o múltiplo, as muitas memórias e as outras histórias” (PROCAD, 2000, p. 8, grifo do autor).

¹¹ Na última seção desta pesquisa, os limites dessa “apropriação” são postos frente às “novas” caracterizações de “direito” e de usos historiográficos do passado.

No entanto, tal afirmativa não possui nenhum carácter avaliativo, pois a notação dessas propriedades advém das questões e das respostas possibilitadas pelas fontes documentais. Além disso, crê-se que esses movimentos sejam determinados por fatores diversos, frutos de questões sociais e históricas; não dizendo respeito, evidentemente, a quaisquer escolhas volitivas do grupo.¹²

Torna-se importante demarcar que, a atuação de integrantes que compuseram o Procad, nas atividades do DPH, ocorreram a partir de cursos sobre o patrimônio histórico (PAOLI, 1992a; KHOURY, 1992).¹³ Assim, o contato com os movimentos sociais se estabeleceu de forma “indireta”, por meio de mediações acadêmicas, ou seja, pelas vias de aulas e palestras ministradas aos funcionários da SMC. Apesar de avaliações posteriores sustentarem ter ocorrido a prática de uma “história popular”, referenciada na “History Workshop”, organizada por Raphael Samuel (SCOTT-BROWN, 2017).

Nesta direção de relacionar o uso das entrevistas para trabalhos como a memória e inspirados nas atividades da *HISTORY WORKSHOP*, o Departamento do Patrimônio Histórico [DPH], da Secretaria Municipal de Cultura [SMC], de São Paulo, sob nossa direção, realizou, no período de 1989-1992, com a orientação da Professora Maria Célia Paoli, interessantes experiências de registro de depoimentos para retomar aspectos do Movimento do Sindicato dos trabalhadores do Cimento, Cal e Gesso, de Perus, dos trabalhadores aposentados do Sindicato de Trabalhadores da Fiação e Movimentos por moradia, da Zona Sul de São Paulo. Os resultados foram importantes para a informação e estudos do processo de Tombamento da área da antiga Fábrica de Cimento de Perus, para compor exposições realizadas nas Casas Históricas da cidade, sob a responsabilidade do DPH e, sobretudo, significou a possibilidade, que era afinal o objetivo maior dos projetos, de assessorar os movimentos sociais na organização e sistematização de seus acervos e arquivos, controlados por eles mesmos para a necessária preservação de sua Memória. (FENELON, 1993, p. 78-79, grifo da autora)

A administração municipal, como dito, “tonificou” a ênfase política e adicionou a pauta do direito à memória, que, quando experienciado, se cercava de movimentos sociais e se realizava a partir de embates com quadros sapientes em torno do que se considerava patrimônio histórico — arquitetos, burocratas, memorialistas consagrados, entre outros. Além disso, houve um enfrentamento de um manancial teórico e histórico conservador em torno da cultura (CHAUÍ, 2006). Nessas ambiências, a formulação sobre “Outras Memórias” e “Muitas Histórias” possuía, ao mesmo tempo, um sentido de *práxis* política e de contraposição heurística aos demais saberes que se colocavam em antagonismo ao DPH naquele período.

¹² Não sendo aprofundadas nas análises aqui postas, as motivações e razões de tais mudanças.

¹³ A exceção a esse prognóstico parece estar no projeto “Pátria Amada, Esquartejada”, que foi realizado diretamente com a população local (BRITES; PEREIRA, 2010).

A realização acadêmica do projeto, entre os anos 2001-2004, referenciou-se, na medida do possível, nos conceitos e nas categorias daqueles anos anteriores. Ao proporcionar tal diálogo, no entanto, a proposta descendente precisou lidar com a noção de “direito à memória” e com a operacionalidade da categoria “sujeitos sociais”. Porém, em um tempo transformado, no qual a vivência com os “novos personagens” já não seria mais recomposta aos “moldes” anteriores (SADER, 1995). O grupo necessitou, ainda, cumprir as exigências de uma agência de fomento (Capes) e as “etiquetas” da história universitária, que enfrentavam os riscos de dissolução de seus “saberes”, em meio à “derrota” do marxismo, as “condições pós-modernas” e o paradigma proposto pelo “giro-linguístico” — que adentrava até mesmo na História Social (TAYLOR, 1998).

Diversos fatores influenciaram os resultados obtidos pelo projeto, que apresentou particularidades frente às expectativas inicialmente propostas. Portanto, considerando o quadro de “temperatura e pressão” daquele momento, esta tese advoga que, na concretização do Procad, o direito à memória referenciou a ideia de **direito à história** — no sentido *historia rerum gestarum*. Em decorrência de tal transmutação, o sujeito coletivo, representativo das experiências e expectativas políticas anteriores, passou a ser representado e operacionalizado a partir da noção de sujeito pluralizado, para o qual a produção de um direito à história “catedrática” se voltou.

Qual, então, seria o significado de “direito à história” frente à noção de “direito à memória”? A partir do que se afere nas fontes do Procad, o direito à história não se configura apenas como um sucedâneo para o direito à memória, já que ele se refere ao campo analítico e ao repertório da história acadêmica. Enquanto o direito à memória foi desenvolvido em meio às políticas públicas vinculadas aos “sujeitos coletivos”, organizados em movimentos sociais, o direito à história buscou definir o papel crítico da escrita da história por meio de uma relação ética com “sujeitos” particulares. Ou seja, pessoas elencadas como participantes das pesquisas.

A aproximação entre os dois paradigmas — memória e história — decorre do preâmbulo do termo “direito”. Na origem política do Procad, a ideia de direito à memória conduziu a elaboração de políticas de cidadania e se vinculou à *práxis* realizada no período. A noção de direito à história, nas perspectivas apresentadas em sínteses do grupo, diz respeito ao engendramento de uma escrita amalgamada, acolhedora dos entendimentos de **todas** as pessoas envolvidas nas pesquisas (KHOURY, 2004, 2006). O caráter desse direito, portanto, relaciona-se à prerrogativa da “fala” contra a “censura” narrativa e pelo “[...] direito de se expressar na sociedade” (KHOURY, 2006, p. 137).

Sendo assim, este estudo buscou mostrar que esses atos partem de enunciações particulares, que se revelam na relação entre “sujeito” e “objeto”.¹⁴ Em tais dimensões, emanam a ênfase no “indivíduo” frente ao social e do “pluralizado” frente ao coletivo. A partir dessas, esta pesquisa elaborou discussões sobre os procedimentos metodológicos apresentados em sínteses do grupo, os quais permitiriam a observação de propriedades a acerca do “cotidiano” e do tempo “presente” (KHOURY, 2006).

A respeito desse último, encontra-se na introdução do primeiro livro:

Que significado tem de trabalhar o presente quando, tradicionalmente, se diz que o historiador não analise o presente e sim o passado? [...] Para muitas correntes, voltar-se para o presente significa tomá-lo como objeto de estudo e ainda, numa visão linear de tempo, considerá-lo mero desdobramento do passado no qual já estava, de certa maneira, inscrito. [...] Quando discutimos a questão, a nossa abordagem é diversa: seguramente é muito mais do que só falar de temas atuais. Propomos a construção de um olhar político, segundo o qual o tempo presente é uma dimensão que nos impulsiona, situamos a nossa investigação. E mais: orientamos para o futuro, já que a nossa perspectiva é a de transformar este presente e nossa inspiração é a vontade de buscar a utopia. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 11-12)

É possível observar que, o escopo político marcou a proposição de uma escrita histórica pelo Procad, que se preocupou com a “pluralidade” de vozes que pudesse conter ou “representar”. A produção historiográfica, como se sabe, não é um saber prescritivo, fato que a impede de transportar de imediato os diretivos históricos para o território das “memórias sociais”. Portanto, tem-se um resultado acadêmico em forma de texto, de linguagem, do que antes se desenvolveu como uma experiência política. Parte dos elementos críticos, das contribuições particulares, das contradições e dos achados dessa historiografia encontram-se na exposição que segue.

Considerando esta introdução, têm-se a seguir outros quatro capítulos. “Projeto Procad: ‘o direito à memória’”, discute as influências da experiência política, vivenciada durante o primeiro governo do PT, no município de São Paulo — em meio às ações em torno do patrimônio histórico e cultural da cidade. Em conjunto com essas discussões, o capítulo acompanha as formulações acerca do direito à memória, ressalta a presença dos movimentos sociais e apresenta a estratégia utilizada pelo grupo para realizar leituras sobre o tempo presente — a partir de um “olhar político” (SARLO, 1997). Trata-se, ainda nesse, da “totalidade” conceitual inscrita no termo “cultura” em textos do grupo e na bibliografia referente.

¹⁴ Exposição apresentada na quarta seção.

O capítulo seguinte lida com o atributo historiográfico da proposta e se intitula: “Grupo Procad: reflexões teórico-metodológicas sobre história e historiografia”. Nesse, encontra-se percepções sobre a transição de uma *práxis* política para a produção de um saber acadêmico. Esse repertório é analisado a partir do termo “experiência”, apropriado de matrizes marxista e — contraditoriamente — foucaultiana. Analisa-se, em decorrência disso, a constituição de um “sujeito social” perfilado a uma dada perspectiva de linguagem. Aliás, a epistemologia de Michel Foucault esteve presente em algumas análises apresentadas no livro “A pesquisa em História” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989). Porém, o nome e às referências ao filósofo não aparecem explicitamente nas demais sínteses produzidas pelo grupo. Nesse segundo momento, as opções metodológicas passam a se localizar, discursivamente, no território do “marxismo inglês”. Porém, traços do pós-estruturalismo na operacionalização dos sujeitos e nos usos das linguagens evidenciam certa herança “francesa” na produção do grupo.

No capítulo “História e Fontes Oraís: linguagens e experiências individuais”, o tema das fontes orais e da história oral são revisitados a partir das sínteses do grupo, mas não se busca, com isso, considerar a formação de uma modalidade particular de prática historiográfica. O caráter dialogal posto às análises das entrevistas proporcionou os debates sobre a relação entre “sujeito” e “objeto”, tema central para quaisquer teorias da ciência. Nas sínteses do grupo, essa relação decorre da busca por uma escrita amalgamada, na qual o conhecimento se faria em “mão dupla”, ou seja, a partir das equivalências entre pesquisadores(as) e pesquisados(as) (KHOURY, 2004, 2006).

Esse esforço tentava traduzir ou propiciar, na visão desta pesquisa, um **direito à história**, um atributo “crítico” da produção historiográfica almejada pelo grupo no interior de uma rotina eminentemente acadêmica. Junto a isso, coloca-se em discussão as possibilidades de ter se constituído uma perspectiva de sujeito **pluralizado**, por meio da aproximação conceitual entre o “indivíduo” e o “coletivo”. Outro elemento tratado na pesquisa e apresentado nesse capítulo diz respeito a multiplicidade das “histórias” propostas pelo Procad frente à perspectiva de uma história única, que se refere a realidade social e que é composta a partir de múltiplas determinações.

Nas considerações finais constam algumas reflexões a respeito das hipóteses apresentadas, algumas limitações do estudo e uma certa “prova dos nove”, que visam salientar de forma mais apropriada as significativas contribuições do grupo Procad.

2 PROJETO PROCAD: “O DIREITO À MEMÓRIA”

Este capítulo discute as conexões institucionais que orientaram os fundamentos políticos e epistemológicos do projeto Procad.¹⁵ A hipótese é a de que o planejamento original, historiográfico e de cooperação acadêmica, tenha se referenciado em ações política-institucionais ocorridas na cidade de São Paulo, durante a primeira administração do Partido dos Trabalhadores (PT).¹⁶

Na ocasião, algumas participantes “centrais” do projeto Procad compuseram a equipe de trabalho ou ministraram cursos para o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) de São Paulo¹⁷ (CHAUÍ, 2006).¹⁸ Época em que, por intermédio de políticas públicas, os debates em torno das memórias sociais foram compreendidos como possibilidades de atribuir às pessoas um direito social.

Uma política cultural que idolatre a memória enquanto memória ou que oculte as memórias sob uma única memória oficial está irremediavelmente comprometida com as formas presentes da dominação, verdades de um passado ignorado. Fadada à repetição e impedida de inovação tal política cultural é cúmplice do *status quo*. (CHAUÍ, 1992, p. 43)

Em razão dessa particularidade, levanta-se aqui um questionamento: como memórias dissidentes, em meio a políticas de governo, se expressariam em um “direito” social ao invés de se conformarem em memórias oficiais?

O Estado não pode colocar-se como centro de onde se define e se irradia a memória pois, ao fazê-lo, destrói a dinâmica e a diferenciação interna da memória social e política não pode ser produtor da memória nem o definidor do que pose e deve ser preservado. (CHAUÍ, 1992, p. 45)

A SMC defendia a seguinte opinião: o “[...] Estado deve comportar-se como *serviço público aos cidadãos*” (CHAUÍ, 1992, p. 43, grifo da autora). Sendo que, tais “serviços” deveriam compor “[...] um conjunto de programas realizados pelo Departamento de Patrimônio Histórico, envolvendo” (CHAUÍ, 2006, p. 93):

¹⁵ Os problemas sobre a prática histórica, aqui observados, dialogam mesmo que indiretamente com a noção de “local social” da escrita (CERTEAU, 1982).

¹⁶ Durante a administração da Prefeita Luiza Erundina.

¹⁷ Para informações a respeito das origens do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, ver também Canado Júnior (2021) e sobre formas de financiamento que favoreceram acervos e centros de documentação, ver Cruz (2016, p. 41).

¹⁸ No período em questão, estive sob a direção da professora Déa Ribeiro Fenelon.

Restauração, revitalização e dinamização de 11 Casas Históricas, restauro do Teatro Municipal, restauro de documentos em papel película (filmes, microfilmes, fotografias) do Arquivo de Negativos e aquisição de instrumentos adequados de trabalho para arquivistas e pesquisadores; reforma e restauro do Edifício Ramos de Azevedo (antiga Escola Politécnica da Universidade de São Paulo) para instalação da Casa da Memória Paulistana, para abrigar não só a totalidade do acervo de documentos do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), mas também o Sistema Municipal de Arquivos, instituído, em 1989, pela prefeita, contando com equipamentos técnicos, infraestrutura e espaços apropriados para guarda e conservação dos vários suportes dos documentos (papel, película, objetos) e salas para pesquisadores. Serviço Histórico Educativo para crianças com visitas monitoradas aos logradouros da cidade. Publicação do *Boletim do Patrimônio Histórico* e retomada da publicação da *Revista do Arquivo Histórico* [...]. (CHAUÍ, 2006, p. 93-94, grifo da autora)

Essas políticas foram projetadas em meio a contendas com setores que concebiam o patrimônio histórico como um elemento formativo de um povo e de uma nação; visões originadas à época da constituição do “Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, no ano de 1937 (CHAUÍ, 2006).

Nascida nos meandros e contradições do autoritarismo do Estado Novo, esta concepção de patrimônio histórico, mesclada de rebeldia modernista, acabou por cristalizar os elementos do nacionalismo autoritário com as intenções modernistas, na tentativa e com o objetivo de recuperar o passado para alcançar uma definição da identidade nacional. (FENELON, 1992, p. 29)

As ações não repercutiriam apenas na cidade de São Paulo, já que a formulação de políticas contra-hegemônicas colocava a administração paulistana em oposição ao poder Executivo Nacional, no período da presidência de Fernando Collor de Mello, ligado ao Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

As medidas implantadas no governo federal desde março de 1990, com a desmontagem de instituições importantes na área da cultura e do patrimônio histórico no plano federal, ainda não esgotaram seus efeitos. [...] Nos Planos federal, estadual e municipal práticas diferenciadas e orientações por vezes opostas indicam ainda que a memória constitui um campo privilegiado da política – e em torno dela se desenvolve surdamente um embate nem sempre explicitado. (CUNHA, 1992, p. 11)

Em contraposição às vias “neoliberais” da gestão federal, que imprimia cortes orçamentários à preservação do patrimônio histórico, buscava-se na cidade de São Paulo:

[...] politizar o tema, reconhecendo as condições históricas em que forjaram muitas das suas premissas – e articulando-as com as lutas pela qualidade de vida, pela preservação do meio ambiente, pelos direitos à pluralidade e sobretudo pelo direito à cidadania cultural. (FENELON, 1992, p. 31)

Tais ideias retornariam posteriormente no projeto elaborado pelo grupo:

A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido que definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que se pudesse estabelecer uma certa Memória para punhar uma História “certa”. (PROCAD, 2000, p. 7)

Durante àquela administração, o DPH realizou o Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania, onde ocorreu uma ampla divulgação da ideia de “direito à memória”. O conceito intitula a publicação de um livro de registro das palestras em que diversos especialistas discutiram sobre a preservação do patrimônio histórico e cultural (DPH; SMC, 1992). Nessa publicação encontra-se ainda os seguintes dados:

[N]a cidade de São Paulo de 11 a 16 de agosto de 1991 [...], com o apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), da ABRACOR (Associação Brasileira de Conservação e Restauração), do IAB (Instituto de Arquitetos do Brasil), da AAB (Associação dos Arquivistas do Brasil), do Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, do corpo técnico do IBPC e do CONDEPHAAT, e demais instituição que manifestaram o seu apoio, profissionais, estudantes, movimentos populares e interessados nas questões de preservação do patrimônio histórico e cultural provenientes de todo o país, além de convidados de outros países como a Itália, a França, Inglaterra, Espanha, Argentina, México e Cuba [...]. (DPH; SMC, 1992, p. 229)

Tem-se, além disso, um conjunto de princípios orientadores para a formulação de políticas patrimonialistas baseadas na conceitualização do direito à memória:

O Direito à Memória, afirmado ao longo dos debates deste Congresso, constitui uma dimensão fundamental de cidadania que não tem disso devidamente considerada nas diretrizes das políticas públicas voltadas para a preservação de patrimônio histórico e cultural. Como resultado, os critérios definidores daquilo que constitui este patrimônio têm levado a um distanciamento entre as instituições de preservação e os sujeitos sociais para os quais sua atividade deve estar dirigida. Assim, propõem que os princípios do *Direito à Memória* sejam incorporados às práticas desenvolvidas cotidianamente por estas instituições com relação às diferentes modalidades que compõe, os registros da memória social, em sua diversidade. (DPH; SMC, 1992, p. 229, grifo dos autores)

Da identificação das ossadas de desaparecidos políticos, encontradas em uma vala no cemitério de Perus, à reforma curricular dos cursos de “Primeiro e segundo grau”, o direito à memória expressava diferentes contextos e abrangia diversos interesses unidos no termo patrimônio cultural (DPH; SMC, 1992).

O Procad mantém a discussão a partir de reflexões sobre “as marcas” deixadas pela história:

A crítica à concepção de patrimônio como política instituída, remetendo-nos a um longo histórico de alisamento dos espaços e de suas múltiplas referências afetivas e culturais para grupos diversos. A questão do **direito à memória**, quando articulada ao patrimônio histórico no presente, recoloca as problemáticas das políticas públicas que extrapolam o âmbito do patrimônio em sentido estrito, abrangendo políticas em relação à criança, ao jovem, à educação, à saúde etc. E ainda, mais importante, é valorizar a memória que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas também nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em suas ruas, avenidas e monumentos, equipamentos, ou nos seus espaços de convivência e no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 15, grifo nosso)

Além de recompor, organizar e validar o patrimônio como um espaço de “direito”, a proposta do DPH relacionava as políticas de patrimônio histórico às práticas educativas.

Isto significa articular patrimônio histórico e educação em nome de entender e garantir diversas identidades sociais, com diferentes vozes definindo as historicidades vivenciadas e estudando os patrimônios ampliados para a condição de virtualidades assumidas pelos seres humanos rumo a novas invenções da realidade. [...] É necessário alargar a noção de patrimônio histórico para poder abranger outras instituições e movimentos sociais que também preservam poderes e identidades. É o caso de trabalhadores e moradores de Perus e participantes de movimentos por saúde pública em São Paulo, cujas narrações foram registradas por pesquisadores do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, entre 1990 e 1992. (SILVA, M., 1995, p. 54)

Essa perspectiva se conjugava com a intenção de levar os fundamentos sobre o direito social, advindos das políticas de patrimônio histórico, para as escolas públicas municipais paulistanas.

As iniciativas nesse campo já assumidas pelo ensino de 1º e 2º graus podem ser exemplificadas pelos esforços desenvolvidos na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo entre 1989 e 1992, quando se realizaram, em parcela da rede escolar, trabalhos de reflexão sobre temas geradores a partir dos quais elaboram-se projetos temáticos para as várias disciplinas de cada unidade escolar. [...] Isto significou discutir memórias da própria escola e do bairro onde se localiza, incluindo os trajetos de vida de seus moradores, coletados em entrevistas feitas por professores e alunos. [...] A equipe de história [professores da rede e assessores de universidade] propôs que esses materiais fossem preservados e tornados acessíveis a outras escolas e demais interessados através da criação de um banco de dados informatizado, com terminais nas diferentes unidades daquela rede de ensino e permitindo consultas a catálogos e outros referenciais de bibliotecas e demais entidades de pesquisa. Tal proposta não foi implantada, mas se mantém como indicação para a integração daqueles recursos de trabalho no ensino básico de diferentes disciplinas. (SILVA, M., 1995, p. 74-75)

Por intermédio de práticas educativas e da renovação das políticas públicas, o direito à memória representava a atribuição — ou restituição — de uma cidadania sociocultural para os sujeitos excluídos e dissidentes da cidade de São Paulo (SILVA, M., 1995; CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006; FENELON, 2004).

Nesta perspectiva, a condição de sujeitos do conhecimento deve ser juntar a de sujeitos da história. A questão da memória como uma dimensão fundamental da cidadania aparece aqui como um eixo fundamental da discussão capaz de associar nosso papel profissional com a dimensão política de nosso trabalho. (CUNHA, 1992, p. 11)

O debate sobre o direito à memória encontra-se literalmente registrado no projeto (PROCAD, 2000). Tal fato corrobora uma suposição desta pesquisa, isto é, a possibilidade de ter ocorrido uma correspondência entre o planejamento apresentado à Capes e as atividades ministradas pelo DPH.

Outro pressuposto que se constata é o de ter havido experiências progressas, por parte de proponentes do projeto, na organização de centros de memórias e documentação. Isso denota que, o conceito de direito à memória tenha sido “apropriado” posteriormente e de maneira distinta de sua concepção inicial.

Para tanto, leva-se em conta a perspectiva de que o conceito poderia ser moldado a partir de proposições historiográficas, isto é, construções teóricas perpassadas das políticas patrimonialistas para o campo historiográfico. Essas outras apropriações sugerem que o direito à memória suportaria ser desenvolvido e transformado por diferentes atores sociais, em diferentes contextos.

Trabalhando, há algum tempo, com movimentos populares, urbanos ou rurais, indagando sobre formas como constrói suas lutas e sua sobrevivência, temos nos deparado com um número muito grande de pequenos, ou grandes Centros de Memória ou Documentação, organizados por esses sujeitos, como valiosos instrumentos no seu fazer-se nas cidades, ou no campo, abrindo novos espaços de comunicação e de afirmação de sua presença na realidade social, os registros que produzem ou reúnem alimentam esses espaços de memória, testemunhando práticas sociais diversas e complexas, caminhos pelos quais esses moradores das cidades ou dos campos projetam, constroem e disputam lugares. Muitos desses centros nascem das necessidades dos próprios movimentos locais (sobretudo de bairros e paróquias) de resgatar sua memória, valorizando saberes de suas experiências, firmando-se na cena histórica. (PROCAD, 2000, p. 13)

O trecho faz referência a autogestão dos Centros Populares, o que em alguns casos pode ser, de fato, constatado (FENELON, 1993). Por exemplo, a Associação dos Trabalhadores Aposentados de Perus, localizada na Zona Oeste de São Paulo, em anos

subsequentes a 1989, formou “um centro de documentação” em conjunto com o DPH, que de acordo Paoli (1992a, p. 13), foi originado da motivação dos próprios sujeitos. Outros registros, no entanto, afirmam que os acervos “populares” estavam diretamente ligados ao Departamento, indicando um vínculo orgânico entre esses arquivos e as atividades da prefeitura (SILVA, M., 1995; CHAUI, 2006).

Uma das estratégias usadas para fortalecer politicamente a administração paulistana se encontrava na defesa e preservação do patrimônio cultural. “Esta luta [pelo patrimônio histórico como prática social e cultural de diversos e múltiplos agentes] se concretizava entre diferentes sujeitos históricos, assumindo formas diversas e resultando em diferentes memórias” (FENELON, 1992, p. 31).

O reconhecimento do direito ao passado está, portanto, ligado intrinsecamente ao significado presente da generalização da cidadania por uma sociedade que evitou até agora fazer emergir o conflito e a criatividade como critérios para a consciência de um passado comum. Reconhecimento que aceita os riscos da diversidade, da ambiguidade das lembranças e esquecimentos, e mesmo das deformações variadas das demandas unilaterais. (PAOLI, 1992b, p. 27)

Em textos do Procad também se encontram menções ao projeto “Pátria Amada, Esquartejada”, criado pelo DPH (FENELON *et al.*, 2004). O objetivo do projeto era apresentar e discutir, por meio de aulas públicas, a formação de memórias de grupos sociais que eram considerados “excluídos” (BRITES; PEREIRA, 2010).¹⁹

Partindo de referenciais de ações de outros sujeitos históricos, que não os privilegiados por certa historiografia instituída, tendo a mediação de textos e de pontos de vista que flagravam e denunciavam paisagens e situações vivenciadas por uma diversidade de agentes sociais, desvendávamos as várias caras da nossa história, que os responsáveis pelos poderes públicos não cessaram de apagá-las da memória da cidade através das mais variadas práticas. [...] Pátria Amada Esquartejada aborda aspectos das atividades realizadas na forma de Aulas Públicas, que abordaram diversos temas e foram construídas no diálogo com representantes dos diferentes segmentos sociais que constituiriam o tema central de cada uma das aulas públicas: meninos e meninas de rua, negros, migrantes, índios, idosos e trabalhadores. Suas atividades foram desenvolvidas em diferentes bairros da cidade paulistana[...]. Essas atividades evidenciaram exclusões, lutas pela conquista e reconhecimento digno no espaço social. Vários sujeitos da cidade se expressaram nas diversas aulas públicas e os depoimentos, que a princípio reproduziam valores dominantes, foram substituídos por declarações de quem reconhece as dificuldades vividas na cidade, as desigualdades, as tensões que marcam seu cotidiano. Uma diversidade de sujeitos sociais apresentou seus pontos de vista sobre a realidade vivida e os problemas enfrentados na vida da cidade; mas, também, afirmaram propostas e reafirmam sonhos de conquistas de outra condição de vida, revelando expectativas de viver numa cidade transformada. Diferentemente de apresentar um

¹⁹ Realizado como parte das atividades “500 anos: Caminhos da Memória, Trilhas do Futuro”, de abril a setembro de 1992. Além das aulas e exposições públicas, o projeto deu origem a um documentário e a um livro em forma de almanaque (SÃO PAULO, 1992).

discurso homogêneo e linear sobre a nação, Pátria Amada Esquartejada oferece uma série de oportunidades que permitem indagar sobre se existe uma nação brasileira, no singular; ou, considerando que há tantas diferenças, desigualdades e injustiças sociais, quantas nações somos nós? (BRITES; PEREIRA, 2010, p. 351-352)

O projeto “Pátria Amada” tinha como objetivo alcançar grupos sociais que normalmente não participavam de atividades acadêmicas ou escolares, sendo realizado em locais que permitiam ampla participação popular.

Pela primeira vez os meninos de rua, na Praça da Sé (centro de SP); os idosos, na Praça Miguel Dell’Erba (na Lapa); os migrantes, na Praça Floriano Peixoto em Santo Amaro; os sem-teto e sem-terra, no Pátio do Mercado Municipal em Guaianazes; as nações indígenas no Parque da Providência no bairro do Butantã; os negros, na Praça da Cultura em Itaquera e, os trabalhadores, na Praça Ramos de Azevedo no centro da cidade, discutiram a Nação brasileira. Tudo isso ao vivo gravado pela TV Anhembi e pelo DPH/SP. (SILVA, R., 2009, p. 15)

Para que as “validações” historiográficas, como a realizada pelo “Pátria Amada, Esquartejada”, fossem efetivadas, deveria se obter apoio popular e institucional para viabilizar recursos públicos, estrutura física, acesso e poder de intervenção nos currículos das escolas municipais. Essas ações não se limitaram a organizar e preservar as memórias de grupos sociais, mas também tinham a função de compartilhar essas com as pessoas que não vivenciaram os mesmos processos sociais.

É necessário alargar a noção de patrimônio histórico para abranger outras instituições e movimentos sociais que também preservam poderes e identidades. É o caso de trabalhadores e moradores de Perus e participantes de movimentos por saúde pública em São Paulo, cujas narrativas foram registradas por pesquisadores do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, entre 1990 e 1992. [...] Isto permite chegar ao entendimento de que o aqui-e-agora de alunos, professores e outros interessados – sala de aula, moradia, vias públicas, atividades de lazer e formação – participa da discussão sobre patrimônio histórico de forma ativa. (SILVA, M., 1995, p. 54)

O projeto “Pátria Amada, Esquartejada” se aproxima de alguns aspectos de conceituação propostas por Michael Pollak (1992), entre eles, o de “enquadramento de memórias” e de “identidades coletivas”. Em relação a este último, destaca-se:

Espero que esta rápida descrição da problemática da constituição e da constrição social da memória em diversos níveis mostre que há um preço a ser pago, em termos de investimento e de risco, na hora da mudança e da rearrumação da memória, e evidencie também a ligação desta com aquilo que a sociologia chama de identidades coletivas. Por identidades coletivas, estou aludindo a todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo - quer se trate de família ou de nação - o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência. (POLLAK, 1992, p. 206-207)

Depreende-se disso que, o desenvolvimento de práticas de tal envergadura em uma metrópole pode: 1) não apresentar o mesmo resultado em uma cidade de menor tamanho, pois, além das particularidades políticas, as condições locais e a disponibilidade de recursos podem ser de menor significância; 2) não se constituir enquanto um modelo “nacional” (a ser reproduzido em estados ou autarquia federal); e 3) ser aniquilado por administrações posteriores — gerando descontinuidades, dissoluções ou recomposições sobre a “memória” que se quer “oficializar”.

Há de se considerar, entretanto, duas dinâmicas que qualificaram mudanças na compreensão dos movimentos sociais, a partir de tais experiências. Na primeira, após o governo Erundina e com a vitória de Paulo Maluf, com o Partido Progressista (PP), advindo do conservadorismo situacionista no período o regime militar, iniciou-se um acentuado corte de gastos nos programas de redefinição de políticas culturais e de patrimônio histórico, [determinando] a diminuição de secretarias e de funcionários públicos. Assim, a política instituída superou potencial participação dos sujeitos sociais no campo institucional. A segunda dimensão dizia respeito a um quadro mais ampliado. Os anos iniciais da década de 1990 apresentaram uma ambiência menos positiva para as perspectivas concretas de mudanças advindas de “baixo”. (MORAIS, 2019, p. 9)

Dentre os vários aspectos elencados, a temática dos movimentos sociais, assim como a do direito à memória, na visão desta pesquisa, se manteve o elo entre a mediação institucional, realizada a partir dos equipamentos e de ações do poder político, e a elaboração do projeto (CHAUÍ, 2006). No que diz respeito ao direito à memória e a realização desse enquanto proposição de cidadania, tem-se:

Escovando a história a contrapelo, o Departamento do Patrimônio Histórico propôs uma política de patrimônio histórico-cultural antimuseu, antifolclore, antifemeridade, anticelebração, anti-simulacro, antiespoliação, antiguardião e anti-reificação da memória. Trabalhou com a multiplicidade e a diversidade das memórias, assegurando o direito à diferença; ao mesmo tempo, trabalhou com diferentes suportes da memória buscando unificá-los tematicamente. Afirmou, assim, a prática de um *serviço público* garantidor de direitos da cidadania e não definidor estatal da memória ou produtor de consenso sobre os semióforos. (CHAUÍ, 2006, p. 128, grifo da autora)

Com o intuito de,

[...] desestatizar a memória, ou seja, o direito à memória exige que os memorialistas não sejam espoliados de suas tradições e não sejam manipulados para produzir memória oficial triunfalista. Por esse motivo, o DPH [por meio de cursos, oficinas, cessão de instrumentos técnicos e espaços] socializou conhecimentos e ofereceu subsídios técnicos aos movimentos sociais e populares, no sentido de registro e

preservação de sua memória, suas tradições e suas referências culturais próprias, assegurando a autonomia dos memorialistas. (CHAUI, 2006, p. 125)

O desenvolvimento de práticas relacionadas à memória social, por parte do DPH, esteve diretamente ligado às ações dos movimentos sociais durante o período em que ocorreu a primeira administração municipal do PT na capital paulistana. Eder Sader (1995), em sua obra “Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980”, contribuiria para a discussão teórica sobre o direito à memória, acrescentando relatos sobre padrões instituintes de organização da sociedade civil.

Na perspectiva de Doimo (1995) tem-se:

[...] que, por volta dos anos 1982-1983, começa a ganhar forma [...] de inflexão cultural-autonomista – que, em crítica ao ângulo reducionista do modo precedente [estrutural-autonomista], saiu em busca de sentido dessas práticas no campo de sua própria “experiência”. Assim, partido da recusa de sujeito único – “O Movimento”, “O Partido” etc. -, da negação da premissa que estabelece por antecipação a homogeneização da classe (as famosas “condições materiais objetivas” da existência) e da descrença na eficácia de ideologias externas a própria ação, esta vertente traz à tona a “pluralidade de sujeitos” e uma “constelação de novos significados”, criados “a partir da própria experiência”. Mais uma vez, porém, é agora negligenciando-se o real peso dos aportes institucionais, a maioria proveniente de instituições não fundadas sobre conceitos políticos, estes movimentos foram saudados em sua espontaneidade, como “novos sujeitos políticos”, portadores de uma “nova identidade sociocultural”, com contornos de projetos político voltado para a “transformação social” e a “radical renovação” da vida política. (DOIMO, 1995, p. 47-48)

No contexto de seu “fazer-se”, os movimentos sociais se comportaram como atores políticos influentes no enfrentamento de diversas situações de exploração e de empobrecimento, de várias categorias de trabalhadores (DOIMO, 1995). Além disso, tem-se o fim da ditadura civil-militar em 1985, as greves metalúrgicas, em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, e a reconstituição de militâncias que, após a derrota da luta armada, se “deslocaram” para as comunidades eclesiais de base e para a prática da “educação popular” (SADER, 1995). Com semelhante intensidade, os movimentos sociais inspiraram reformulações teóricas particulares, não diretamente vinculadas às pautas de suas lutas.

Alexandre Fortes (2016) ao tratar das influências políticas dos movimentos sociais na cena acadêmica brasileira fez o seguinte registro:

[...] o final da década de 1970, foi marcado pelo fenômeno do ‘novo sindicalismo’, que se desdobrou posteriormente num protagonismo de lideranças gestadas nos movimentos de trabalhadores na política nacional. Essa política classista, contudo, coexistiu desde o início com a expansão de um leque diversificado de movimentos sociais. O debate acadêmico sobre o conceito de classe social na década seguinte

expressa em grande medida as particularidades desse ambiente político-social. (FORTES, 2016, p. 590)

Os movimentos sociais foram (e têm sido, talvez) frequentemente utilizados em pesquisas na área de história do trabalho no Brasil. A atuação desses se fez presente também, de forma “referencial”, em pesquisas na área de história da cultura e história social. Sidney Chalhoub (2015), por exemplo, atribui a produção de “Trabalho, lar e botequim” ao que considerava ser um tempo de “[...] turbilhão político contínuo”, marcado pelo “[...] ressurgimento dos movimentos sociais de massa pelo país, luta pela derrubada da ditadura militar, anistia, redemocratização, eleições para governador, campanha pelas Diretas Já” (CHALHOUB, 2015, p. v).

Nas palavras do próprio autor:

[...] era um momento histórico raro, desses em que a crença no futuro vira experiência coletiva. À história vivia pertença também a empreitada de produzir conhecimento histórico. Surgiam novos programas de pós-graduação, os debates teóricos alargavam-se, possibilidades de pesquisa e exploração de fontes inéditas apareciam a cada dia. [...] Pois tornava-se “legítimo” recuperar a experiência dos trabalhadores em geral, e não apenas a daqueles mais articulados, doutos de uma determinada forma de “consciência de classe”. [...] Na conjuntura dos anos 1980, “libertava” a atividade política da política tradicional, contida em partidos, sindicatos etc. — isto é, ajudava a fundamentar historicamente a ideia de que havia uma pluralidade de sujeitos políticos na sociedade, lutando a seu modo para atingir objetivos que lhes eram caros e assim governar a própria vida. (CHALHOUB, 2015, p. vi-vii)

De modo semelhante, Edgar Salvadori de Decca (2014) registrou a influência dos acontecimentos presentes na obra “Do cabaré ao lar”, de Margareth Rago, ambientada no Século XIX. Nessa pesquisa, para além das rotinas sindicais e partidárias, o “operariado” se localizava nas singularidades do urbano e nas dimensões peculiares da vida privada.

Encontravam-se, portanto, relações estritas entre a pesquisa acadêmica e forças sociais que concomitantemente se desenvolviam em meio a um processo de pressão popular a favor de reformas democráticas no país. No clima de tais movimentos, destacaram-se discussões sobre a vida urbana enquanto palco de diversos sujeitos que, em meio às relações de dominação — Chalhoub (2015), Rago (2014) — e exploração do trabalho em contextos de relações de escravidão — Lara (1988) e (1990) —, recompuseram sentidos e interpretações a respeito dos direitos sociais nos séculos XVIII, XIX e anos iniciais do século XX. (MORAIS, 2019, p. 4)

Em sua análise, Fortes (2016) observou que, os movimentos sociais, especialmente aqueles relacionados ao “mundo do trabalho”, influenciaram significativamente os caminhos de investigação de pesquisadores europeus.

Em primeiro lugar, os trabalhos dos autonomistas franceses e italianos. Cornelius Castoriadis (1985) destacou o aspecto político da luta ocorrida no interior das fábricas, na qual diversas estratégias são desenvolvidas pelos trabalhadores para impedir a plena extração da mais-valia. Outro líder do grupo “Socialismo ou Barbárie”, Claude Lefort (1983), tornou-se igualmente influente nos debates sobre a relação entre autonomia dos movimentos sociais e democracia. Félix Guattari (1981), importante elo entre experiências autonomistas na França e na Itália, além de expoente da filosofia pós-estruturalista em suas colaborações com Gilles Deleuze, tornou-se conhecido no período no Brasil por suas teses sobre a “revolução molecular” expressa nos novos movimentos sociais. Mas o principal centro das formulações teóricas sobre a “autonomia operária” era a Itália sacudida pelo *Autunno Caldo* de 1969. Na visão de Mário Tronti (1976), os acontecimentos italianos teriam expressado essa autonomia tanto em relação ao ciclo do capital (greves em período recessivo), quanto na relação entre operários e suas organizações históricas (confronto entre uma nova configuração de classe, formada por migrantes recentes contra sindicatos e partidos integrados aos sistemas institucionais do pós-guerra). Toni Negri (1980) partiu do conceito de “operário massa” de Tronti para formular a ideia de que, como a reprodução ampliada do capital disseminava-se no capitalismo contemporâneo para muito além da fábrica, outros segmentos protagonistas das novas lutas poderiam ser vistos como “operários sociais”. A descrição e contextualização do processo italiano de conexão entre movimentos sociais e novas formulações teóricas tornou-se mais conhecida no Brasil com a publicação de duas entrevistas com Massimo Canevacci realizadas pelo coletivo da revista *Desvios* (Mattos, 1985 e 1986). [...] Outros autores também deram contribuições decisivas para aguçar a sensibilidade dos pesquisadores brasileiros sobre a complexidade das lutas no chão de fábrica e as teias de poder que perpassam o processo de trabalho. Robert Linhart (1983 e 1986) tornou-se uma referência importante tanto pelo detalhado relato, perpassado por exercícios analíticos, de sua experiência como operário na empresa automobilística Citroën, quanto pela obra subsequente sobre os dilemas da relação entre leninismo e taylorismo no processo de industrialização da Rússia pós-revolucionária. A crítica política do processo de trabalho também se beneficiou do provocativo ensaio de Marglin (1980) que questionava “Para que servem os patrões?”. Outro trabalho, geralmente mal compreendido, foi *Adeus ao proletariado*, de André Gorz (1987), que analisava os potenciais das novas tecnologias produtivas e defendia uma nova utopia, na qual apenas os itens necessariamente padronizados fossem produzidos com poucas horas de trabalho de cada cidadão em unidades industriais, deixando-se o restante da vida material a cargo de um setor artesanal descentralizado. Mas é provável que a obra do período de repercussão mais duradoura tenha sido *Manufacturing consent*, na qual Michael Burawoy (1979) aplicou as formulações gramscianas sobre hegemonia às entranhas da produção fabril, além de oferecer perspectivas inovadoras sobre o papel da ludicidade na experiência operária. (FORTES, 2016, p. 591-592, grifo do autor)

Assim, durante os anos 1980, os “novos movimentos sociais” demarcaram uma transição figurativa entre as estruturas “[...] materialistas *versus* pós-materialistas, modo de produção *versus* forma de vida, ação racional intencional *versus* ação comunicativa, produção industrial *versus* doméstica e sociedade industrial *versus* sociedade pós-industrial” (DOIMO, 1995, p. 40).

Nesses paradigmas, as operacionalidades conceituais dos **sujeitos históricos** não se encontravam restritas ao aparato produtivo industrial. Mas, prioritariamente, se “encarnavam” em agentes que se contraditavam com os dogmas e as atitudes do Estado, a partir de “auto-

organização” e da instituição de novos repertórios de embate. Tais contendidas se localizavam por entre os diversos espaços físicos das cidades, por meio de passeatas, protestos, ocupações, entre outros.

Arrisca-se a encontrar as solicitações por uma memória social que venham baseadas em seu valor simbólico, mesmo que sejam locais, pequenas, quase familiares. Não teme restaurar e preservar o patrimônio edificado sem pretender conservar o “antigo” ou fixar o “moderno”. Orienta-se pela produção de uma cultura que não repudie sua própria historicidade, mas que possa dar-se conta dela pela participação nos valores simbólicos da cidade como o sentimento de ‘fazer parte’ de sua feitura múltipla. [...] Por isto, inventa novos meios de operar e de se produzir como espaço público, onde possam estar inscritas todas as significações de que é feita uma cidade. (PAOLI, 1992b, p. 28)

Porém, assinala-se que o “lugar de ação” enquanto campo da experiência política “popular”, se encontra politicamente remexido desde o fim dos anos 1980 (NICOLAZZI, 2004). Tais circunstâncias foram acompanhadas *pari passu* pela própria tendência que assinalou a ascensão dos movimentos sociais no Brasil. O livro de Eder Sader (1995, p. 313), por exemplo, reconhece a existência da “[...] promessa de uma radical renovação da vida política” produzida pelos movimentos sociais, que:

[...] expressaram tendências profundas na sociedade que assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas da vida social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política. Apontaram no sentido de uma política constituída a partir das questões da vida cotidiana. Apontaram para uma nova concepção da política, a partir da intervenção direta dos interessados. Colocaram a reivindicação da democracia referida às esferas da vida social, em que a população trabalhadora está diretamente implicada: nas fábricas, nos sindicatos, nos serviços públicos e nas administrações dos bairros. (SADER, 1995, p. 313)

Por outro lado, manifesta-se que, ainda na transição para a democracia tenha ocorrido a cooptação dessa força de enfrentamento pela política institucionalizada, como pontua Mendes (2017):

[...] os novos movimentos sociais não tiveram [...] êxito em se constituir como uma força política apta a disputar as institucionalidades. Esse papel acabou sendo exercido pelo MDB [Movimento Democrático Brasileiro] que, a partir de sua atuação parlamentar contra a ditadura, apareceu como representante indireto das insatisfações e aspirações populares difusas. Ele acabaria por reelaborá-las, sempre através de suas expressões particulares, como pressupostos de uma vontade geral de democracia e justiça social. (MENDES, 2017, p. 96)

Nas palavras de Eder Sader (1995, p. 314), “[...] a partir de 1982, com o estabelecimento dos primeiros governos estaduais do PMDB (Partido do Movimento

Democrático Brasileiro)”, passa a ocorrer a incorporação de movimentos aos aparelhos de Estado. Em anos consecutivos, os movimentos sociais brasileiros, de fato, demonstraram dificuldades de permanência nos embates de longo prazo e sofreram significativas perdas de quadros políticos (DOIMO, 1995). Como saldo, diversos desses passaram a ser “organizados” por de trás — ou por dentro — das instituições políticas do próprio Estado que combatia.

Nota-se, entretanto, que, no projeto enviado à Capes, a referência aos movimentos sociais não se ligava de forma direta com a concretude das lutas que os constituíam. Diferentemente disso, a inserção dos movimentos na formulação da proposta ocorreu a partir da referência à “cultura material”, ou seja, aos documentos, acervos e atividades realizadas por um Centro de Documentação (CEDIC) ligado à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (CHAUÍ, 2006).

Na PUC-SP, além da biblioteca e do apoio dos diversos serviços da pós-graduação e da própria infraestrutura do Programa de História, destaca-se a O CEDIC - Centro de Documentação, criado em 5 de setembro de 1980, articula-se à proposta de apoio ao ensino e de ampliação do espaço da pesquisa na PUC-SP e que é coordenado pela Prof^a Dr^a Yara Khoury, integrante da equipe líder. Reunindo documentos textuais, orais e iconográficos gerados por movimentos e organizações, por projetos de pesquisa, ou pelas próprias atividades acadêmicas e administrativas da PUC, o Centro possui hoje um rico acervo em torno de temas como cultura, meio rural, cidades, trabalho e movimentos sociais, constituindo-se também num espaço de memória de várias tendências e expressões. (PROCAD, 2000, p. 22-23)

A Coordenação do CEDIC participou de um curso promovido pelo DPH destinado aos gestores culturais, memorialistas e profissionais da SMC, no ano de 1992 (KHOURY, 1992; PAOLI, 1992a). Além disso, os acervos desse Centro de Documentação se assemelhavam — em tema e em conteúdo — aos dos projetos desenvolvidos pela administração pública de São Paulo.²⁰

Tal acervo é formado por *13 fundos de arquivo*, correspondendo a aproximadamente 600.000 documentos, originados pela PUC-SP, e por movimentos operários, rurais, estudantis, de direitos humanos e de educação, tais como: Fundo Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego (APSD); Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR); Fundo Juventude Agrária católica do Brasil (JACB); Fundo Juventude Universitária Católica do Brasil (JUCB); Fundo Movimento de Educação de Base (MEB). [...] Conta também com *66 coleções*, totalizando 100.000 documentos, em torno de temas como grupos

²⁰ Há indícios que os centros de documentação de universidade acolheram as coleções e acervos vinculados aos movimentos sociais após a finalização do primeiro governo do PT na cidade de São Paulo. Sobre isso: “Torna-se mister indicar que, com a inflexão e a rearticulação dos movimentos sociais, a maioria desses Centros foi desativada, e seus acervos foram transferidos para outras instituições, principalmente para os Centros Universitários, e ainda hoje aguardam maior difusão e visibilidade pública” (CRUZ, 2016, p. 45).

sociais e suas expressões culturais (índios, negros, migrantes, mulheres), vida urbana, luta pela terra e direitos humanos. Entre elas, estão: Coleção Adoniram Barbosa, Coleção Fotografias da JUCB, Coleção Habitação Popular, Coleção Hospital do Juquery (depoimentos orais), Coleção Movimentos Comunitários, Coleção Movimentos Estudantis, Coleção Movimentos em Defesa do Meio Ambiente, Coleção Poesias e Festas Populares. (PROCAD, 2000, p. 23, grifo do autor).²¹

Torna-se importante destacar a diferença entre o “objeto” de pesquisa “movimentos sociais”, que é abordado no processo de ocorrência concreta do fenômeno, e a utilização desse tema enquanto conteúdo de um acervo arquivístico. É evidente que há uma mudança nos fundamentos epistemológicos e nos modos de apropriação em relação a esse tema. O interesse pelos “movimentos” aparece na discussão teórica como uma prática política relacionada às atividades patrimonialistas na gestão de Luiza Erundina em São Paulo) e não como agência de sujeitos unidos (e partícipes) de experiências sociais próprias (CHAUÍ, 2006; PAOLI, 1992a; KHOURY, 1992).

Desse modo, o tema transita para formação e consulta de acervos documentais, transpondo o debate para o quadrante de registros ou evidências históricas. Assim, as lutas acentuadas pelas trajetórias de migração, por formas precárias de moradia, por transporte e trabalho, que constituem os “movimentos”, são adequadas ao debate documental, sobre arquivos e acervos.

Na utilização do tema dos movimentos sociais, enquanto apresentação de acervo arquivístico, é interessante notar que, anos depois, no segundo livro do grupo Procad, não há menções sobre a utilização de tais documentos (MACIEL; ALMEIDA; KHOURY, 2006). Isso pode indicar uma profunda modificação entre as perspectivas iniciais e os resultados obtidos no desenvolvimento das pesquisas.

[...] o estudo da experiência dos movimentos sociais como o dos trabalhadores sem-terra, de movimentos de migrantes nas cidades, de trabalhadores boias-frias e sazonais, possibilitou-nos propor uma compreensão na qual campo e cidade aparecem articulados e conectados por um mesmo tempo histórico. Assim foi pela mão desses movimentos e sujeitos que garantem sua sobrevivência, ora no rural, ora no urbano, que passamos a encontrar heranças e tradições rurais que se reinventam e passam a constituir a cidade, assim como instituições, hábitos, costumes e tradições que, engendram na cidade, penetram as vivências urbanas e rurais. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 14-15)

²¹ Nota-se ainda que, o período de profissionalização do Centro de Documentação da PUC coincide com o término da primeira gestão do PT na prefeitura de São Paulo. “A realização dessas metas gestou-se num longo processo de maior explicitação das políticas de pesquisa e de serviços da Universidade, que resultou nas condições imprescindíveis a um trabalho profissional de qualidade. Entre 1991 e 1995, constituiu uma equipe profissional especializada. Entre 1997 e 1999, conquistou espaço adequado e adquiriu equipamentos para o tratamento, conservação, reprodução e consulta do acervo” (PROCAD, 2000, p. 23).

Retornando às origens política-administrativas do Procad, verifica-se que o projeto inicial apresenta uma opção temática pelas cidades, palco de diversas disputas por trabalho, moradia, transporte, educação, etc.

Em nossa prática ao longo destes últimos anos, trabalhando com a temática da CIDADE, tentamos sempre orientar as investigações, seja das pesquisas individuais dos professores, seja dos alunos compreendendo a constituição de espaços e territórios urbanos como expressão das ações e relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise acabam por definir a paisagem urbana, a imagem da cidade, a cultura urbana, enfim. [...] Enfatizamos pois, mais uma vez, com Ramoenda (1994) a ideia de que a cidade é uma construção dos homens e, portanto, nunca pode ser apenas estritamente racional. Ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro. A mudança é a característica das cidades, mas estas mudanças têm história, personagens e uma trama de desejos individuais e de projetos. (PROCAD, 2000, p. 10-11)

No livro “Cidades: pesquisa em História”, Dea Felon (2000) aponta algumas abordagens teóricas e metodológicas que participantes do Procad se disponibilizaram a elaborar em trabalhos posteriores:

Partindo de várias destas reflexões, buscamos propor investigações sobre as questões da cidade e da cultura urbana. Se compreendermos a cidade como o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo histórico com características marcantes, queremos lidar com estas problemáticas como a história de constantes diálogos entre os vários segmentos sociais, para fazer surgir das múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto o cotidiano, a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças. Com isto, reafirmamos a ideia de que a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença, e por isto representa e constitui muito mais do que simples espaço de manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade. (FENELON, 2000, p. 7)

À medida que o Procad expandia seus interesses para o espaço urbano e a vida nas cidades, pesquisas ligadas ao grupo passaram a incorporar novos recursos conceituais e analíticos provenientes de outras áreas das ciências humanas.

A noção de território, que incorporamos com os trabalhos de Raquel Rolnik e [Antônio Augusto] Arantes, enriqueceu nossas leituras da espacialidade, articulando modos de trabalhar, viver, morar, cozinhar, cantar e sua inscrição na materialidade das cidades e dos campos. Passamos, enfim, a pensar as práticas culturais e os modos culturais de viver como conformadores de territórios, e os movimentos de territorialização e desterritorialização como aqueles que inscrevem a luta de classes na espacialidade. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 15)

No final dos anos 1980, a SMC estava preocupada com as ideias educacionais relacionadas à cidade e ao patrimônio histórico urbano. Isso demonstra que o tema também estava ligado às atividades e projetos do DPH:

A questão do tombamento ‘por mancha’ do bairro do Bexiga abre para o Brasil uma outra forma de pensar a preservação, uma outra forma de realizar inventários, a possibilidade de reinvenção da chamada ampliação do entendimento sobre fontes históricas para além dos muros acadêmicos. Uma efetiva discussão da imagem e da história oral como formas de produção de documentação histórica, a tão falada “inter-multi-transdisciplinariedade” propondo formas de intervenção da/na vida cotidiana dos cidadãos da cidade. Esta ação foi tão emblemática que mudou radicalmente a imagem do Bexiga um bairro antes visto apenas como o lugar dos imigrantes italianos em São Paulo e agora entendido como o lugar do convívio de italianos e negros, o espaço da maior escola de samba da cidade, das cantinas e do carnaval. (SILVA, R., 2009, p. 13)

Nas sínteses do Procad, há uma conexão entre a presença dos trabalhadores em vários espaços urbanos e a ideia de uma “utopia”, ou seja, a vontade política de transformar o presente e orientar o futuro (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004).

Pesquisas ligadas ao grupo começam, então, a observar o espaço urbano por meio das “marcas” e presenças dos sujeitos sociais, em vez de considerarem as imagens e representações ufanistas sobre as cidades. Desse modo, elas passam a revelar as disparidades entre padrões e valores sociais: tais como riqueza e pobreza, centro e periferia, “[...] natureza e cultura, público e privado, passado e futuro” (FENELON, 2000, p. 7). A transmutação temática entre o ambiente urbano e a presença de sujeitos sociais foi notificada nas páginas introdutórias da segunda coletânea publicada pelo grupo (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006).

Pressionada pela conjuntura das lutas sociais dos anos 1980, ‘quando novos personagens entraram em cena’, a historiografia volta-se para as temáticas do trabalho e da cidade. E, na compreensão da história do capitalismo, a fábrica e a cidade ganham destaque. A criação, em 1996, do Núcleo de Estudos: Cultura, Trabalho e Cidade, no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da [Pontifícia Universidade Católica de São Paulo] PUC-SP, proporcionou um espaço mais sistematizado de trabalho de investigação. Na formulação do campo de reflexão sobre os temas da cidade e do trabalho, as indagações deslocaram-se para o estudo das práticas e das experiências dos sujeitos. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 13)

Nas análises da transposição das paisagens urbanas para as perspectivas dos sujeitos foram utilizadas uma interpelação que consistia em perceber o presente como um elemento impulsionador e orientador para as mudanças sociais. Esse “olhar político” era fundamentado em um conjunto de valores que se opunham ao cálculo racional do valor de troca mercantil.

Na perspectiva desta pesquisa, a fundamentação política para esta abordagem orientava-se por uma crítica “moral” ao sistema capitalista (LÖWY; SAYRE, 1993).²²

Para Beatriz Sarlo (1997), citada nos textos do grupo, o “olhar político” está relacionado à percepção do “novo”, do emergente na produção artística, em oposição às tradições estabelecidas. Esse olhar está focado no tempo presente, captando a emergência por meio de uma estrutura de sentimento (WILLIAMS, 1979).

Uma visão é a do historiador, do teórico ou do sociólogo da cultura diante do repositório de discursos e práticas simbólicas, a outra seria a do ‘olhar político’ sobre o presente e, do presente, sobre o passado. [...] É provável que ambos os olhares possam conviver num mesmo indivíduo; o que parece ser mais difícil é que ambos possam operar ao mesmo tempo. Isso não significa, no entanto, que o ‘olhar histórico’ ou o ‘olhar teórico’ não possam fornecer materiais e perspectivas para o ‘olhar político’ do intelectual. O Olhar político não exclui – apresso-me a dizer, dadas as previsíveis objeções que o terror da palavra política semeia, e com razão, neste campo – a dimensão estética, antes se relaciona com ela em sua origem, colocando-a (acrescentaria eu) no seu próprio centro. (SARLO, 1997, p. 58-59)

Em contrapartida, o “olhar histórico” está voltado para algo já conhecido ou “ocorrido”, sendo equivalente a um “olhar teórico”. Embora acredite ser possível que uma mesma pessoa possua ambos os olhares, Sarlo (1997) observa uma dissociação teórica entre eles. Portanto, aqueles que empregam o olhar político tendem a se concentrar na sensação de “nascimento”, em vez de constatar o que já foi consolidado ou vivenciado.

Em análises posteriores ao projeto, o termo “olhar político” foi utilizado de maneira recorrente em várias situações em que as referências teóricas não se encontravam claramente explicadas.²³ Por exemplo:

Sem a preocupação de dar respostas acabadas, mas com a de vivê-las como inquietações permanentes, construímos a politização da nossa prática de pesquisa e junto um **olhar político**, no que diz respeito a potencializar a prática e a reflexão sobre o tempo presente [...]. (CALVO; CARDOSO; ALMEIDA, 2005, p. 26, grifo nosso)

Porém, é importante notar que, nas fases iniciais da elaboração do projeto, as referências à Beatriz Sarlo estavam localizadas em torno da análise da literatura e não se voltavam às “[...] práticas e experiências dos sujeitos” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 13). Ou seja, não havia, naqueles primeiros momentos, a intencionalidade de “adaptar” o conceito para análise de outras fontes, temas ou circunstâncias analíticas.

²² Tais fundamentos políticos serão analisados no capítulo seguinte.

²³ Mas não se quer com isso insinuar que faltava alguma lógica ou plausibilidade teórica-metodológica nas reflexões postas nos livros.

Cientes de que em nossa sociedade, a força do mercado tende a propor pactos que padronizam o gosto e que a viabilidade de uma estética é avaliada pelo sucesso, buscamos em nossas análises, diferenciar, no mercado editorial, o que trabalha contra suas regras, o que fórmula as perguntas imprevisíveis, e, na esteira de Raymond Williams, atentar ao novo: elementos que surgem no presente, anunciando a aparição de novas configurações sociais. Conforme nos recomenda Beatriz Sarlo, os estudos literários deveriam nos permitir descobrir e relacionar as formas dispersas do novo e esboçar percursos, isto é, apontar direções possíveis de devir. (PROCAD, 2000, p. 15)

Entretanto, em textos posteriores do grupo, observa-se a associação do “olhar político” com as análises sobre trabalhadores, principalmente a partir das fontes orais. Dessa forma, ocorre um deslocamento das questões relacionadas ao “mercado editorial”, à “estética”, entre outros, para o âmbito da interpretação dos processos sociais.²⁴

Exercitando essas perspectivas de estudo privilegiando o uso da história oral como um meio de aproximação de modos específicos como as pessoas vivem e interpretam os processos sociais, de como estas especificidades influenciam a dinâmica histórica, compartilhamos com Beatriz Sarlo a intenção de “aguçar a percepção das diferenças como qualidades alternativas”, de “saber descobrir as tendências que questionam ou subvertem a ordem”. (KHOURY, 2004, p. 117)

No estabelecimento de correspondências entre o olhar político (presente) e o olhar histórico (passado), alguns textos do primeiro livro do Procad buscam também adequar as proposições relacionadas à ascensão de “emergências” aos desígnios da produção historiográfica.

[...] indagar, constantemente, porque, para que e como fazer História pensando o presente, continua sendo o ponto essencial das perspectivas que endossamos. E enfatizando, com Beatriz Sarlo, concordamos que o importante é buscar a compreensão do porquê e do como tudo aconteceu desta maneira e não de outra. Resumindo: é da prática social do historiador que estamos falando, salientando que continuamos engajados no questionamento das maneiras de fazer e de escrever história. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 7)

Na introdução da segunda obra do grupo, a relação entre olhar político e olhar teórico foi retomada, com referências textuais aos “[...] sujeitos históricos do passado” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 19). Nessas perspectivas, o olhar político se aproxima da elaboração de uma análise de conjuntura, com ênfase em certas categorias, como “[...] acontecimentos, cenários e atores”, e com baixos interesses em outras, como “[...] relações de forças [e] articulação entre ‘estrutura’ e ‘conjuntura’” (SOUZA, H., 2008, p. 9).

²⁴ Essas perspectivas serão retomadas no capítulo 3.

A abordagem do olhar político oferecia, desse modo, um espaço de reflexão sobre as possibilidades críticas da escrita histórica. Por esse caminho, textos do grupo defendiam a expansão do alcance da luta de classes para além do campo estritamente econômico, incorporando também dimensões da cultura. Nessa perspectiva, a luta de classes não foi tratada apenas como uma categoria de análise, mas também foi tida como uma “[...] perspectiva política que busca articular a academia com a vida social” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 17).

Nesse sentido, seguindo uma linha da tradição marxista que se desdobra numa determinada tendência dos estudos sobre a cultura, não renunciamos à perspectiva da luta de classes, mas lidamos com a noção mais ampliada de classe e de cultura popular. Nessa perspectiva, nossa valorização do sujeito na história requer sempre uma atenção mais precisa sobre os sujeitos específicos com os quais estamos lidando. (KHOURY, 2006, p. 35)

A proposta refere-se à “ampliação da luta de classes” não apenas como uma “categoria de análise”, mas, também, como uma perspectiva política dentro da “tradição marxista” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 17). Entretanto, para isso, de acordo com textos do grupo, o processo de reflexão histórica deveria alcançar elementos atingíveis por meio da cultura. Na introdução de “Outras Histórias: Memórias e Linguagens”, o termo se categoriza, por um lado, como um “[...] processo social constituído, [criador de] modos de vida específicos e diferentes” [“Williams”], um lugar de “pluralidade e da diferença”, e não apenas “[...] simples espaço de manipulação do poder” [“Hall”] (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 12).

Por outro lado, a cultura foi concebida como uma “categoria explicativa”, composta pela “[...] memória, [...] política, [...] trabalho, [...] História, [...] técnica, [...] cozinha, [...] vestuário, [...] religião, [...] festa etc.” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 12). A cultura também seria “[...] tomada como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes e, portando, associada a diferentes tipos de realidade” (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 9).

Tais referências aparecem tanto no Seminário “O Direito à Memória”, de Fenelon (1992), quanto na descrição do projeto do Procad (2000). Isso indica que, desde a formulação do projeto, pesquisas vinculadas ao Procad compartilhavam a visão de que a cultura era a base fundamental da sociedade em sua totalidade.

E o que estamos entendendo por cultura trabalhada no âmbito da História Social? Queremos compreender a cultura como a maneira, pela qual os homens

desenvolvem suas práticas sociais, refletindo seus modos de viver, trabalhar, morar, lutar, morrer, divertir-se, etc. Assim a cultura é sempre tomada como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes, além da promoção e o desenvolvimento de instituições e iniciativas do cotidiano, com todas as suas formas de expressão e de organização e de luta no social. (PROCAD, 2000, p. 9)

No entanto, no projeto original, a discussão sobre a cultura encontrava-se vinculada a uma perspectiva epistemológica:

Ao invés de investigar a Cultura, investiga-se os Processos e Referências culturais, detectando a multiplicidade de culturas por vezes minimamente arquivadas, historicizadas, tornadas visíveis e legíveis. Em torno das múltiplas propostas de investigação que se abrem o Núcleo trabalha na perspectiva de apreender temporalidades, espacialidades, injunções e reconstruções históricas de memórias, tradições e patrimônios, sem perder de vista a diversidade de formas e de suportes materiais. (PROCAD, 2000, p. 5)

Essas formas de compreensão revelam uma interpretação bastante singular das concepções de E. P. Thompson, já que o historiador britânico estabelecia diferenças entre os campos da “cultura” e da “não-cultura” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). De acordo com Hall:

[O] paradigma se opõe ao esquema base-superestrutura de formulação da relação entre as forças ideais e materiais, especialmente onde a base é definida como determinação pelo ‘econômico, em um sentido simples. Essa linha de pensamento prefere a formulação mais ampla – a dialética entre o ser e a consciência social: inseparáveis em seus polos distintos (em algumas formulações alternativas, a dialética entre ‘cultura’ e ‘não-cultura’). Ela define cultura *ao mesmo tempo* como sentido e valores que nascem entre as classes e grupos sociais diferentes, com base em suas relações e condições históricas, pelas quais eles lidam com suas condições de existência e respondem a estas; e *também* como as tradições e práticas vividas através das quais esses ‘entendimentos’ são expressos e nos quais estão incorporados. [...] Thompson reúne os dois elementos consciência e condições – em torno do conceito de ‘experiência’. [...] A *tração da experiência* nesse paradigma e a ênfase dada ao criativo e ao agenciamento histórico constituem os dois elementos-chave no *humanismo* dessa posição. [...] Em última análise, trata-se de onde e como as pessoas experimentam suas condições de vida, como as definem e a elas respondem o que, para Thompson, vai definir a razão de cada modo de produção ser também uma cultura, e cada luta entre as classes ser sempre uma luta entre modalidades culturais. (HALL, 2003, p. 142-143, grifo do autor)

Segundo Moraes e Müller (2004):

Thompson se afasta [...] das interpretações culturalistas do termo [experiência] e de sua negação de determinações materiais ou estruturais na formação da identidade dos sujeitos. Em contraposição a essas interpretações, Thompson (1981, p. 232-235) indica que “na medida em que uma noção é endossada pelas evidências, temos então todo o direito de dizer que ela existe ‘lá fora’ na história real”. Há referentes, portanto. O solo ontológico da experiência é a história real e não a cultura ou a

linguagem. Se cultura e experiência são um ponto de junção, apesar do que ajuízam adeptos da “pós-condição”, a cultura não tem, para Thompson, qualquer autonomia. Até ser contextualizada, é vista como altamente problemática como categoria explicativa. (MORAES; MÜLLER, 2004, p. 25)

As análises de Thompson, entretanto, estavam longe de se conformarem em uma unidade teórica amplamente aceitável:

[...] a ênfase exagerada na experiência teria conduzido Thompson a descuidos em relação a categorias econômicas e à sobrevalorização de aspectos culturais, como se ele se esquivasse das determinações materiais. Outros, como Stuart Hall (1981, p. 383-384), por exemplo, enxergam um caráter empirista na experiência, o que comprometeria a discussão teórica no interior do marxismo. Há ainda os que veem nele o ponto inicial de um traço culturalista na historiografia (Pedro e Flores, 1995, p. 32), hipótese partilhada por Bryan Palmer, para quem Thompson teria contribuído para a progressiva ‘instalação’ dos estudos culturais na História Social (Palmer, 1990, p. xiv). Há até os que consideram os referenciais teóricos de Thompson uma ‘engenhoca’ a ser superada pelo giro linguístico e, ao mesmo tempo, desqualificam esses referenciais como uma ‘fórmula familiar que seduziu toda uma geração’ (Joyce, 1994, p. 3-4). Algumas dessas leituras favorecem a ‘desmarxização’ de suas ideias (MÜLLER, 2002, p. 17), o que, a nosso ver, força uma reorganização ontológica e epistemológica de seu pensamento. (MORAES; MÜLLER, 2007, p. 13)

Em diálogo com o marxismo thompsoniano, o Procad buscava “[...] ultrapassar a forma de [pensar a cultura] como uma instância em separado: superestrutura ou nível distinto do social” (PROCAD, 2000, p. 9). Em textos posteriores, como frisado, a cultura foi tratada como uma totalidade analítica do social, que açambarca até mesmo a história (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004).

Em resumo, o projeto Procad orientou-se por discussões sobre os movimentos sociais, cidades e cultura, inspiradas em **políticas públicas** implementadas pelo primeiro governo do PT em São Paulo. Esses elementos formaram um terreno comum para a criação de um senso de pertencimento a um lugar, a um grupo e a uma memória compartilhada (KHOURY, 2006). Essas referências foram adaptadas conceitualmente ao projeto enviado à Capes, a partir de experiências da prática administrativa efetiva, entre 1989 e 1992. Após esse período, algumas diretrizes e concepções iniciais foram modificadas, isto é, revistas nas sínteses apresentadas em textos publicados entre 2004 e 2006.

Dessa forma, boa parte das ações concretas realizadas por sujeitos sociais sofreram “apropriações” quando foram levadas para o âmbito acadêmico, colocando em segundo plano a concretude política inicial. Isso fica evidente quando se observa o deslocamento entre a realização prática e a discussão teórica sobre os movimentos sociais. Além disso, decorreram distintas elaborações sobre o “direito ao passado”, tido como uma prerrogativa teórica para a produção historiográfica posterior.

Nos textos do grupo Procad, o olhar político se tornou uma referência para a produção, validação e divulgação da escrita da história que tendia ao tempo presente (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). Em toda essa trajetória, o pano de fundo que se estabeleceu foi o questionamento dos usos, sentidos e utilidades da história e da produção historiográfica. A partir desse viés, esta pesquisa passou a abordar a seguinte questão: as memórias de grupos dispersos — validadas por meio de vias administrativas, em livros, documentários, almanaques, acervos oficiais e projetos educativos — quando discutidas em pesquisas acadêmicas, propiciam a formação de semelhantes “direitos sociais”? O próximo capítulo explora essa hipótese por meio das formulações teóricas registradas em textos do grupo.

3 GRUPO PROCAD: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA

Com base nas análises apresentadas anteriormente, espera-se contribuir para o debate sobre a produção de uma proposta historiográfica (projeto) em relação aos textos de referência do grupo responsável pela produção do Procad. Parte-se, neste capítulo, novamente das origens do projeto.

Durante a primeira administração do PT, as ações do DPH ocorreram em um contexto de interação política-educativa entre a Prefeitura e a população. Esses processos visavam revelar as trajetórias sociais por meio de projetos de memória, criação de acervos, produção e conservação do patrimônio. A hipótese que se apresenta é que as iniciativas que buscavam valorizar as memórias e culturas de trabalhadores, realizadas durante a primeira administração do PT em São Paulo, foram “apropriadas” em outros contextos.

Acredita-se, portanto, que o projeto Procad tenha ressignificado técnicas, conceitos, teorias e práticas educacionais, surgidas nas discussões sobre o direito à memória. Elemento instituinte de um campo de validação que se pretendia reconstituído fora das esferas administrativas e, talvez, em oposição às essas.²⁵

Uma outra questão é: a que públicos e grupos sociais queremos abrir nossa escrita e em que processos e espaços de validação procuramos afirmá-las? Abri-la para o ensino, movimentos sociais, público não acadêmico? Processos e espaços de validação que, discutindo com os códigos da historiografia contemporânea, tenham também o direito à memória como campo de validação. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 19)

A formulação de políticas públicas atribuía uma validação particular de “história” às ações do DPH, assentada em noções de direito “desalinhadas” e em contrapartida às políticas patrimonialistas anteriores (PAOLI, 1992a).

[...] nesses termos, lidar com as entrevistas orais [significaria], também, enfrentar posições e perspectivas em torno do direito de todos a uma presença social

²⁵ Diferentemente da administração, no projeto encaminhado à Capes, as perspectivas de estudo e de pesquisa sobre as cidades guardavam críticas aos planos e políticas oficiais, que determinariam o caminho do progresso e da modernidade. “Com isto reafirmamos que a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em suas ruas, avenidas, monumentos ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade” (PROCAD, 2000, p. 11).

reconhecida, do direito de cada um à palavra e da necessidade do diálogo como questão e prática política. (KHOURY, 2006, p. 31-32)

De acordo com as referências, afere-se que a prática, o registro e a escrita dessas histórias estiveram sob a responsabilidade de produtores culturais, memorialistas, entrevistadores, entre outros sujeitos, orgânicos ou não, que conservaram um relativo grau de autonomia frente às indicativas do “poder” (CHAUÍ, 2006).

Alguns se sentem no dever de escuta a voz e dar a palavra àqueles que foram silenciados pela história oficial, querendo colocar outra em seu lugar. Outros querem encontrar uma cultura ‘autenticamente’ popular. Outros ainda querem fazer emergir, no registro público, os temas da militância, da resistência, das lutas operárias e populares, dos embates antirracistas e antissexista. Muitos querem apenas uma forma de trabalhar com velhos. Outros são apaixonados pelos signos urbanos antigos, nos quais leem a cidade ‘verdadeira’, e buscam respaldo nas lembranças de quem os viveu originalmente e lhes deu sentido. Todos se dispõem a fazer emergir sentidos de vida que não foram registrados, embarcando no fascínio que nos produz a força das lembranças e na vontade de ajudar a dizer aquilo que foi silenciado. (PAOLI, 1992a, p. 10)

Porém, por meio de “[...] cursos, colóquios, seminários e congressos internacionais”, as ações de diferentes interlocutores ligados às políticas patrimonialistas se convergiram, no interior de percursos institucionais, na proposição de um direito à memória (CHAUÍ, 2006, p. 93).

Para ajudar a fazer esta reflexão sobre memória e história e, sobretudo, para expandi-la e multiplicá-la, é que este curso foi pensado. Pois, de fato, o que significa buscar e recolher documentos e objetos sobre os quais se investe uma memória e uma história? O que significa encontrar, escutar e documentar narrativas de vida? O que acontece quando elas saem da lembrança pessoal e privada para circular, como troca de experiências, e um grupo? (PAOLI, 1992a, p. 10)

Surgido dez anos após as experiências realizadas no DPH, o projeto Procad buscou se adaptar às demandas do edital da Capes, afastando-se das discussões em torno das políticas públicas e se posicionando nos quadrantes da história social (PROCAD, 2000; CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). Esses dois momentos envolveram esferas diferentes de realidade: gestão municipal e produção acadêmica. No entanto, as práticas historiográficas não se limitaram às atividades de pesquisa, pois envolveram a produção de um campo ético-formativo de profissionais de história:

E nosso profissional de História? Que contribuições estamos fazendo em termos de traduzir outras histórias aquelas memórias que foram obscurecidas, ou que nós estamos procurando trazer à tona? (FENELON *et al.*, 2004, p. 12-13)

Dessa forma, a “ética” profissional exigia um engajamento político-educativo, que se estabeleceria enquanto prática social a ser exercida.

O desafio de relacionar-se politicamente com o tempo presente impõe-nos o enfrentamento desses debates históricos, dentro e fora da academia, e a necessidade de emprendermos, com as nossas análises e com a nossa prática, a inversão da relação passado/presente, incorporando em nossa pauta a preocupação com o hoje e com a agenda pública que então se coloca. (FENELON *et al.*, 2004, p. 12-13)

Esse alinhamento não se limitou apenas ao campo historiográfico, uma vez que os textos introdutórios dos dois livros publicados pelo grupo apresentaram críticas à natureza hermética das pesquisas produzidas nas universidades.

Ainda no projeto, seguindo a mesma linha de preocupação, reafirmamos reiteradamente a necessidade de aprofundarmos a dimensão crítica de nossa atividade intelectual e expressá-la na rejeição à historiografia acadêmica que se propõe como única versão autorizada dos acontecimentos e que ‘...produz a invisibilidade e a inaudibilidade dos dissidentes’ – daqueles que protagonizaram as outras histórias – ‘pelo apagamento dos sinais e vestígios de suas memórias e histórias’. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 7)

Já na primeira publicação sinalizávamos para a necessidade de superação do desconforto não só em relação à natureza de nossas indagações, mas também sobre os resultados de nossa escrita e da escrita da história na academia, enfim, do desconforto frente à história que grande parte de nós historiadores temos contado à sociedade. Esta tem sido a questão central que hoje mobiliza a discussão do grupo e para a qual convergem inúmeras outras. Assim, o movimento que indicava a necessidade da escrita de outras histórias, para além do trabalho com a pluralidade de memórias, mostrou possibilidades e limites, colocou em xeque supostos largamente aceitos, propôs-nos desafios teóricos e metodológicos. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 10)

A centralidade crítica em torno da escrita da história acadêmica, como questão central e de convergência de inúmeras outras, demandaria, assim, uma “nova” prática ético-crítica a ser realizada no exterior das academias. Tratava-se de:

[...] apostar, no movimento de diálogo para fora dos muros das academias, nas possibilidades questionadoras da memória social, assumindo o desafio de, solidariamente com grupos e sujeitos que hoje reivindicam seus direitos à memória, produzir e articular outras histórias para além daquela que se valida e se torna visível no mundo acadêmico. Produzir narrativas históricas dessa maneira significa, de alguma forma, assumir uma pretensão de intervenção, buscando em outros ambientes e com outros pactos sociais, constituir outras referências para a produção, validação e socialização da escrita da história. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 21)

Ainda sobre esse tema, as referências às apropriações de conceitos e categorias, instigadas na formação de “outras histórias”, forneceu certos princípios para as críticas ao ambiente universitário. Considerando que:

[...] nosso trabalho, e esta é uma de suas dimensões, retorna a academia, ao debate historiográfico. Nesse caso, o problema é saber se nossa escrita se põe no interior deste campo como crítica ou se desenvolve em paralelo. E, então como voltar para esse espaço? Queremos apenas um lugar ao sol? Um lugar diferenciado na historiografia? Só isso? Se é o que queremos, sem nenhuma dúvida nós já o conquistamos, mesmo que não no reconheçam ou que nos façam as críticas que quiserem, assim como nós também de outras produções. Isso é a pluralidade do mundo acadêmico. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 11)

Os textos de síntese, cabe notar, não mencionam a realização de ações concretas fora do meio universitário, após a finalização da administração municipal de Luiza Erundina, na cidade de São Paulo. Em vez disso, o grupo passa a discutir a formulação de uma “história social” que tenderia “[...] mais adequadamente às demandas das lutas e projetos da agenda pública da época” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 10). Ou seja, os enfrentamentos políticos passaram a se estruturar enquanto convicção epistemológica e contraposição teórica.

Além disso, a produção de uma “história” guiada pela “agenda” política daquela época, na versão não “ortodoxa” do Procad, foi regida pelas condições geradas pela queda do Muro de Berlim. Vista por Iggers (2010) como um fator de ruptura com os paradigmas historiográficos anteriores.²⁶ Por tais vias, a introdução do segundo livro do Procad prefigura:

[...] avançar na superação das dificuldades colocadas para os projetos das esquerdas após a queda do socialismo real, do muro de Berlim e das transformações efetuadas pelo neoliberalismo nos modos de produção e reprodução do capitalismo contemporâneo. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 18).

O que se pode entender das sínteses do grupo é que o “[...] enfrentamento ao leninismo e à ortodoxia” estaria ligado à incorporação de sujeitos não organizados e dispersos à própria concepção historiográfica (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 17).

²⁶ A partir de leituras da obra de Francisco Falcon, Heloisa Cardoso (2010, p. 34) perfaz a correlação entre o acontecimento político e a pesquisa em história. Indicando tratar-se de uma “[...] confusão entre dois processos distintos”. Como indica a autora: “Uma questão importante levantada por Falcon encontra-se na noção de crise [e em] sua natureza, ou seja, a presença de uma confusão entre dois processos distintos: a crise da História e a crise da historiografia. A primeira diz respeito ao processo real, aos acontecimentos, onde se destaca o fim do socialismo do final dos anos 1980; a segunda refere-se à necessidade de renovação do pensamento provada pelas mudanças no mundo contemporâneo. [Foram] dois processos interligados e ao mesmo tempo distintos” (CARDOSO, H., 2010, p. 34).

Atentos à nossa inserção no campo da luta que hoje nos confronta, aceitar o desafio de evidenciar outras formas de luta dos sujeitos não organizados e dispersos, sem nos deixar aprisionar por algumas escolhas metodológicas que possam levar à mera descrição, ainda que exaustiva, de conjunturas, ou à naturalização da exploração. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p.18-19)

Em relação ao enfrentamento ao “leninismo”, registra-se que E. P. Thompson, mencionado nos capítulos introdutórios dos livros do Procad, manteve-se por muitos anos no Partido Comunista Inglês, fazendo oposição aos ditames do que considerava como “centralismo democrático”. Além disso, o historiador inglês participou de destacados movimentos de articulação política e militou em torno de pautas socialistas, democráticas e, sobretudo, humanistas (PALMER, 1996; THOMPSON, 1981).

Além de Thompson, o grupo Procad faz referência ao linguista e teórico da cultura Raymond Williams para estabelecer parâmetros entre a produção de conhecimento e a oposição a uma visão “leninista”. Em relação às pautas de organização da classe trabalhadora, Williams demonstrava confiança nas instituições surgidas de lutas populares. Quanto ao Partido Trabalhista inglês, em particular, ele escreveu o seguinte trecho:

Nos anos 40, quando era um jovem participando do movimento trabalhista britânico, sempre me diziam que ele devia muito ao metodismo e, como o que eu conhecia do metodismo não me agradava, acreditava que isso era dito para explicar as inadequações do Partido Trabalhista. Mas sempre me parecia, quando prestava mais atenção, que havia um tom de regozijo nessas afirmações, e quanto mais eu pensava nisso, menos entendia esse tom. [...] A verdade era que o Partido Trabalhista devia muito aos métodos da classe trabalhadora britânica da qual alguns aspectos de organização não-conformista simplesmente faziam parte. Nesse sentido, enquanto movimento, era primordialmente prático. Era a auto-organização de pessoas que viviam sob grande pressão, visando conservar suas vidas e melhorar suas condições, e, quando podiam almejar algo mais, almejavam transformar a sociedade. (WILLIAMS, 2015, p. 128)

Muitos intelectuais comprometidos com o marxismo foram orientados por práticas políticas que se desassociavam do Partido Comunista Soviético. Enquanto reflexão epistemológica, Williams destacava uma diversidade de práticas de “esquerda” — antiautoritárias — e as relacionava com as elaborações teóricas do que compreendia como “materialismo histórico” (WILLIAMS, 2015, p. 97-113).

Quando reflito sobre os princípios fundamentais do materialismo histórico, sobre a definição básica da sociedade capitalista e sua evolução, a necessidade de superá-la, de ir além da sociedade capitalista, de modo que uma sociedade socialista, em oposição a medidas isoladas de tendência socialista, exija a destruição da sociedade capitalista, quando considero essas três proposições e tento me definir em relação a elas, não tenho nenhuma dúvida. São todas posições a partir das quais estrutura

minha visão de mundo e tento organizar minha vida e minhas atividades. (WILLIAMS, 2015, p. 129-130)

Após os eventos que afetaram a dinâmica entre esquerda e direita, no período pós-Segunda Guerra Mundial, tanto Williams quanto Thompson se posicionaram contra a perspectiva stalinista pelo Partido Comunista Soviético. Thompson, em especial, se opôs à tendência política de “Centralismo Democrático”, considerada por ele como autoritária e burocrática.

[...] o stalinismo emergiu como um conjunto de instituições e práticas. E juntamente com isto surgiu a apologia, a legitimação teórica da prática. Disseminando-se fora da União Soviética, através do Comintern, ela impregnou todo o movimento comunista internacional. As práticas e a ideologia foram replicadas, e os agentes dessa replicação (as burocracias internas e fidedignas dos partidos comunistas nacionais) tornaram-se, por analogia muito exata, o clero de uma igreja universal, adeptos da apologética teológica e das pregações ‘humanistas’, enganando, direta e conscientemente, seus companheiros, ágeis na casuística, e fortalecendo seu controle por procedimentos e formas claramente stalinistas – ‘centralismo democrático’, a supressão das facções e da discussão, o controle exclusivo dos órgãos políticos, teóricos e (na medida do possível) intelectuais do partido, a calúnia aos críticos e oponentes, e a manipulação disfarçada dos simpatizantes e de organizações de fachada. (THOMPSON, 1981, p. 153)

Inicialmente, o fator partidário influenciou a criação do projeto Procad, sobretudo, nas práticas em torno do direito à memória e sua relação com a política de patrimônio histórico.²⁷ No entanto, em sínteses posteriores, fica evidente que as questões partidárias ou sindicais foram reconfiguradas em disputas contra outras correntes e interpretações historiográficas. Em particular, nota-se divergências contrárias a uma “história nova” e a uma “nova história”.²⁸

No que se refere à “história nova”:

No percurso da década de 1990, os estudos do cotidiano e das práticas sociais, ministrados às modas historiográficas trazidas por vertentes da História Nova, se por um lado trouxeram dimensões mais vivas do fazer-se dos sujeitos, por outro, despolitizaram as explicações históricas. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 14)

A questão da divergência com a “nova história” se concentra, em especial, nas discussões sobre o conceito de “tempo homogêneo”:

²⁷ Ou seja, às influências dos trabalhadores na administração Luiza Erundina, na cidade de São Paulo, entre os anos 1989-1992.

²⁸ Tais terminologias são apresentadas tais como registradas na fonte citada.

A dificuldade de empreender a crítica histórica ao articular as relações passado/presente se expressa na necessidade de refinar também nossa terminologia nesta área e empreender crítica mais rigorosa às concepções de tempo homogêneo da Nova História, ao tempo progressivo da análise marxista ortodoxa do capitalismo e ao tempo curto e descontextualizado de certos estudos do cotidiano. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 14)

No texto introdutório, está proposto o enfrentamento da discussão sobre “vencedores” e “vencidos”²⁹ nos processos sociais e nas análises históricas. Percebe-se que essa concepção estava presente desde os debates sobre o direito à memória promovidos pela SMC, no início dos anos 1990:

Memória contestadora do triunfalismo dos poderes estabelecidos, que desorganizaram o espaço, o tempo e a participação, a história dos vencidos (em contraposição ao que Benjamin chamou de história do vencedor) não é sacralização e construção de uma história contínua e única, pois isso seria simplesmente transferir para movimentos populares e sociais os mesmos procedimentos de apropriação do passado usados pela história do vencedor. De fato, é necessário ter claro que o espaço da cidadania, que permite a produção de uma história e de uma política democrática de patrimônio histórico, não necessita ser preenchida por um novo herói. (CHAUÍ, 2006, p. 124)

Entretanto, em textos do grupo, o debate encontra-se ressaltado pelos seguintes argumentos:

Neste quadro historiográfico tivemos que lidar com a disseminação do termo ‘vencidos’ que, em muitos casos, reeditou uma versão maniqueísta da história, propondo a substituição dos antigos heróis por outros. No uso acadêmico corrente, esse termo se desgastou e assumiu um tom descritivo e dual, opondo vencedores e vencidos numa formulação simplista que – sem olhar para a historicidade dos processos, tratando-os de forma desarticulada do momento de luta e das disputas por hegemonia – parecia abdicar de toda a politização. No nosso caso, a História dos Vencidos ligava-se à leitura de Benjamin, Thompson, Perrot, Zemon-Davis e referia-se às potencialidades dos projetos daqueles que foram derrotados ante correlações de forças adversas. Enfatizávamos os fios que articulam as práticas sociais que tecem o cotidiano às conjunturas e às linhas mais amplas dos processos de luta. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 14)

A ideia de “vencidos” continua presente de forma indireta na teoria dos sujeitos históricos proposta pelo projeto. Tal noção estava, de mesma forma, presente no início dos anos 1990. Nesse contexto, consolidava-se nas reflexões postas pelo DPH a ideia de “sujeitos” participativos, representados como “cidadãos” nas políticas públicas instituídas no período. “Que criemos condições para que a memória e a história sejam feitas como um direito de cidadania” (PAOLI, 1992a, p. 12).

²⁹ Ou “excluídos” (FENELON, 2004, p. 6).

Ao logo desse processo podemos também notar a emergência de sujeitos sociais diferenciados, expressando vontades, assumindo visibilidade na cena histórica, ainda que sem destaque na memória oficial da sociedade [...]. Nessa retomada de caminhos democráticos em várias áreas profissionais e/ou militantes, coletividades e movimentos populares têm nos dado provas de suas possibilidades criativas na cena histórica, apresentando-se como sujeitos ‘novos’ e ‘coletivos’. Parafraçando Sader [...] usamos o termo ‘coletivos’ como expressão de sujeitos que, reconhecendo-se mutuamente e reconhecendo necessidades, valores e sentimentos comuns, elaboram uma identidade, politizam questões do cotidiano, dos lugares de trabalho, de moradia, de convívio familiar, profissional e social, organizam práticas, através das quais pretendem defender interesses e expressar suas vontades, inventando novas formas de política e constituindo-se nesse fazer. (KHOURY, 1992, p. 83-84)

No projeto, porém, esses sujeitos passaram a ser caracterizados como personagens “[...] marginalizados, segregados ou excluídos” (PROCAD, 2000, p. 9). Essa concepção continuou presente nos textos subsequentes. Mas, apesar disso, esses sujeitos são reconhecidos como “produtores de saberes e culturas”:

Falar de *outras histórias* significa tornar visíveis e audíveis sujeitos excluídos e dissidentes, não os reduzindo a categorias abstratas ou a meras estatísticas, mas considerando que, em condições adversas, mesmo que derrotados, eles foram sujeitos de sua própria história, viveram e pensaram sua própria existência, resistindo, improvisando papéis, produzindo saberes, portanto, produzindo cultura. (PEIXOTO, 2006, p. 157, grifo da autora)

Embora o termo “sujeitos sociais” seja utilizado no projeto, a sua forma plural não representa a ideia de uma coletividade. Isso pode ser justificado pela falta de credibilidade atribuída às categorias historiográficas tradicionais, como “operariado”, “sindicato” e “partido”, tal como discutido na seção anterior. Além disso, expressaria uma condição do termo “novos sujeitos”, que passa a representar grupos que se alinham em torno de ideias “subjetivas” e que acompanham, em paralelo, o mundo da produção e reprodução da vida.

Considerando as possibilidades do uso destas categorias para aqueles que, como nós, nos dedicamos à História social - queremos reafirmar que isto significa, sobretudo, o compromisso social de dar de dar visibilidade a outros sujeitos até aqui alijados dos grandes temas e movimentos que a historiografia oficial consagra, para que possam recuperar seu lugar e acima de tudo para que mais e mais possam se reconhecer na história que aprendem, vivem e compartilham no social. Para isto podemos começar reavivando suas lembranças e suas narrativas, pois só assim poderemos reafirmar que muitas memórias poderão nos conduzir a muitas outras histórias. (PROCAD, 2000, p. 10)

A ideia de “outros sujeitos”, não vinculados às organizações sindicais ou aos partidos políticos, tem sido compartilhada por várias vertentes das ciências humanas e sociais desde o início da década de 1980.

[...] os trabalhadores urbanos não são mais exclusivamente o operariado organizado, embora continuem a ser, de todos os modos, priorizados; são sujeitos sociais que se expressam em múltiplas dimensões, com formas de vida própria, estratégias de vida caracterizáveis, definindo-se a cada momento em seu local de moradia, de trabalho, nas suas formas de lazer, de religiosidade, de saber. São, sobretudo, sujeitos de práticas diversas que recobrem os vários campos de sua experiência, que se constituem na luta contra opressões específicas, não redutíveis a um único lugar dado pelo Estado fundador de uma dominação de classe, unívoca e homogênea e que produzem, portanto, a imagem de sujeitos múltiplos, que não se subordinam a uma figuração única, para ganhar uma visibilidade que confira significado político as suas práticas. (PAOLI; SADER; TELLES, 1983, p. 149)

A revisão dos paradigmas sobre o tema acarretou no abandono da ideia de ser o “proletariado” o principal sujeito da transformação do capitalismo. Isso ocasionou a descontinuidade do uso da categoria “classe operária” no interior de certas abordagens teóricas; enquanto outras categorias, como gênero, pacifismo, ecologismo e nacionalismo, passaram a ter proeminência (DOIMO, 1995).

Nos nossos estudos sobre o mundo do trabalho e os trabalhadores há que indicar vários desses deslocamentos e desafios. Num primeiro momento, ao indicar a categoria classe operária industrial como portadora de uma missão, passamos a fazer uso do termo ‘trabalhadores, o que elevou à ampliação da noção de classe pela incorporação de outras categorias de trabalhadores da cidade e do campo, dando visibilidade a outras lutas além das que se constituíam no chão de fábrica. Pensar que o espaço do fazer-se dos sujeitos e das classes são os modos culturais do viver implicou não dissociar os modos de trabalhador dos modos de viver, levando a investigação não só aos modos de trabalhar, mas também aos modos de morar, alimentar-se, divertir, organizar-se. Nesse caminho as pesquisas começaram a lidar com o desafio de dialogar com esses sujeitos sociais nas diversas facetas concretas que assumiam em suas vidas e lutas. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 15)

Embora os temas de gênero, sexo e raça sejam mencionados, nos textos do grupo não se encontra uma análise específica sobre essas questões (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). As pessoas que poderiam ser constituídas sujeitos de análise sobre estes temas são incorporadas às dinâmicas de “pobreza e exclusão” que, para integrantes do grupo, caracterizavam a presença social dos sujeitos que se pretendia constituir:

Diante da quebra de formas de cooperação e solidariedade coletivas que a produção fabril parecia incentivar, não estamos sabendo lidar, no presente, com as formas de exploração e exclusão que o capitalismo propõe e nem com as possibilidades de resistência e contestação e de inversão de sentidos colocadas no aqui-e-agora. Buscando conhecer e descrever o nosso próprio tempo, a noção de luta de classes sem classes, embora cunhada por Thompson para o estudo de outro momento histórico, poderá inspirar nossas reflexões e indagações sobre formas e sentidos contemporâneos de lutas. [...] Partindo de uma rigorosa análise da pobreza, da exclusão, da precariedade e da instabilidade decorrentes das novas formas de estruturação do mercado de trabalho no capitalismo, devemos impor-nos o desafio

intelectual e político de rever, a fundo, nosso repertório de categorias analíticas e de repensar a condição do trabalhador, por meio do exame de processos históricos nos quais homens e mulheres concretos buscam garantir sua sobrevivência. Nesse sentido, destacamos a importância de nos solidarizarmos com o trabalhador temporário, da microempresa, a empregada doméstica, o ambulante, o trabalhador em serviço, o trabalhador volante do campo, o pequeno proprietário da agricultura familiar, que estão a reivindicar não só o reconhecimento de sua condição de trabalhador, mas também de sua potencialidade nessa luta. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 18-19)

Essa extensa citação tem como objetivo situar o conceito de “trabalhador” na perspectiva dos textos do Procad. Este se baseia na compreensão de que pobreza, exclusão, precariedade e instabilidade sejam decorrentes das novas formas de estruturação do mercado de trabalho no capitalismo, que vão além dos circuitos do “setor produtivo fabril” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006).

Resumidamente, os textos síntese não abordam os processos de exploração direta, realizadas no mundo produtivo. Além disso, não há a utilização de categorias marxistas fundamentais para a compreensão das relações capitalistas, como expropriação, dominação, assalariamento, formação de mais-valia, etc. Por um lado, essa condição contrasta com a abordagem teleológica da “ortodoxia” e, por outro, permite espaço para a observação de resistências difusas na sociedade (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004; CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006).

Em geral, em textos do grupo, dá-se relevância aos modos de vida dos trabalhadores “pobres”, ou seja, àqueles que lutam pela sobrevivência em meio a difíceis condições de vida. Esses personagens incluem carroceiros, catadores de papel, pescadores, sertanejos e outros. Esses sujeitos também são caracterizados como “trabalhadores pobres”, que sofrem processos de empobrecimento, enquanto enfrentam disputas, conquistas e perdas na cidade (ALMEIDA, 2004; MORAIS, 2004, 2006; LAVERDI, 2006; VASCONCELOS, 2004; VARUSSA, 2004, 2006).

Assinala-se que, o aspecto político concretamente vivenciado pelos(as) trabalhadores(as) se transformou radicalmente entre 1990 e 2000. Durante este período, o Brasil passou por um processo de liberalização econômica, que teve um impacto significativo nas relações de trabalho e nas condições de vida dos trabalhadores (ANTUNES, 2000). Em termos de legislação trabalhista, durante os anos 1990 e 2000, houve uma pressão crescente de grupos empresariais para reduzir os efeitos da constituição de 1988, para permitir maior flexibilidade no mercado de trabalho.

Essa pressão resultou em mudanças significativas para os trabalhadores, incluindo a criação do contrato temporário de trabalho e a flexibilização da jornada de trabalho. No que se

refere aos sindicatos, os anos 1990 e 2000 foram marcados pela fragmentação e enfraquecimento desses. Isso se deve, em parte, à mudança na legislação trabalhista, que reduziu a força das organizações sindicais e os tornou menos eficazes em negociações coletivas (CARDOSO, A., 2003).

Além disso, o início dos processos de terceirização, de reestruturação produtiva e a competição internacional, nos meandros da globalização, também contribuíram para esse enfraquecimento, uma vez que fizeram aumentar a precarização, a intensificação da exploração do trabalho, a redução dos custos de produção e a concorrência pelo emprego entre os(as) trabalhadores(as) (CASTELLS, 2000). No entanto, esse importante aspecto social e analítico não foi considerado no desenvolvimento deste estudo, que se concentrou, tão somente, nas elaborações feitas a partir de “referenciais bibliográficos” produzidos pelo grupo e/ou utilizados diretamente por esse.

Em relação aos(as) trabalhadores(as) tematizados(as) em pesquisas do grupo, apesar de serem descritos(as) como estando fora das relações de troca, produção e consumo — o que releva a condição “vencidos(as)” do ponto de vista heurístico —, estes(as) são caracterizados(as) como portadores(as) de “valores” e “trajetórias” figuradas como “anticapitalistas”. Essa caracterização se baseia em torno do trabalho realizado no estrito contexto de sobrevivência.

Em relação a isso, o projeto anuncia:

[...] no lugar de estudar o tema Trabalho, tem-se analisado os Modos de Trabalhar intimamente relacionados a outros modos de viver, sempre considerando a diversidade das práticas, valores e sentimentos que caracterizam cada labuta. (PROCAD, 2000, p. 10)

As práticas e valores relacionados ao trabalho pela sobrevivência são consideradas elementos de uma cultura de trabalhadores, uma “cultura popular”, compreendida como formas tendenciais de resistência (KHOURY, 2006). Essas práticas são consideradas marginais, autônomas, clandestinas e divergentes à ideia de crescimento urbano e de uma retórica positiva em torno das relações de produção. Tais condições, remetem às recordações, lembranças ou mesmo vivências passadas que alimentam uma leitura “crítica” sobre o presente.

Quando alguns recordam, com nostalgia, os tempos em que podiam colher frutos e legumes no pé, frequentar feiras de produtos artesanais úteis no seu dia a dia, quando narram modos específicos como exerciam, com domínio quase perfeito, certos ofícios, vamos colhendo pistas sobre os rumos da transformação histórica e reunindo

subsídios para melhor exercer controle nessa experiência. Ao recordarem experiências passadas, qual talvez sobrevivam apenas em suas lembranças, vão se identificando e sutando no presente, no qual nos indagamos sobre dimensões e níveis de avaliação crítica que todos nós tempos, cada um tem, da realidade vivida. (KHOURY, 2004, p. 136)

Em consequência, tais posturas tendem a destacar certos padrões considerados “rurais” e “antigos”, colocados em oposição aos valores da vida urbana. Em mesma lógica, aproximam-se de uma perspectiva contrária à ordem capitalista, com enfoque na conduta moral dos sujeitos (LÖWY; SAYRE, 1993).

A visão romântica toma um momento do passo real em que não havia características negativas do capitalismo, ou estas eram atenuadas, quando características humanas sufocadas pelo capitalismo ainda existiam, e o *transfora em utopia*, molda-o como encarnação das aspirações e das esperanças românticas. Com isso se explica o paradoxo aparente de que o *passadismo* romântico pode ser – e, genericamente, de certa maneira, ele o é – também um olhar para o futuro; pois a imagem de um futuro sonhado para além do capitalismo se inscreve numa visão nostálgica de uma era pré-capitalista. (LOWY; SAYRE, 1993, p. 23, grifo dos autores)

O segundo livro do Procad apresenta o tema da “dominação social” e sugere a existência de um “tempo longo de luta”, em que os padrões culturais dos “vencidos” se caracterizam em oposição à hegemonia de um capitalismo já construído (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006).

Retomar questões que nos situam num tempo histórico presente, como o tempo de um capitalismo historicamente construído, de exploração e de hegemonia burguesa, que se delineia num tempo longo de luta, de confrontos e acomodações. Seguindo a trilha de Thompson e de Williams, trata-se de pensar que este tempo longo se recria, se reinventa e se repõe em cada conjuntura, relocando as discussões entre processo e conjuntura tanto em seus aspectos teóricos quanto metodológicos. Assumir os atos de periodização e datação como operações do historiador que se apresentam cheios de escolhas e significados políticos que impõem e desmancham marcos para a história e a memória. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 17)

A partir das análises sobre o “tempo longo”, o grupo Procad enfoca as categorias de trabalhadores “independentes” de relações industriais, que não participam diretamente das lutas (organizadas) de classe e que se sustentam em difíceis condições de vida. Isso possibilita uma emergência categórica do indivíduo em detrimento de um sujeito coletivo.³⁰ À vista disso, esse fenômeno se estabelece a partir de observações de vivências que se localizam **às margens** do capitalismo.

³⁰ Espera-se discutir essas questões de maneira aprofundada na seção posterior.

Em textos do grupo, a elaboração de E. P. Thompson (1981) sobre produção analítica e a percepção concreta da experiência humana enquanto trajetória de vida é apresentada e discutida (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004). Na introdução do segundo livro publicado pelo Procad, a explicação sobre a categoria “experiência” como elemento de interpretação do processo histórico é também considerada (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). Ou seja:

Nesse processo fundamental a incorporação da crítica dos historiadores e intelectuais ingleses, particularmente a de E. P. Thompson e de Raymond Williams, à formulação leninista de compreensão de totalidade dividida em estrutura e superestrutura, a adoção da noção de experiência social como um conceito articulador, que não divorcia a vida material da cultura e da consciência. [...] Tomar como objeto de estudo a experiência social em todas as suas dimensões implicou, para nós, não só colocar a luta de classes e as disputas sociais no centro da indagação e da explicação histórica, mas também na recusa da explicação determinista do econômico ou mesmo de conceber a realidade como somas de aspectos ou dimensões do político, econômico, cultural etc. Implicou igualmente repensar a tradição marxista, as relações entre teoria, pesquisa histórica e a perspectiva socialista. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 11)

De fato, a perspectiva de Thompson (1981) traz a possibilidade de se identificar um duplo movimento na organização categorial do termo “experiência”. Em um primeiro momento, a experiência é entendida como a matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração, ou seja, a pesquisa histórica. Em um segundo, a experiência é representada pela realização de um tempo, que é entendido como o “lugar da ação de um sujeito” e “o tempo da própria história”, conforme aponta Nicolazzi (2004, p. 11).

Ellen Wood (2006) enfatiza a importância da agência dos atores na construção das consciências sociais ao reafirmar a vitalidade crítica do termo. Para Wood, é a partir da experiência cotidiana e das lutas dos sujeitos que a consciência de classe é formada e transformada. Ela argumenta que a análise marxista tradicional, que se concentra apenas nas relações de produção, negligencia a importância da experiência social e política para a consciência de classe e para a transformação social.

Thompson [...] foi acusado de idealismo por causa da ênfase que dá à ‘experiência’, como se essa noção tivesse fugido de suas amarras materiais. Mas o uso que ele faz desse conceito não indica a intenção de romper a ligação entre ‘ser social’ e consciência social, nem de negar a primazia atribuída pelo Materialismo Histórico ao ser social em sua relação com a consciência. Ao contrário, apesar de Thompson às vezes distinguir entre níveis de experiência (‘experiência vivida’ e ‘experiência percebida’), o uso principal que ele faz dessa palavra é como um ‘termo intermediário necessário entre o ser social e a consciência social’, o meio em que o ser social determina a consciência: ‘é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades’. Nesse sentido, experiência é precisamente ‘a experiência da determinação’. Na verdade, como o conceito de Marx de ser social se refere claramente não apenas ao modo de

produção como uma ‘estrutura objetiva’ impessoal, mas também ao modo como as pessoas o vivem (é até difícil não dizer *experenciam*), a experiência de Thompson tem uma interseção significativa no “ser social”. [...] O conceito de ‘experiência’, portanto, informa que as ‘estruturas objetivas’ geram efeitos sobre a vida das pessoas; é por isso, que, por exemplo, temos classes e não apenas relações de produção. (WOOD, 2006, p. 90)

Para Thompson (1997), a análise da experiência permitiria atribuir “votos” aos homens e mulheres que viveram processos contextualizados no passado, possibilitando que valores advindos de historicidades pregressas sejam recuperados ou rejeitados nas condutas políticas do tempo presente. Dessa forma, é possível atribuir importância à agência dos atores sociais na construção do processo histórico.

Isso significa que Thompson acreditava que a análise da experiência histórica permitiria que os valores e as vivências passadas pudessem ser reconhecidos e utilizadas de forma referencial para a ação política no presente. Nesse sentido, compreender as experiências do passado torna possível identificar aspectos que ainda são relevantes e que podem ser ressignificados nas mudanças sociais. Ao mesmo tempo, é possível identificar práticas e atitudes sociais que foram superadas e que não devem ser reproduzidas. A análise da experiência, portanto, permite uma conexão entre o passado e o presente, tornando possível a construção de novos horizontes políticos a partir da concretude do processo histórico.

Nas palavras de Thompson:

Nosso voto nada modificará. E não obstante, em outro sentido, pode modificar tudo. Pois estamos dizendo que esses valores, e não aqueles, são os que tornam a história significativa *para nós*, e que esses são os valores que pretendemos ampliar em nosso presente. [...] No fim, nós também estaremos mortos e nossas vidas estão inertes nesse processo terminado, nossas intenções assimiladas a um acontecimento passado que nunca pretendemos que ocorresse. Podemos apenas esperar que os homens e mulheres do futuro se voltem para nós, afirmem e renovem nossos significados, e tornem nossa história inteligível dentro de seu próprio presente. Somente eles terão o poder de selecionar, entre os muitos significados oferecidos pelo nosso conturbado presente, e transmutar alguma parte de nosso processo em seu progresso. (THOMPSON, 1981, p. 53)

Em entrevista concedida à Merrill, Thompson (2014) argumenta:

[...] espero deixar claro que quando eu considerar uma questão como a disciplina de trabalho, ou rituais populares do século XVIII, não introduza nelas um conjunto de convicções pré-fabricadas. Mantenho-as à distância e tento examiná-las em suas próprias condições e dentro de seu próprio conjunto de relações. Porém, uma vez feito isso, se se desejar, pode-se comentar, porque se pode querer fazer uma estimativa do que significa para nós esse processo. O significado não se encontra ali, no processo, o significado está na forma como o entendemos. (THOMPSON, 2014, p. 422)

Para Thompson (1989), portanto, a transmissão de padrões, normas, regras, aspirações políticas e valores sociais entre gerações diz respeito a um processo que envolve a atribuição de significados a um tempo já vivido. Ou seja, a experiência vivenciada no passado é revivida e reinterpretada no presente, influenciando as condutas políticas e sociais em temporalidades distintas.

Sobre isto:

As tradições populares vigentes no século XVIII influenciaram a agitação jacobina de 1790, que, por sua vez, assumiu grandes e intensas proporções, pois “alterou as atitudes subpolíticas do povo, afetou o alinhamento de classe e iniciou tradições que se prologam no século atual. [...] foi uma agitação inglesa, de dimensões impressionantes, por uma democracia inglesa”. (HOSTINS, 2012, p. 160)

As “Sociedades de Correspondência”, os panfletos radicais, a literatura “romântica”, a religiosidade dissidente e os atos de oposição às mudanças do direito agrário, que se consolidaram em torno dos “costumes”, deram origem à difusão de tradições, como aquelas discutidas por Thompson (1997, 1998). No entanto, para que movimentos de tal envergadura se tornassem verificáveis no tempo histórico, vê-se como necessário levar em conta a relação entre a pesquisa historiográfica, a experiência transmitida e as análises políticas do tempo presente:

Rompendo com uma tenaz tradição historiográfica, Thompson restabelece as relações povo/classe ao descobrir na multidão dos motins pré-industriais um sentido político até então desprezado ou negado explicitamente. Mas a verdade é que a dimensão política do motim não é legível diretamente nas ações e só pode ser captada *remetendo-se o motim à cultura* de que faz parte: uma cultura popular que Thompson hesita em qualificar com a cultura ‘de classe’, mas que, sem dúvida, ‘não pode ser entendida fora dos antagonismos, adaptações e [ocasionalmente] reconciliações dialéticas de classe’. Se, em vez de julgarmos, a partir de uma noção dogmática do político, os modos de luta da multidão, inscrevermos nesses modos os antagonismos que sua cultura expressa e dialetiza, descobrimos que é a partir do ‘campo de forças da classe’ que diferentes práticas recebem o seu sentido, aglutinam-se e até adquirem coerência política: dos motins até a picaresca zombaria das virtudes burguesas, o recurso à desordem, o aproveitamento sedicioso do mercado, as blasfêmias, as cartas anônimas, as canções obscenas e até os relatos de terror. Pois todos esses são modos e formas de fazer frente à destruição de sua ‘economia moral’ e de impugnar a hegemonia da outra classe simbolizando politicamente a sua força. (MARTIN-BARBERO, 2003, p. 102-103, grifo da autora)

Thompson (1997) notou a existência de “inter-relações” analíticas entre eventos similares em períodos históricos distintos. Isso significa que batalhas ocorridas em torno da industrialização, na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, podem ajudar a compreender (e

organizar) processos de resistência em outras partes do mundo em que o sistema fabril esteja se desenvolvendo.

Podemos descobrir, em algumas causas perdidas do povo da Revolução Industrial, percepções de males sociais que ainda estão por curar. Além disso, a maior parte do mundo ainda hoje passa por problemas de industrialização e de formação de instituições democráticas, sob muitos aspectos semelhantes à nossa própria experiência durante a Revolução Industrial. Causas que forma perdidas na Inglaterra poderiam ser ganhas na Ásia ou na África. (THOMPSON, 1997, p. 13)

Assim, em meio a uma “experiência de classe” específica, os sujeitos abrem possibilidades para alcançar outras experiências sociais por meio das agências humanas, continuadas e compartilhadas no tempo histórico (THOMPSON, 1997). É importante ressaltar que, na condição de socialista humanista, Thompson, Negro e Silva (2001) conceberam que, mudanças nas relações sociais acarretariam o colapso de velhas instituições de classe, condutas sociais e possibilitariam a criação de novos de valores. Certamente, as experiências ocorridas em dinâmicas e espaços diversificados não podem ser idealisticamente transpostas entre continentes, pessoas ou grupos sociais. Elas somente adquirem sentido por intermédio das atuações humanas que têm a capacidade de ação e de renovação de “[...] códigos, expectativas e necessidades alternativas” (THOMPSON, 1998, p. 23).

As tradições criariam as condições propícias para a formação de uma classe operária, não apenas enquanto fator do modo de produção, mas segundo um grau elevado de consciência que gerasse sua identidade histórica própria. Nesse processo, o conflito de interesses visto sob a perspectiva cultural surge como conflito por temporalidades diferentes; a luta de classes, entendida como luta de valores, encontra expressão em dois elementos contraditórios entre os quais o tempo sobre a tensão de direções opostas: O ‘retorno ao anterior’ dos valores consuetudinários das camadas de trabalhadores e o ‘agora em diante’ do modelo progressivo de uma classe capitalista. (NICOLAZZI, 2004, p. 115)

A perspectiva de Thompson sobre a experiência tem sido alvo de críticas diversas, incluindo as de Perry Anderson (2018). Anderson argumenta que Thompson faz uma transposição inadequada entre os conceitos de “*Erlebnis*” (vivência) e “*Erfahrung*” (visão de mundo), considerando o aspecto “moral-existencial” mais importante do que a premissa “prático-experimental”, também, emanada pelo termo (ANDERSON, 2018, p. 41).

[...] Na maior parte do tempo, [Thompson] está inconsequentemente transferindo as virtudes e os poderes do (mais restrito) segundo tipo [“alteração subjetiva”] para o (mais geral) primeiro tipo [“ocorrência ou um episódio vivido pelos participantes”] de experiência. (ANDERSON, 2018, p. 39)

A visão de Perry Anderson (2018) tende para a dificuldade de se ter a transmissão de valores “radicais” por meio de experiências humanas, ressaltando a proeminência ideológica que se enquadra circunstancialmente em dinâmicas hegemônicas dos modos de produção. Pois, as condições específicas de cada momento histórico formariam, por um lado, as visões de mundo dominantes, e, por outro, as motivações para os embates e para as lutas entre as classes. Segundo essa concepção, as mudanças sociais estariam condicionadas pela “[...] padronização universal de modos burgueses que obliterariam formas alternativas de organização da cultura” (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 83).

Como já mencionado, o termo “experiência” possui uma dupla categorização: uma relacionada à realização concreta das relações sociais e outra relacionada ao campo analítico da perspectiva do sujeito e da escrita da história. As distinções teóricas originárias dessas duas categorias foram discutidas nos anos 1960 e 1970 e são abordadas na pesquisa de Fernando Nicolazzi (2004).

Para analisar a formulação conceitual das experiências de sujeitos sociais, Nicolazzi (2004) comparou as obras “História da Sexualidade”, de Michel Foucault, e “A Formação da Classe Operária”, de Thompson. Segundo o autor, Foucault observa uma “expectativa moral” que influencia na elaboração e na adoção de uma determinada experiência de sexualidade na antiguidade clássica. Essa expectativa é qualificada por uma perspectiva “estética ou estilística da existência” que molda a compreensão e as condutas dos sujeitos (NICOLAZZI, 2004, p. 98). Para Nicolazzi (2004), a concepção de experiência em Thompson difere da de Foucault por estar relacionada à construção de um processo histórico específico, que é realizado por meio de agência humana, ou seja, da materialização de relações sociais contraditórias e antagônicas.

Num caso, trata-se do fazer-se de uma classe simultaneamente à constituição de uma consciência de classe; noutro, trata-se do processo de subjetivação de indivíduos isolados, segundo uma relação estabelecida [por] códigos morais coletivos. (NICOLAZZI, 2004, p. 18)

Torna-se importante registrar que, na década de 1980 houve uma tendência à apropriação, de forma conjunta, das ideias do marxismo e do pós-estruturalismo pela historiografia brasileira. Nesse contexto, as concepções de Thompson e Foucault foram combinadas de maneira particular, resultando em uma hibridização das teorias sobre a formação dos sujeitos sociais, presente em diversos trabalhos acadêmicos da época (RAMOS, 2014).

O livro “A pesquisa em história” assume essa tendência ao registrar em sua epígrafe trecho desses dois autores:

[...] os valores tanto quanto as necessidades materiais serão sempre um terreno da contradição, de luta entre valores e visões-de-vida alternativos.
Thompson.

[...] uma das primeiras coisas a compreender é que o poder não está localizado e que nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam foram, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem modificados.

Foucault. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 6)

Portanto, é importante destacar que as possibilidades de automação dos sujeitos sociais são variadas e apresentam nuances mais amplas do que as referidas nesta pesquisa. A possibilidade de caldeamento dessa categoria foi tratada por Terry Eagleton (1998):

[...] o sujeito pós-moderno [passa a ser], paradoxalmente, ao mesmo tempo ‘livre’ e determinado, ‘livre’ *porque* constituído até a alma por um conjunto de forças. Nesse sentido, ele é simultaneamente mais e menos livre que o sujeito autônomo que o precedeu. Por outro lado, a tendência culturalista do pós-modernismo pode levar a um autêntico determinismo: o poder, o desejo, as convenções ou as comunidades interpretativas nos moldam, sem que possamos evitá-lo, a comportamentos e crenças específicas. A desculpa de excesso de determinação não afasta as implicações degradantes disso – que, afinal de contas, integramos sistemas múltiplos e conflitantes em vez de monolíticos, de forma a deixar o sujeito carente de identidade fixa, o que pode vir a confundir-se com sua liberdade. (EAGLETON, 1998, p. 89, grifo do autor)

Para Eagleton (1998), é relevante a capacidade de os sujeitos de se “deslocarem” entre diferentes determinações sociais, ora como entidades “rígidas”, ora como entidades “indeterminadas”. Nesse sentido, sobre a formação dos sujeitos históricos, esta pesquisa sugere que exista maior aderência de textos do Procad às orientações dos pensadores franceses e menor em relação ao marxismo inglês.

Observa-se uma filiação em torno da subjetivação humana, ressaltando a existência de forças “potenciais”, inerentes aos próprios sujeitos. Assim, tornam-se caracterizados como “indivíduos”, “trabalhadores pobres”, situados em posições sociais de sobrevivência, mas, ao mesmo tempo, vistos como portadores de virtudes e de valores morais antagônicos ao capitalismo (ALMEIDA, 2004).

Como pontuado pelo grupo:

E mais: operamos, de fato, no exercício da pesquisa, e de nossa prática social, o deslocamento para outro tempo, no qual se propõe o espaço da memória social como

o da visibilidade de sujeitos reais, que têm potência. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 7)

Na perspectiva francesa mencionada anteriormente, o processo de subjetivação não está relacionado com a ideia de “tornar-se sujeito da experiência”, pois os eventos não se originam a partir do contexto e do processo histórico, mas por meio de construções discursivas, que organizam os comportamentos estruturantes do social (NICOLAZZI, 2004).

Essa ideia pode ser observada na explicação a seguir:

Com isto buscamos retomar um sentido de tematizar o social que nos permita entendê-lo como constituído e instituinte de práticas sociais e culturais de diversos e múltiplos agentes, para que então estes agentes possam se reconhecer como sujeitos sociais na História que queremos produzir. (PROCAD, 2000, p. 8)

Nesse contexto, os “agentes” serão reconhecidos como sujeitos sociais na “história” que se deseja produzir, ou seja, derivam de uma elaboração discursiva — expressa na produção historiográfica — que poderá prover uma autoidentificação *a posteriori*. Dessa forma, as “práticas sociais e culturais” possibilitariam a “criação de significados” que tornariam mais evidentes as “potencialidades dos sujeitos sociais”, como afirma Khoury (2006, p. 27).

Isto tem significado, para nós, lidar com a experiência social e com a cultura em toda a sua complexidade, observando como processos e memórias criam significados e se expressam por meio de tendências em disputa na realidade social, sempre em movimento. Tem também significado explorar e apreender melhor de que modo lutas sociais se forjam na cultura e pela cultura e tornar mais visível a potência dos sujeitos sociais pouco destacados ou reconhecidos, com cuja experiência dialogamos. (KHOURY, 2006, p. 27)

Sendo assim, o reconhecimento de um padrão discursivo operatório para a formação de um sujeito social e de uma experiência histórica deveria reconfigurar as bases teóricas desta pesquisa? Seria necessário buscar uma análise “correta” para a elaboração historiográfica registrada em textos do grupo? Essas opções não foram consideradas, pois negariam as vinculações ao materialismo histórico requeridas em textos sínteses do Procad. Portanto, este estudo segue as escolhas defendidas e examina os modos como os conceitos discutidos foram “apropriados”.³¹ O que:

³¹ Apresentada anteriormente na introdução, a ideia de “apropriação” constitui-se em uma chave metodológica utilizada no desenvolvimento desta pesquisa.

[...] implica considerarmos que uma produção historiográfica ‘é um espelho de cem faces’ formada por diversos elementos (contexto histórico de produção, problemas, noções, métodos, tipos de fontes, formas de provação etc.) que se relacionam de modo particular em cada produção. Um mesmo elemento pode ter função, sentido ou se relacionar de forma diferente com outros elementos dependendo do espaço que ocupa, das ‘lógicas específicas em funcionamento nos usos’. (RAMOS, 2014, p. 15)

Segue-se, assim, a análise dos elementos conceituais e teóricos apresentados a partir dos significados propostos aos “sujeitos” e da importância atribuída à cultura para a elaboração da historiografia requerida pelo grupo.

Centrados nas narrativas orais, temos observado, de modo mais acurado, limites tênues em que friccionavam dominações e resistências nas relações sociais vividas mediadas por múltiplas linguagens, formam práticas que se forjam nas relações imbricadas da dinâmica social vivida, sempre em movimento; preocupamo-nos com a apreensão e explicação de modos como esses limites são vividos e tratados na consciência e na memória, constituindo-se em experiência histórica. Isso requer o exercício constante de entender as narrativas na dinâmica do social, explorando melhor as relações entre os domínios social e simbólico. (KHOURY, 2006, p. 42-43)

Os aspectos mencionados acima estão relacionados aos “modos culturais do viver”, os quais compreendem um conjunto analítico-descritivo de hábitos, lembranças, divertimentos, entre outros (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 15). Esses aspectos, enquanto atribuição de significados, influenciam nas “qualificações” dos sujeitos sociais. Desse modo, é importante notar que esses indicativos também estiveram presentes nas reflexões do DPH, anos antes da apresentação do projeto Procad:

São versões da história que estão em luta por algo muito fundamental, que é o modo como uma sociedade imagina suas origens, sua dinâmica, seus valores, suas tradições, seu futuro. É dentro disto que as pessoas podem sentir-se participantes e protagonistas de seu próprio tempo e espaço sociais. Construir uma história comum é tirar cada biografia relatada do anonimato, dos confins da vida privada, e tomá-las como parte da história pública de seu tempo. Cremos ser este o horizonte a que visam, afinal de conta, os trabalhos da memória: fazer emergir a linguagem daqueles que, enunciando-se como protagonistas da história coletiva, têm o direito de questionar e transformar uma cultura política cristalizada, paralisante, destruidora do sentido comum e diferenciado de pertencimento. (PAOLI, 1992a, p. 12)

No trecho acima, Paoli (1992a) destaca a importância de se construir uma compreensão historiográfica que inclua as diferentes perspectivas e biografias individuais, para que as pessoas possam ter um senso de pertencimento e um protagonismo na vida em sociedade. Assim sendo, a produção de memórias como um direito encontra-se intimamente ligada à construção de uma narrativa sobre o passado, que permite às pessoas o sentimento de “localização” no tempo e nos espaços sociais. Essa narrativa, ou “versão” da história, busca

reconfigurar uma “história coletiva” em que as possam se “sentir participantes” (PAOLI, 1992a, p. 12).

Sob influência de perspectivas originárias sobre o direito à memória, alguns textos do Procad (2000) concentram seus esforços na investigação das narrativas, enfatizando a importância das análises teórico-epistemológicas sobre a linguagem. Compreendendo ser as “[...] linguagens instituintes e constituintes do social”, tornando-se o elemento básico da “tessitura da vida” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 19). Dessa forma, esta pesquisa se concentra em explorar as dinâmicas em que ocorrem as discussões sobre a linguagem em proposições do grupo,³² indicando-os a partir do:

[...] processo de difusão de novos valores e realidades, estimulado novas sensibilidades, ou o de cooperação de formas de expressão de grupos, no sentido de transformá-los/esvaziá-los de seus significados históricos e sociais originais, são práticas bastante poderosas, nas quais as várias linguagens desempenham papel significativo. (KHOURY, 2006, p. 36)

A ideia de que as linguagens são “práticas sociais” dialogam com uma perspectiva marxista que considera, de forma crítica, os meios e formas de comunicação como elementos fundamentais para o desenvolvimento do modo de produção capitalista (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). Dentro dessa visão, Raymond Williams (1979, p. 35), citado nas introduções dos livros publicados pelo grupo, apoia a noção de que a linguagem seja uma “atividade prática e constitutiva”.

Porém, para o intelectual inglês:

[...] [a] ideia da linguagem como constitutiva corre sempre o perigo deste tipo de redução [elemento *indissolúvel* da autocriação humana]. Não só, porém na direção da palavra criativa isolada, que se torna idealismo, mas também, como ocorre na prática, no materialismo e no positivismo objetivista, onde “o mundo”, ou “realidade”, ou “realidade social” [é] projetado categoricamente como a formação preexistente, para a qual a linguagem [constitui] apenas uma resposta. (WILLIAMS, 1979, p. 35, grifo do autor)

Distinguindo-se de perspectivas teóricas idealistas, para Williams (1979, p. 44) a linguagem é produzida no interior de um “[...] processo material característico – [em que ocorre a] criação de signos” como uma forma de “consciência prática” determinada.

Mas a qualidade de variação [de signos] – não a variação fortuita, mas variação como elemento necessário da consciência prática – também pesa muito contra a

³² Ao invés de propor uma conceitualização única espera-se discutir as apropriações dessa categoria pelo grupo ao longo desse e do próximo capítulos.

redução dos principais fatos da determinação social à ideia de determinação por um sistema [...]. O que se tem realmente que dizer é que o signo é capaz tanto de ser internalizado – realmente, tem de ser internalizado, para que seja um signo de relação comunicativa entre pessoas reais, usando inicialmente apenas seus próprios poderes físicos para expressá-la – como de ser permanentemente disponível, de maneiras sociais e materiais, na comunicação manifesta. (WILLIAMS, 1979, p. 46-47)

Nesse sentido, a linguagem pode contribuir para as análises marxistas, revelando dimensões da relação entre o indivíduo e a coletividade. Ainda, como um elemento de “mediação”, que permite a interação e a construção de significados, categorias e conceitos compartilhados sobre o social, mas não como um fator “determinante” das relações humanas.

Portanto, segundo Williams (1979), a linguagem é uma atividade que acontece entre indivíduos reais em todo processo social — nas relações existentes em grupos, comunidades e sociedades. Por meio desse conjunto de relações é possível refletir sobre o sujeito histórico, já que o fato de a linguagem ser um fenômeno “plenamente social”, seja no “discurso interior ou exterior”, mostra a “[...] capacidade social de realizar qualquer vida individual” (WILLIAMS, 1979, p. 47).

No que concerne aos usos da linguagem na escrita da história e em outras ciências humanas, Thompson (1998) registrou que:

Ao discutir a ideologia nos seus cadernos da prisão, Gramsci a [via] fundamentalmente “na filosofia espontânea comum a todas as pessoas. Uma filosofia – conclui – derivada de três fontes: a primeira é ‘a própria linguagem, que é um conjunto de determinadas noções e conceitos, e não apenas de palavras desprovidas gramaticalmente de conteúdo’; a segunda é o ‘senso comum’; e a terceira, o folclore e a religião popular. Das três, hoje a maioria dos intelectuais do Ocidentes não hesitaria em conceder primazia para a primeira (a linguagem), não só por ser o veículo, mas a influência constitutiva sobre a consciência. Com efeito, embora a linguagem real – por exemplo, o dialeto – tenha sido pouco estudada, entrou na moda presumir que a plebe era em certo sentido determinada pela sua herança linguística, considerada, por sua vez, uma verdadeira *bricolage* de ideias díspares, derivadas de muitas fontes, mas mantidas no seu lugar pelas categorias patricias. Os plebeus chegaram a ser vistos como prisioneiros da linguagem, compelidos, até mesmo em seus momentos de rebeldia, a mover-se dentro dos parâmetros do constitucionalismo da Velha Inglaterra, da deferência devida aos líderes do patriciado e do patriarcado. (THOMPSON, 1998, p. 20)

Seguindo uma tradição materialista, Thompson compartilhava com Raymond Williams (1979) a ideia de que a linguagem não representa um elemento instituinte do social, contrariando as visões do estruturalismo e do pós-modernismo que defendem a dominação simbólica da linguagem. Para o historiador inglês, a linguagem é condicionada pelo processo histórico e pelas experiências humanas. Ao publicar pela primeira vez em 1992, Thompson (1998) acompanhava as críticas dirigidas ao “determinismo” da linguagem, que substituíam o

“economicismo” predominante em décadas anteriores à “guinada linguística” (TAYLOR, 1998).

Já Carlos Zacarias F. de Sena Júnior (2004) busca compreender as transformações nas práticas dialéticas na produção historiográfica marxista contemporânea. Em diálogo com Emília Viotti da Costa, Sena Júnior e assinalando obras de Trotsky, Gramsci, Sartre e do próprio Thompson, o autor recupera tendências dissidentes aos esquematismos e aos economicismos reducionistas postos no início do século XX (SENA JÚNIOR, 2004).

Entretanto, Sena Júnior (2004) não considera a formação de um novo paradigma linguístico enquanto substrato para a renovação do marxismo. No final dos anos 1980, entretanto, o tema da prática constitutiva da linguagem passou a ser o centro de diversas controvérsias em relação às análises políticas sobre a formação de classes (FONTES, 1993).

Miles Taylor (1998), por exemplo, destaca como a linguagem se tornou um elemento central para as reflexões sobre as classes sociais na história social inglesa:

De fato, os historiadores sociais britânicos estão sendo impelidos a fazer ao menos três guinadas linguísticas. Todas as três têm diferentes implicações para o objeto. Primeiramente, há uma guinada linguística ‘culturalista’, que enfatiza a importância do imaginado, do simbólico, da retórica e do discurso como instrumentos com os quais homens e mulheres comuns contestaram o poder e a subordinação vindos de cima, criando seus próprios rituais de resistência e experiência compartilhada. Essa abordagem em relação a linguagem não é nova. Ela pode ser encontrada na obra seminal de E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1963), e tem sido mantida desde então em periódicos tais como *History Workshop* e *Past and Present*, como também no trabalho recente de historiadores como James Epstein. Em segundo lugar, há uma guinada linguística ‘contextualista’, que afirma que formas de identidade social, como classe ou nação, não existem separadas de linguagens políticas específicas por meio das quais elas são articuladas. Esse método, que tem algumas afinidades com o trabalho de historiadores da história intelectual Quentin Skinner e John Paoock, identifica-se sobretudo com *Languages of Class: Studies in Working Class History, 1832-1982* (1983), de Gareth Stedman Jones. Finalmente, há uma guinada linguística ‘pós-modernista’, que vai um passo além e sugere que todas as formas de experiência e subjetividade são construídas por ‘narrativas’ nas quais os indivíduos imaginam a si mesmos e a seu lugar dentro da ordem política e social. Na Grã-Bretanha, essa abordagem foi encabeçada por Patrick Joyce em dois trabalhos recentes: *Visions of the People: Industrial England and the Question of Class, 1840-1914* (1991) e *Democratic Subjects: The Self and the Social in 19th Century England* (1994). (TAYLOR, 1998, p. 79-80)

Ao analisar as relações entre essas perspectivas e o tema em questão, percebe-se que as primeiras abordagens em relação às linguagens, no âmbito do projeto Procad, ocorreram durante atividades vinculadas ao DPH, no primeiro mandato do PT, na cidade de São Paulo.

Em todos [os] programas [desenvolvidos], abrimo-nos para uma reflexão conjunta sobre os símbolos, os valores, as linguagens que enunciam a memória; entre sucessos e fracassos tentamos construir modos de trabalhar as lembranças, os

julgamentos e os significados postos nas narrativas orais e nos documentos, procurando fazer com que neles uma história fosse construída, debatida, pensada, transformada. (PAOLI, 1992a, p. 10)

O projeto enviado à Capes em 2000, registrou a relevância dos projetos culturais realizados pelo Departamento, entre 1989 e 1992:

Muitos desses centros nascem das necessidades dos próprios movimentos locais (sobretudo de bairros e paróquias) de resgatar sua memória, valorizando saberes de suas experiências, firmando-se na cena histórica. Atendendo a um público específico, na sua maioria popular, esses centros fazem uso de linguagens próprias, onde se destacam formas de incorporação da oralidade e de comunicação por imagens. [...] Essa peculiaridade tem nos levado a refletir sobre o significado da oralidade e das linguagens visuais entendidas como práticas sociais, num universo popular e sobre modos como dialogar com elas. (PROCAD, 2000, p. 14)

No livro “A pesquisa em História”, publicado em 1989, o termo “linguagens” aparece, por várias vezes, vinculado às fontes imagéticas e textuais (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989). Já no projeto enviado à Capes, percebe-se que as análises linguísticas estavam restritas à eixos temáticos das pesquisas e às análises de evidências. Especificamente, em conexão teórica e metodológica com o escrutínio da literatura enquanto tema e objeto de pesquisa histórica:

Nesta direção, [...] a Literatura tem se mostrado como instigante possibilidade de nos acercarmos de dimensões do viver humano, na cidade e no campo, não habitualmente estudados. Além disto, a Literatura leva à radicalidade a reflexão sobre o papel ativo da linguagem como instituinte do social. Nessa direção, acreditamos que o texto literário, como uma experiência de natureza específica que se relaciona com outras experiências de uma dada maneira, nos permite elucidar questões não necessariamente literárias e apreender vestígios e sinais de transformações ainda em curso. (PROCAD, 2000, p. 14-15)

Na realização do projeto, entretanto, a tematização da literatura ocorreu em apenas dois estudos,³³ ao passo que os assuntos relacionados aos trabalhadores foram desenvolvidos em sete pesquisas.³⁴ De mesmo modo, a utilização de obras literárias como fonte perpassou por poucos capítulos.³⁵ Por outro lado, as fontes orais (entrevistas) subsidiaram a elaboração de quatorze textos,³⁶ dentre os vinte e sete que totalizam os relatos de pesquisa e as discussões

³³ Trata-se das pesquisas de Dalva Silva (2006) e Peixoto (2006).

³⁴ Almeida (2004), Varussa (2004, 2006), Morais (2004), Vasconcelos (2004), Laverdi (2006) e Maciel (2006).

³⁵ Entre esses, Paula (2004, 2006).

³⁶ Khoury (2004, 2006), Almeida (2004, 2006), Calvo (2004), Varussa (2004, 2006), Morais (2004, 2006), Vasconcelos (2004, 2006), Oliveira (2004), Paula (2004) e Laverdi (2006).

teóricas.³⁷ Essas circunstâncias levaram o grupo a realizar uma readequação metodológica, voltando das discussões sobre literatura para as entrevistas orais. Essa hipótese é sustentada pelo seguinte registro:

Enfrentar a questão das linguagens nos levou até mesmo a aceitar que era possível produzir outras fontes e, claro, nos deu o alento necessário para trabalhar com depoimentos e entrevistas, vencendo resistências, desenvolvendo outros ângulos de abordagem. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 12)

Para explorar as mudanças metodológicas no uso da linguagem, o próximo capítulo examinará algumas discussões realizadas em textos publicados pelo grupo Procad, sobre a produção e usos das fontes orais.

³⁷ Excetuando apresentações, introduções e traduções que estão contidas nas duas coletâneas publicadas pelo grupo.

4 HISTÓRIA E FONTES ORAIS: LINGUAGENS E EXPERIÊNCIAS INDIVIDUAIS

Em várias partes do mundo, a história oral é considerada uma forma de pesquisa histórica que se realiza fora do ambiente acadêmico convencional. Essa abordagem visa, sobretudo, registrar depoimentos, em consonância com uma compreensão do poder pessoal, que permite aos entrevistados terem voz e participação ativa na construção da história.

Em diálogo com Thomson (2002):

[...] [os exemplos] mostram como a articulação e a comunicação de lembranças anteriormente silenciadas ou ignoradas podem ter um poderoso valor para o narrador, mas também como a produção de narrativas públicas sobre a história de uma comunidade particular pode proporcionar palavras e significados que permitem a narração de histórias privadas. Há um "ciclo de reconhecimento" entre o testemunho pessoal e a história pública. Por exemplo, um projeto de educação de adultos no Centro de Estudos Portorriquenhos em Nova York encorajava um grupo de mulheres portorriquenhas a narrar e coletar histórias de vida. Os temas emergentes de luta e sobrevivência provocaram novas lembranças, deram forma aos relatos individuais e desafiaram os estereótipos da mídia que, no passado, reconheceram inadequadamente suas vidas e silenciaram suas histórias. O projeto gerou "histórias exemplares" para as mulheres, para os membros de suas famílias e para outros portorriquenhos de Nova York. (THOMSON, 2002, p. 352)

Do ponto de vista teórico, nota-se uma estreita relação entre a abordagem da história oral e a noção de *Erfahrung*, ou visão de mundo, o que torna a produção de fontes orais uma forma particular de compreensão da vida e da sociedade em torno daqueles que se dispõem a registrar suas falas (ANDERSON, 2018). No tratamento de aspectos sobre a tomada de “consciência”, Alessandro Portelli (2001), professor de literatura inglesa e pesquisador de História Oral, destaca a importância da análise das vivências e das elaborações cognitivas em torno delas.

Em outras palavras, os usos não acadêmicos do livro não apenas devolvem o orgulho e a identidade para os partigianos e sobreviventes [do Massacre das Fossas Ardeatinas, ocorrido durante a 2ª Guerra Mundial], mas recuperam uma **consciência** desses eventos e do significado deles para uma comunidade nacional ampla. (PORTELLI, 2016, p. 24, grifo nosso)

Nesta seção, o objetivo é analisar as entrevistas produzidas pelo grupo Procad, chamadas de “História Oral” ou fontes orais,³⁸ e entender as apropriações teóricas que embasaram o uso dessas fontes. Acredita-se que, a produção de fontes orais em um projeto acadêmico que valorizava a compreensão da realidade por meio da construção de linguagens,

³⁸ Não se busca discutir a controvérsia entre as opções metodológicas a respeito de fonte orais ou História Oral, para tanto recomenda-se, entre outros: Joutard (1998).

permite a reconstituição de “[...] formas de experiência e subjetividade [...] construídas por ‘narrativas’ nas quais os indivíduos imaginam a si mesmos e a seu lugar dentro da ordem política e social”³⁹ (TAYLOR, 1998, p. 79-80).

Infere-se que, a produção de registros orais realizada pelo DPH, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina em São Paulo, tenha influenciado a base metodológica do projeto Procad, tornando-se um elemento crucial para o desenvolvimento das pesquisas.⁴⁰ Essa hipótese é sustentada por uma evidência relacionada às ações feitas durante a primeira administração do PT na cidade de São Paulo:

Cursos, colóquios, seminários e congressos internacionais com especialistas em patrimônio histórico, história social e história oral, desdobrado nos seguintes programas: ‘Registros de Memória Paulistana’, com moradores idosos, principalmente mulheres; ‘Memória do Trabalho Fabril’, história da formação de sujeitos coletivos na experiência do trabalho industrial, realizada em conjunto com a Associação de Aposentados da Fábrica de Cimento Perus e antigos operários da indústria têxtil, habitantes da zona leste da cidade; ‘Memória dos Movimentos Sociais’, sobre a formação e a trajetória de movimentos sociais que modificaram a paisagem e a vida da cidade, introduzindo formas de participação, como o Movimento de Saúde da Zona Leste e o de Campo Limpo, no extremo sul da cidade. (CHAUÍ, 2006, p. 93-94)

As fontes orais foram utilizadas não apenas como meio de registro de grupos e movimentos sociais, mas também como recursos educativos em projetos de patrimônio histórico naqueles anos (SILVA, M., 1995). Estes possuíam, enquanto uma das dimensões de estudos, a dedicação em:

[...] entrevistar militantes, possibilitou a formação de uma coleção de depoimentos orais. [...]. Acompanhando e realizando estudos sobre trabalhadores e populações marginalizadas nos meios urbanos e rurais por meio da produção e do uso de depoimentos e de histórias de vida, foram emergindo questões complexas não só sobre as relações cidade e campo, sobre oralidade e o seu lugar nas sociedades modernas, como também sobre os significados, o fluir e os trabalhos da memória narrada, colocando-nos no desafio de avançarmos na reflexão por esses caminhos. O trabalho com história oral, com oralidade e com a memória nos transportam para a escuta da cidade e do campo através das palavras, privilegiando a maneira pela qual as pessoas não só se exprimem, como também organizam a vida cotidiana, animam seu tempo de trabalho e de lazer, constroem seu imaginário, tecem elos entre si e com os lugares que habitam e que representam. No entretecer da experiência e no ato de narrar as memórias enraizadas em lugares específicos, se desenraizam, viajam, se reelaboram de múltiplas formas, num processo de reapropriação de novos lugares. Trabalhar com a narração de experiências rurais e urbanas tem nos levado a pensar como, através da memória, esses viveres imbricam-se, interagem e tensionam, introduzem-nos a formas, por meio das quais se recriam, ampliam-se e

³⁹ Como anteriormente citado.

⁴⁰ Isso pode ser constatado pelas nas missões de trabalho realizadas no desenvolvimento do projeto (PROCAD, 2000).

misturam-se experiências rurais e urbanas, que também se armazenam, difundem-se e se reelaboram pelos processos da memória. (PROCAD, 2000, p. 14)

A análise de textos sobre os “trabalhadores” revela que o Procad se utilizou de entrevistas “dialogadas” para evidenciar os modos de vida e as perspectivas dos “excluídos” (FENELON *et al.*, 2004; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY, 2006). Na visão desta pesquisa, as discussões sobre a produção de “história oral” feita pelo grupo fornecem pistas para compreender a produção de uma **historiografia interdisciplinar**, que buscava captar visões alternativas de mundo a partir das manifestações dos sujeitos sociais. Na elaboração do projeto enviado à Capes tem-se a seguinte reflexão:

Uma das dimensões destes estudos, dedicada a entrevistar militantes, possibilitou a formação de uma coleção de depoimentos orais. Nesse processo, temos organizado seminários e oficinas para reflexão sobre a natureza do trabalho com história oral, para reflexão sobre metodologias neste trabalho, investindo uma troca interdisciplinar instigante e frutífera. (PROCAD, 2000, p. 14)

Alessandro Portelli (2001) argumenta que as narrativas orais constituem um campo específico de produção de conhecimento, dotado de lógica disciplinar própria, portanto, distinta daquela exigida, por exemplo, pela história social. Nesse sentido, a prática da história oral requer certos cuidados particulares, tais como:

[...] avaliar [a] mesma a partir de todos os gêneros reconhecidos e irreconhecíveis do discurso oral, do provérbio ao poema épico, ainda assim ela é diferente de todas elas, por sua composição oral interna (um gênero de gêneros) e por sua posição cultural peculiar. Enquanto os gêneros de expressão oral e cultural atuam dentro do mundo da oralidade, a história oral se inicia na oralidade do narrador, mas é encaminhada (e concluída) em direção ao texto escrito do historiador. (PORTELLI, 2001, p. 13)

Para os(as) pesquisadores(as) da área, torna-se crucial a delimitação de um tema específico que expresse suas intenções e perspectivas analíticas. Isso ocorre porque, em teoria e prática, a história oral pode abordar qualquer assunto, como apontado por Portelli (2001). Porém, mesmo diante de uma miríade de temas disponíveis para a produção de história oral, Portelli destaca que:

[...] no âmago da história oral [...] repousa um profundo foco temático, que a distingue de outras abordagens e disciplinas também baseadas em trabalho de campo e entrevistas, tais como a antropologia, sociologia, folclore: a combinação entre a prevalência da forma narrativa, de um lado, e a pesquisa por uma conexão entre biografia e história, entre experiência individual e as transformações da sociedade, de outro. (PORTELLI, 2001, p. 14)

No contexto da história social e de suas especificidades, os acontecimentos podem ser observados por meio de evidências “deixadas” no tempo. Assim, condicionados pela existência concreta, a seleção e a organização dessas ficam a cargo dos(as) historiadores(as), a partir de uma relação “dialética” entre o real e a interpretação do real. O historiador inglês explica tal perspectiva da seguinte forma:

O objeto real (eu disse) é epistemologicamente inerte; isto é, não se pode impor ou revelar ao conhecimento: tudo isso se processa no pensamento e seus procedimentos. Mas isto não significa que seja inerte de outras maneiras: não precisa, de modo algum, ser sociológica ou ideologicamente inerte. E, coroando tudo, o real não está “lá fora” e o pensamento dentro do silencioso auditório de conferências de nossas cabeças, “aqui dentro”. Pensamento e ser habitam um único espaço, que somos nós mesmos. Mesmo quando pensamos, também temos fome e ódio, adocemos ou amamos, e a consciência está misturada ao ser: mesmo ao contemplarmos o “real” sentimos a nossa própria realidade palpável. (THOMPSON, 1981, p. 27)

Nesse contexto, E. P. Thompson (1981) destaca a importância de examinar a estrutura social hegemônica e levar em conta os interesses e experiências dos grupos marginalizados e subalternos, que, efetivamente, viveram as circunstâncias observadas.

Os fatos estão *ali*, inscritos no registro histórico, com determinadas propriedades, mas isso não implica, de certo, uma noção de que esses fatos revelam seus significados e relações [conhecimento histórico] por si mesmos, e independentemente dos procedimentos teóricos. [...] Um historiador está autorizado, em sua prática, a fazer uma suposição provisória de caráter epistemológico: a de que a evidência que está utilizando tem uma existência nas formas de pensamento, que essa evidência é testemunha de um processo histórico real, e que esse processo [ou alguma compreensão aproximada dele] [seria] o objeto de conhecimento histórico. (THOMPSON, 1981, p. 37-38, grifo do autor)

No território da historiografia francesa, de acordo com Jacques Le Goff (2001), Marc Bloch se opôs à perspectiva defendida por Charles Seignobos sobre o “ponto de partida” da produção historiográfica. Em consonância com Bloch, o medievalista argumenta que, a identificação de fatos históricos se fundamenta a partir das análises das fontes, constituindo assim uma base que levará a efeito a produção desses.

Marc Bloch não aceitava em seu mestre Charles Seignobos, principal representante desses historiadores ‘positivistas’, era iniciar o trabalho do historiador somente com a coleta dos fatos, ao passo que uma fase anterior essencial exige do historiador a consciência ativa de sua parte para transformar a fonte em documento e, em seguida, constituir esses documentos, esses fatos históricos, em problemas. (LE GOFF, 2001, p. 19)

Em textos produzidos pelo Procad, que lidam com a produção de fontes orais, percebe-se uma abordagem distinta das ideias de Portelli (2006) sobre a noção de “acontecimentos”. Enquanto Portelli (2006) enfatiza a importância das fontes orais como instrumentos da construção de uma história na qual ocorrências passadas e experiências pessoais se inter-relacionam, isto é, a partir de um processo previamente conhecido, as formulações ligadas ao grupo se atentam para a produção do “fato histórico” no processo de realização das entrevistas.

Nesse sentido, a produção dialógica e discursiva da linguagem torna-se o elemento central para a construção de um conhecimento historiográfico. Assim, o dialogal assume um papel decisivo na construção do “objeto” de pesquisa. Certos procedimentos que apontam para essa metodologia foram apresentados no texto de Yara Khoury (2004):

Não há uma fórmula; a escrita se faz no movimento da própria reflexão, cujo tema central é o encontro, o diálogo em torno da problemática estudada. Para isso, temos tentado trazer para a escrita elementos e circunstâncias significativas ocorridas no processo de diálogo e reflexão, incorporar os trechos das falas que dão sentido a discussão que procuramos manter, fazemos os comentários a respeito. A incorporação das passagens se faz por razões diferentes e em níveis diferentes. (KHOURY, 2004, p. 137-138)

Considerando a essência dialógica da metodologia, sugere-se a seguinte pergunta: as narrativas orais apresentam fatos que possuem a mesma “natureza” dos observados em um processo histórico real? (THOMPSON, 1981).⁴¹ Em crítica ao pensamento de Louis Althusser, Thompson (1981) ressalta o que considerava ser um desprezo pelas ações humanas. O historiador inglês alega que Althusser, ao afastar “a agência humana da história”, apresenta a configuração de um “processo sem sujeitos” (THOMPSON, 1981, p. 102).

Os acontecimentos humanos são o processo, mas a prática humana [e, ainda menos, as intenções, as ‘vontades’] em nada contribui para esse processo. Assim, longe de ser original, trata-se de um modo de pensar muito antigo: processo é destino. Mas se um processo humano sem um sujeito [humano] parece não ser totalmente fortuito – um simples resultado de colisões fortuitas – mas dotado de formas e padrões inteligíveis aos humanos, então, por um modo de pensar igualmente antigo, deve ser visto como sendo *desejado*, sujeito a uma compulsão extra-humana: Providência, Vontade Divina, a Ideia, Destino evolucionário, Necessidade. (THOMPSON, 1981, p. 102)

⁴¹ Certamente, seria pertinente uma discussão sobre as mudanças nas operações históricas e na produção historiográfica ao longo do século XX. Recomenda-se, então, a excelente revisão apresentada na introdução da tese de Ramos (2014) e frisa-se, novamente, a particularidade da discussão em tela. Ou seja, as apropriações feitas em produções vinculados ao Procad de categorias e fundamentos da história social inglesa.

Para Thompson (1981), a leitura do processo histórico apresenta um conjunto de causas que se mostram evidentes por meio de análises historiográficas. Desse modo, compreende-se que essa tradição materialista tende a determinar os fatores processuais à agência dos sujeitos. “Não se trata [evidentemente] de um destino” (THOMPSON, 1981, p. 102). Ou seja, tais limites não aniquilam as ações, individuais ou coletivas, e as cognições humanas (pressões) no interior do processo histórico. Assim, mesmo com semelhanças e padrões reconhecíveis, o processo não se torna preconcebido por meio de premeditações teleológicas.

Ao contrário da ideia de que os sujeitos não têm papel ativo no processo histórico, Thompson (1981) argumentava que eles intervêm de forma consciente a partir de agências interligadas às experiências sociais. Nessa perspectiva, a determinação das linguagens e a produção do objeto durante a realização de entrevista poderia inverter o axioma proposto por E. P. Thompson. Ou seja, essa produção tende a abrir espaço para o aparecimento de “sujeitos sem processo”, isto é, personagens absortos em momentos dialogais.

A opção epistemológica pela linguagem implica na presença de um “emissor” específico, nos textos do Procad esse “ser” aparece prefigurado em relação a um determinado conteúdo argumentativo (PORTELLI, 2006). Com tal discussão, não se busca retomar o debate a respeito de “verdades” ou de “mentiras” sobre as narrativas, nem mesmo recuperar padrões normativos (metódicos) de críticas internas e externas dos “documentos”, há tempos superada. Pretende-se, apenas, frisar que o ato narrativo é iniciado por um “sujeito” — não necessariamente o “ser” da ação:

O sujeito da fala é axiomáticamente *individual* – ‘não falem todos juntos’ é a forma costumeira de se dizer que a fala plural é não-fala, que não pode ser ouvida. Em contraste, os sujeitos relevantes no domínio das estruturas econômicas, políticas, culturais ou militares são primeiro e antes de *tudo* coletivos: nações, classes, castas, grupos, gerações. Juntamente porque é assim, a ação *destes* sujeitos é capaz de efetivar profundas transformações daquelas estruturas. (ANDERSON, 1985, p. 50)

A crítica contida no excerto de Anderson (1985), aponta para a difícil conexão entre as análises das esferas políticas, econômicas e militares, por um lado, e as vozes dos indivíduos pertencentes às classes não hegemônicas, por outro. Além disso, tem-se a consideração sobre os conflitos de poder que se encontram presentes nas vocalizações sociais.

Por exemplo, a expressão do Estado ou da propaganda, no contexto da elaboração de memórias oficiais ou símbolos de consumo, não se equivalem à manifestação discursiva de um sujeito “anônimo”. Tanto no âmbito social, quanto na composição das evidências. Vimos

que, as dimensões ideológicas, a partir de ampliadas posições hegemônicas, não aparecem em textos do grupo Procad, apesar de constarem nesses a necessidade de superação analítica dos “textos”. Tal como registrado pelo grupo:

Considerar a linguagem como atividade prática e constitutiva do social leva-nos a indagar sobre o caráter histórico da linguagem e, portanto, da possibilidade de considerar seus múltiplos aspectos e dimensões: como um sistema de signos já dado e como espaço de invenção do novo e da criatividade; daí a importância e mesmo a necessidade de, ao examiná-la, estarmos atentos aos frequentes deslocamento de sentidos aos quais está sujeita. De tudo isso decorre a necessidade de vencer as dificuldades de lidar com as ambiguidades das fontes, focalizando mais os processos históricos constitutivos da linguagem por meio da qual determinada fonte se expressa e, assim, extrapolar os limites do ‘texto’, isto é, sair do que a fonte diz para a rede de relações nas quais esta fonte se engendra, perseguindo os fios que lhe dão sentido na trama social. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 20)

A produção e utilização de fontes orais no contexto apresentado em textos do Procad, ao enfatizar que os “fatos” sejam construídos na relação da entrevista, a partir de uma relação dialogal, permite, em princípio, a emergência de múltiplas “histórias”. Aliás, a noção de “outras histórias” tornou-se a característica central da prática historiográfica de integrantes do grupo.

Lendo os nossos trabalhos, as ‘memórias’ sempre aparecem no plural, no entanto, quase sempre a ‘História’ aparece no singular. É muito difícil colocar o ‘s’ na História com ‘H’. Este parece ser um dos desafios a enfrentar aqui: assumir que o ‘s’ do plural não está no subtítulo para mera composição de simetria. [...] Nesse ponto, evidencia-se a importância que teve Beatriz Sarlo como uma das referências do nosso pensar. Principalmente no que diz respeito à formulação de nosso conceito de contemporaneidade e de sua projeção na narrativa da história. Afirmávamos a pertinência da pesquisa histórica que se propusesse com vitalidade crítica e que buscasse não só a retrospectiva, mas a prospecção, dinamizando as relações entre memória e história. (FENELON *et al.*, 2004, p. 5-6)

Assim como em outras áreas das ciências humanas, o(a) historiador(a) social tende a revelar, por meio de entrevistas, diferentes níveis de experiências sociais em um determinado período histórico. Nesse sentido, torna-se necessário conectar a narrativa individual com as experiências sociais mais amplas. Portanto, é preciso compreender os “[...] significados da experiência pessoal, por um lado, e o impacto pessoal das questões históricas, por outro” (PORTELLI, 2016, p. 16).

Nesse sentido, a produção de fontes orais permite apreensão das relações sociais que denotam as estruturas de formas políticas que estão determinadas por contextos sociais específicos. Tais contextos são apropriados pelos sentidos e interpretações de uma história privada que localiza em seu interior, com a formação de uma história pública, ou socialmente partilhada sobre eventos específicos. Na relação entre as

dinâmicas privadas e públicas, as quais os sujeitos se colocam pelos movimentos das relações sociais vividas, dentro de um modo de produção historicamente determinante, ‘a história oral [...] diz respeito não só ao evento’, no caso coletivo dos sujeitos de nossas pesquisas; ‘diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores.’ (MORAIS; DE SORDI; FÁVERO, 2019, p. 12)

As perspectivas do materialismo histórico anteriormente apresentadas se encontram de acordo com as reflexões de Alessandro Portelli (2016, p. 16), isto é, a “História e as histórias” são entidades que coexistem de forma imbricada e indissociável, formando uma relação intrínseca.

O cerne duro da história oral reside exatamente nesse ponto, no qual a história invade as vidas privadas (por exemplo: quando a guerra invade o espaço doméstico sob a forma de uma bomba é jogada de um avião) ou quando as vidas privadas são sugadas para dentro da história (por exemplo: a experiência das trincheiras na Primeira Guerra Mundial ou a experiência das tropas italianas na campanha russa na Segunda Guerra Mundial). (PORTELLI, 2016, p. 16)

Com base nessas abordagens, que integram a dimensão “pública” (história) e a dimensão “privada” (histórias), Alessandro Portelli (2006) argumenta que, a relação entre os eventos efetivos e suas interpretações torna-se fundamental para o processo de elaboração da história oral. Isso implica, como dito, no reconhecimento de perspectivas particulares em conexão com os eventos coletivos mais amplos.

Representações e ‘fatos’ não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem. Talvez essa interação seja o campo específico da história oral, que é contabilizada como história com fatos reconstruídos, mas também aprende, em sua prática de trabalho de campo dialógico e na confrontação crítica com a alteridade dos narradores, a entender representações. (PORTELLI, 2006, p. 111)

Uma vez que, a tendência de pesquisas do Procad se concentra na individualização da prática historiográfica, por meio de entrevistas dialogadas, as compreensões acerca da produção e do uso de fontes orais afastam as produções decorrentes do paradigma “História e histórias” (PORTELLI, 2016, p. 16). Em vez disso, surgem possibilidades para o desenvolvimento da noção de “pluralidade” de narrativas, que é por vezes mencionada em muitos textos produzidos pelo Procad (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006; FENELON, 2000; PROCAD, 2000; FENELON, 1992). Em certa perspectiva, a noção remete à ideia de que a história não se configure como um **ente unitário** e que existem diferentes pontos de vista a serem considerados na construção do conhecimento histórico.

Tal assertiva, entretanto, contraria algumas proposições da história social, haja vista que essa se baseia em uma certa unidade analítica, ou seja, em um “processo estruturado” (THOMPSON, 1981). Encontra-se, assim, um paradoxo entre as perspectivas analíticas materialistas, não “ortodoxas”, e as tendências postas nas considerações de textos do grupo. As ambiguidades se ampliam quando, nas pesquisas empíricas, o termo experiência se pluraliza por meio de diversificadas vivências — ou pela singularização das “experiências” — de grupos, frações de classe e de indivíduos.

Nessa lida, temos buscado investigar como homes e mulheres, compartilhando experiências sociais, vivendo e transformando modos de vida, identidades, vão se apropriando de valores e tradições, nas lutas cotidianas, alimentando e modificando sentimentos de pertencimento a um lugar, a um grupo, a uma memória; como vão criando referências culturais próprias e se apropriando de outras, e como essas experiências se fazem em meio a contradições a ambiguidades. (KHOURY, 2006, p. 28-29)

A amplitude dimensional atribuída à experiência, conferida às expressões particulares dos sujeitos, caracteriza a noção da “pluralidade” (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004). Já a complexidade da transposição conceitual da “experiência”, como fenômeno histórico, para “as experiências”, particularidades, se intensifica na produção de entrevistas orais. Essa condição surge nos textos sínteses como uma forma de lidar com as linguagens utilizadas pelos sujeitos, interpretadas como “[...] práticas constitutivas do social” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 15). A proposição da “multiplicidade” das experiências, por seu turno, foi considerada positiva para a revelação de valores alternativos à realidade vivenciada, como aponta Khoury (2004).

[...] no diálogo como pessoas cuja experiência exploramos, procuramos compreender os processos e conjunturas nos quais as narrativas se fazem e assumem significados próprios, ao tempo em que refletimos sobre a história e sua escrita [...]. Imbuídos da noção de sujeito anteriormente apontada, dialogar com pessoas sobre cuja experiência refletimos, tem significado explorar modos como narrativas pessoais e únicas trazem dimensões do social vivido e compartilhado; como apontam alternativas em jogo na realidade social, processos de dominação e resistência, horizontes possíveis, limites enfrentados ou a enfrentar. Tem significado compreender essas narrativas dos sujeitos no social como expressões de suas carências, expectativas lutas e acomodações na vida social. (KHOURY, 2006, p. 28)

No projeto Procad, é possível perceber que as práticas historiográficas adotaram a unidade pessoal, enquanto foco prioritário para as análises projetadas. Assim, em textos do grupo, entender a história de vida de “cada indivíduo” participante das pesquisas permitiria entrever os processos sociais mais amplos.

A busca constante pela pluralidade de maneiras de construir o cotidiano de cada indivíduo e por historicizar diferentes experiências sociais sem nos restringir às oposições rígidas e estáticas, impõe-nos o cuidado redobrado com a construção de categorias analíticas. Não se trata aqui de negar a força de tais dicotomias, especialmente quando elas são impostas e interpretadas como se fossem tendências naturais e, portanto, a-históricas. Trata-se, muito mais, de historicizar como foi possível realizar tais oposições e, sobretudo, para além delas, indagar sobre outras maneiras de organizar o mundo e a vida de homens, mulheres e crianças. (PROCAD, 2000, p. 13)

Apesar da presença de notações sobre o “confronto na dinâmica social”, a “pluralidade” demanda um esforço maior de interpretação e análise sobre como a percepção de classe é elaborada à luz de questionamentos epistemológicos formativos da metodologia do grupo (PORTELLI, 2016, p. 16). Tais como:

Temos evitado que nossas interpretações se sobreponham às dos entrevistados, de modo paternalista ou autoritário? Como produzir um texto forjado por múltiplas vozes, atribuindo-lhes o devido valor como atos interpretativos significativos da realidade em estudo? Como restituir, com a narrativa final que construímos, um produto no qual as pessoas que conversamos, possam ser reconhecer; no qual todos nós, enfim, possamos nos reconhecer em diálogo? Que cuidados ter para que esse produto não seja o resultado de uma somatória de informações, mas expressão de relações sociais vividas em convívio e em confronto na dinâmica social? (KHOURY, 2004, p. 123)

Ao que parece, o desafio maior entre a prática e a definição analítica de pontos de vista individuais de um sujeito “pluralizado” é o de estabelecer a análise conjugada de diversos personagens em uma só escrita historiográfica, a partir da noção de “outras histórias”. Isso se difere radicalmente da pesquisa centrada em uma só pessoa. Recordar-se, aliás, que tal perspectiva é recorrente em diferentes “escolas” historiográficas. Exemplo disso se encontra na obra do historiador francês Lucien Febvre, tal como observado por Ana Silva (1998):

Essa concepção da abordagem de uma realidade passada implica necessidade de adentramento numa mentalidade individual – o que é feito por Febvre mediante o resgate dos documentos a partir de seus próprios contextos, confrontando-os entre si, recompondo as polêmicas e debates que lhes deram origem, realizado, enfim, uma minuciosa análise do discurso. Dessa forma, esse procedimento de crítica documental no qual o próprio sujeito é reinserido no contexto de seus interlocutores como mais um interlocutor, permite que Febvre apreenda as ambiguidades, as ‘verdades contraditórias’ que envolvem o pensamento individual e que se exteriorizam nas próprias contradições da sociedade da época. (SILVA, A., 1998, p. 127, grifo da autora)⁴²

⁴² Como também em pesquisas que utilizam a metodologia da micro-história italiana, influenciadas, entre outras, por Carlo Ginzburg (2006).

Segundo Thompson (1981, p. 101), as “[...] vontades individuais [...] agem em conjunto com outras como ‘vontades’ agrupadas – como famílias, comunidades, interesses e, acima de tudo, como classes”. Essas forças unicelulares são percebidas como uma unidade contextual nas análises marxistas, que consideram ser o “[...] gênero humano constituído por meio de inúmeras particularidades, como trabalho socializado, classe e nação” (COUTINHO, 2017, p. 34).

Portanto, o contexto social em que um ser vive apresenta-se como inevitável para entender o modo como a história humana acontece. Esse ponto de vista se difere da abordagem que considera a produção de conhecimento histórico como um processo indeterminado, descolado de suas raízes sociais. A ideia de que o ser pode ser considerado independentemente do contexto social em que está inserido entra em conflito com a concepção fundamental da “tradição marxista”, que enfatiza a “[...] primazia do ser social na formação do processo histórico” (HOSTINS, 2012, p. 153).

Portanto, como princípio fundamental da vida, e como elemento essencial na escrita da história, a epistemologia materialista argumenta que a relação entre o ser social e a consciência social é um fator crucial da condição humana. Isso porque, além de influenciar a produção e reprodução dos indivíduos, essa concepção também está relacionada à formação da inteligibilidade — ou consciência — do sujeito em relação à vida em sociedade.

De acordo com Henri Lefebvre (1979):

Graças à sua própria atividade, os indivíduos contraem, pois, determinadas relações, *as relações sociais*. Não podem desligar-se destas relações; a sua existência depende delas, bem com a própria natureza de suas atividades, os limites e as suas possibilidades. [...] Assim, as relações em que o indivíduo participa necessariamente, [...] constituem o *ser social* de cada indivíduo; e é este ser social que determina a consciência, e não a consciência que determina o ser social. (LEFEBVRE, 1979, p. 56, grifo do autor)

Na percepção desta pesquisa, esse aspecto contribui significativamente para a discussão sobre a produção do “ser social”, no qual as ações dos sujeitos compõem a estruturação de um tempo histórico. Sobre isso, José Antônio Vasconcelos (2018) salienta:

Por meio de uma dinâmica de circularidade ou flexibilidade de todo comportamento humano, cada existência individual afeta, de um modo ou de outro, as demais, de forma que o resultado dessas relações [se tornam] totalmente imprevisível. Seguindo o raciocínio de Thompson, somos forçados a admitir que são os homens, seres concretos, os verdadeiros agentes do processo histórico, e não a simples abstração econômica a que os marxistas ortodoxos dão o nome de base. (VASCONCELOS, 2018, p. 67-68)

Na obra de Thompson (1981, p. 182):

[...] homens e mulheres retornam como sujeitos [...], não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos”. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Na visão de Perry Anderson (2018), Thompson foi, em parte, assertivo ao considerar que as “vontades individuais” não sejam átomos que se chocam indefinitivamente, mas sim que agem umas sobre as outras como “vontades agrupadas”.

Mas [Thompson] [...] redefine classes de uma forma tal que, na verdade, a faz dependente de uma soma de vontades individuais, uma vez que “as classes surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagonísticos e passam a lutar, a pensar e a definir valor em termos de classes: desse modo, o processo de formação de classe é um processo que gera a si mesmo, ainda que sob condições dadas. (ANDERSON, 2018, p. 61-62)

Diferentes correntes do materialismo histórico destacaram as particularidades de indivíduos frente aos contextos de produção social da vida e da compreensão da história. Sobre a “unidade” de perspectivas frente a “multiplicidade” de presenças individuais, Engels (1975) assinalava que:

[...] apesar dos objetivos conscientemente esperados de todos os indivíduos, domina aparentemente à superfície, grosso modo, o acaso. Só raramente acontece o querido; na maioria dos casos, os múltiplos objetivos esperados entrecruzam-se e contradizem-se [...] esses mesmos objetivos são de antemão irrealizáveis, ou os meios são insuficientes. Assim, os choques das inúmeras vontades individuais e ações individuais conduzem a um estado que é totalmente análogo ao que domina na Natureza desprovida de consciência. Os objetivos das ações são esperados, mas os resultados que realmente decorrem das ações não são esperados, ou, na medida em que primeiro parecem, contudo, corresponder ao objetivo querido, têm finalmente consequências totalmente diferentes das queridas. Os acontecimentos históricos aparecem, assim, grosso modo, como que igualmente dominados pela casualidade. Mas, lá onde, à superfície, o acaso conduz o seu jogo, ele está sempre dominado por leis internas ocultas, e trata-se apenas de descobrir estas leis. (ENGELS, 1975, p. 138)

Engels (1975) tentava entender como os indivíduos eram influenciados pelas circunstâncias e pelos contextos em que a vida se desenvolvia conjuntamente. Em outros termos, havia uma relevância dessa discussão entre correntes do marxismo, sobretudo, considerando a presença individual múltipla no contexto das formações coletivas. Desse modo, o que prevaleceria enquanto fator individual no conjunto das dinâmicas sociais

ampliadas? Como o complexo de diferentes interesses se conformariam em um encadeamento histórico perceptível para a análise do conjunto das relações humanas?

Em vistas a tais questões, Williams (1979, p. 87) afirmava que o “[...] marxismo não pode ser válido sem algum conceito de determinação, mas também não pode ser válido se tiver muitos conceitos de determinação”. De acordo com o autor:

A palavra inglesa *definite* traduz as formas de Marx de *bestimmen*. A fase existente da produção material, e as relações sociais que a ela correspondem, são nesse sentido fixas. [...] Partindo desse sentido de condições determinadas, é fácil compreender a evolução de um marxismo que ressaltava as ‘leis férreas’, as ‘condições absolutamente objetivas’, de uma economia da qual tudo o mais se seguia. Nessa interpretação influente, o marxismo havia descoberto as ‘leis’ de um sistema externo objetivo de economia, e tudo o mais seguiu-se, mais cedo ou mais tarde, direta ou indiretamente, dessas leis. (WILLIAMS, 1973, p. 89, grifo do autor)

Nos textos sínteses do grupo não constam discussões específicas sobre a ideia de “determinação”. Porém, o livro “A pesquisa em história”, visto nesta pesquisa como uma referência conceitual e epistemológica do projeto, apresenta o seguinte registro:

Algumas correntes marxistas, por exemplo, ao generalizarem para qualquer tempo e lugar as análises de Marx sobre conjunturas determinadas, acabam fossilizando suas palavras. Em decorrência disso a ideia de necessidade histórica inscrita nos fatos aparece como elemento-chave no esquema explicativo. Dentro desse esquema, a própria ação dos sujeitos históricos (classes) aparece em plano secundário em relação às determinações estruturais que são os elementos condicionantes dessa ação. Essas determinações estruturais são identificadas como a organização da produção entendida separadamente de outras manifestações (ideias, emoções, valores, sentimentos etc.) tidas como decorrentes dessa. (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989, p. 15-16)

A perspectiva materialista mencionada acima se encontra distante de uma corrente que preza pelos “índices de determinação”. Ou seja, se distancia de quaisquer tendências estruturalistas, para as quais diferentes esferas da realidade entram em concorrência para determinar a “última instância” de um momento social. Em outras palavras, enquanto a perspectiva materialista inglesa se concentra na relação entre a vida material e a história, o estruturalismo francês tenta entender a estase social por meio de várias esferas de influência.

[...] o próprio conceito de tempo histórico é redefinido, passando a significar a forma específica da existência da totalidade social considerada, na qual diferentes níveis estruturais (com diferentes temporalidades) interferem em função de suas relações peculiares, de modo que ‘o processo da história é incorporado como um atributo secundário da estrutura’. (SILVA, 1998, p. 113)

As noções pós-modernistas se diferenciam das duas abordagens anteriores — materialista e estruturalista — de duas maneiras principais. Em primeiro lugar, elas frequentemente se caracterizam por um “irracionalismo” que leva a interpretações “arbitrárias” sobre a vida em sociedade (COUTINHO, 2017, p. 31). Em segundo lugar, essa abordagem apresenta uma visão “ecclética” e “relativizada”, profundamente indeterminada da vida social, que desafia a “[...] ideia clássica de verdade” (NETTO, 2017, p. 262). Como pontua Vasconcelos (2018):

Em oposição à ideia de determinação, surge a ideia de indeterminação: uma dada formação econômica certamente inviabiliza um certo número de configurações superestruturais, mas nem por isso é possível predeterminar que o conjunto específico de instituições irá se desenvolver a partir de uma dada base econômica. Para uma formação econômica em particular existem inúmeras possibilidades superestruturais que, em última instância, dependem das ações dos sujeitos históricos. (VASCONCELOS, 2018, p. 63-64)

Para Netto (2017, p. 281), nas searas das ciências humanas, a “indeterminação” se relaciona com a “[...] recusa de um projeto político universalista que tome o capitalismo como sistema dotado de lógica e realização totalizantes”. Tal posição se presta e se sustenta, portanto, na produção de um conhecimento histórico baseado em sujeitos autônomos, desconectados do modo de produção em que vivem.

Aliás, o questionamento da “determinação” tornou-se central para as críticas acadêmicas e políticas pós-modernistas ao marxismo. Em essência, o vetor econômico foi tomado como fator “determinista”, entendido como “reducionista” e, conseqüentemente, as categorias centrais do modo de produção foram substituídas por símbolos, signos, imagens, etc. Em perspectiva sequencial, nos anos 1960, Althusser elencou a noção de “teoria” como elemento nuclear do marxismo; em sequência os pós-estruturalistas propuseram desconstruir o racionalismo ou a “*ratio* moderna” (NETTO, 2017, p. 251). E, após 1979, em total oposição ao campo materialista:

[...] o pensamento pós-moderno assume o primeiro plano na cultura do ocidente capitalista, irrompe nos domínios do saber, invade as manifestações estéticas, contagia as práticas políticas e, nas duas décadas seguintes, constitui[u] um campo teórico diferenciado e desencadeia[ou] a produção de uma bibliografia enorme, muito mais apologética do que crítica. (NETTO, 2017, p. 256)

Ao discutir as ideias mencionadas anteriormente, Anderson (2018) põe em questão a possibilidade de a perspectiva teórica de Thompson (1981) ser comparada ao conceito de paralelogramo de forças proposto por Engels. Ou seja, se a “[...] interseção de vontades

coletivas rivais” poderiam ocasionar “[...] o caos aleatório, um impasse arbitrário e desestruturado” (ANDERSON, 2018, p. 62).

Esta pesquisa não sugere a adição de elementos “externos” para que decorra, a partir disso, um processo formativo de classe ou de consciência de classe.⁴³ Thompson, Negro e Sila (2001), assim como o grupo Procad, não se posiciona nos quadrantes do pensamento leninista (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). Para o historiador inglês, o “processo” se estrutura a partir de agências, ou autodeterminações, conscientes dos participantes que viveram e lutaram em tempos históricos particulares.

Em elaborações teóricas sobre história oral, os conceitos “horizontes de possibilidades” e “representatividade” apresentados por Alessandro Portelli (1996), seguramente, contribuem para outras leituras sobre contradições e convergências entre indivíduos e coletividades. Porém, a investigação de práticas sociais por meio de entrevistas demanda ainda certas angulações particulares.

Ao buscar uma compreensão de tais possibilidades, analisa-se na sequência duas pesquisas que constam em textos do grupo, que se encontram no livro “Muitas Memórias: Histórias e Linguagens” (MACIEL; ALMEIDA; KHOURY, 2006). Os capítulos em questão ressaltam temas sobre os movimentos sociais — mais particularmente, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) — e utilizam fontes orais (KHOURY, 2004; ALMEIDA, 2004). Na visão deste estudo, os textos são representativos em razão das apropriações que fazem em torno das linguagens e por localizarem os indivíduos nos quadrantes de sujeitos sociais, a partir das condições de “trabalhadores pobres”.

Khoury (2006, p. 31) ao se referir às elaborações sobre o MST ressalta a análise da “[...] construção da vida cotidiana desses trabalhadores” por meio de “atos interpretativos”, com o objetivo de:

Explorar esse processo na diversidade de situações e questões que apresenta tem significado a necessidade de ampliar os debates sobre modos como as relações sociais se forjam, no embate das lutas sociais vividas por esses trabalhadores, no qual a diversidade de expectativas e interpretações exercem papel específico nas lutas sociais. (KHOURY, 2006, p. 31)

Em mesma linha, no artigo “‘Cada um tem um sonho diferente’: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra”, Almeida (2006) discute as

⁴³ Anderson (2018) definirá que as resultantes de um processo histórico se realizam no âmbito contraditório entre as forças produtivas e as relações sociais de produção (ANDERSON, 2018). Uma avaliação bastante intuitiva para um historiador, pois tende a descreditar as eventualidades do próprio processo histórico.

particularidades, os receios e os motivos que levaram os(as) entrevistados(as) a ocuparem uma fazenda na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, no final dos anos 1990.

De acordo com o autor:

[...] é nesse entretecer de narrativas que podemos perceber a construção de uma autoimagem dos assentados, numa trama que confunde o momento que estão vivendo, suas origens e trajetórias, e sua participação no movimento. Essas narrativas são marcadas pelo conflito, desde a decisão pela participação no movimento, passando pela própria ocupação, que por sua natureza já é conflituosa, até o dia a dia no interior do acampamento, seja com os próprios acampados seja com os projetos totalizadores. (ALMEIDA, 2006, p. 60)

Em tese, a ideia de “autoimagem” se coaduna com as proposições de Taylor (1998) sobre mudanças nas perspectivas de história social, ou seja, denota aproximação com a ideia de que os “[...] indivíduos imaginam a si mesmos e a seu lugar dentro da ordem política e social” (TAYLOR, 1998, p. 79-80). A proposição de “imaginar a si mesmo”, de acordo com a “catalogação”, feita por Taylor (1998, p. 80), aproxima a produção indicada aos parâmetros da “guinada linguística ‘pós-modernista’”, a qual “[...] sugere que todas as formas de experiência e subjetividade são construídas por ‘narrativas’”.

Nos trabalhos do grupo, isto se evidencia, por exemplo, com a percepção de que:

O trabalho avança na reflexão sobre [a] luta [do MST] que se dá mediada pela produção de imagens, símbolos, notícias e comentários que se opõem e se contestam; busca tornar mais visíveis modos como palavras e imagens produzem efeitos de dominação e resistência, ao tempo em que constroem significados variados e contraditórios sobre os acontecimentos e questões essenciais do processo. (KHOURY, 2006, p. 35)

No texto de Khoury (2004), os procedimentos “nivelados”, entre os(as) perguntantes e respondentes, são tidos como relevantes para a avaliação da problemática em estudo:

Ao narrar, as pessoas estão sempre fazendo referências ao passado e projetando imagens, numa relação imbricada com a consciência de si mesmos, ou daquilo que elas próprias aspiram ser na realidade social. Associando e organizando os fatos no espaço e no tempo, dentro dos padrões de sua própria cultura e historicidade, cada pessoa vai dando sentido à experiência vivida e a si mesma nela. O foco central de cada narrativa, que se delinea entre questões e relações que emergem na conversa, e os modos de narrar indicam esse movimento. A observação desses focos no auxilia a orientar o rumo da conversa e, algumas vezes, são subsídios importantes na avaliação do enfoque que damos à problemática em estudo. (KHOURY, 2004, p. 131).

Nesse sentido, as análises históricas parecem refletir as visões de mundo de indivíduos que interagem uns com os outros, em um contexto de entrevista que envolve interações

mútuas. Essas particularidades geralmente enfatizam situações cotidianas, onde as interações pessoais se sobrepõem às experimentações sociais, evidenciando um processo no qual:

[...] a vida cotidiana [torna-se] alfa e ômega de todo e cada indivíduo. Nenhuma existência individual cancela a cotidianidade. Daí que esta imponha aos indivíduos um padrão de comportamento que apresenta modos típicos de realização, assentados em características específicas que cristalizar[iam] uma modalidade de ser social no cotidiano, figurada especialmente num pensamento e numa prática peculiares. [...] Todavia, aquelas determinações da cotidianidade fazem com que todo e cada indivíduo só se perceba como *ser singular*, vale dizer: a dimensão genérica [a referência à pertinência ao humano-genérico] aparece subsumida, na vida cotidiana, à dimensão da singularidade. A vida cotidiana não equivale à vida privada, mas à vida equacionada a partir da perspectiva estrita da singularidade. (NETTO, 2011, p. 63-64, grifo do autor)

Sob essa perspectiva, a organização do cotidiano pode superar as ações sociais dos indivíduos. Portanto, para se obter outras dinâmicas de consciências, torna-se necessário que os sujeitos perpassem circunstâncias de “[...] suspensão da heterogeneidade do cotidiano” (NETTO, 1987, p. 691).

Uma perspectiva crítica em relação às ideias apresentadas em textos do Procad pode ser encontrada na obra de Vendramini (2012), uma pesquisadora que se dedica ao estudo do MST. Ao se apropriar de conceitos de E. P. Thompson, a socióloga parte de uma visão distinta daquela que vê o indivíduo como central no arranjo epistemológico e analítico.

De acordo com Vendramini (2012):

[A] defesa do método [materialista de história, feita por Thompson] está expressa na defesa da histórica como totalidade, da histórica como ciência em construção e da histórica dinâmica dos sujeitos sociais. E, conseqüentemente, na defesa da dialética passado/presente/futuro. (VENDRAMINI, 2012, p. 135)

Nessa forma de apropriação, o acolhimento das vertentes do tempo histórico apresenta-se como fundamental para “[...] compreender, com maior amplitude, [o] sentido atual, [as] raízes históricas e [as] possibilidades futuras” do MST (VENDRAMINI, 2012, p. 136). Pois:

[...] [o] *passado* representa o enraizamento dos sem-terra no Movimento, construído a partir de um longo processo de expropriação dos trabalhadores que teve repercussões num movimento migratório internacional [...]. O MST também tem suas raízes nos históricos movimentos sociais que marcaram a luta pela terra ou a outras questões a ela ligadas, como o Contestado, [...], o movimento de Canudos[...], as Ligas Camponesas etc. O *presente* talvez seja o aspecto mais inovador do MST ou o que permite a ele reunir uma massa de pessoas em torno da bandeira de luta, que cria uma identidade entre muitos expropriados da terra e do trabalho. O Movimento apresenta uma possibilidade imediata, concreta de ressocialização de

uma população expropriada da terra e das condições de nela produzir e reproduzir, por meio do assentamento, conquistado a partir da ocupação de prédios públicos e de outras manifestações [...] criam-se, no presente, experiências inovadoras dentro de um projeto emancipatório no interior das velhas relações de produção. E o *futuro*? Este se mistura com o presente e com o passado na construção de um projeto de transformação social, no questionamento da base de sustentação da sociedade capitalista [...]. Para tal, empenha-se na organização massiva dos trabalhadores, no desencadeamento de grandes frentes de luta, na articulação com outras organizações e movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos. [...] (VENDRAMINI, 2012, pp. 136-137, grifo da autora)

As análises feitas por Vendramini (2012) conduzem as reflexões “para fora” da narrativa individual, observando os posicionamentos desses personagens frente aos que possuem poder sobre a terra, o plantio e a propriedade — Estado, fazendeiros, forças repressivas, etc. — a partir de posições antagônicas de classe. Além das dimensões diferenciadas de escala, a autora traça vínculos com as contradições inerentes ao próprio modo de produção. Para tanto, faz uso de diversos recursos e dados de pesquisas, entre eles: entrevistas orais, fotografias e fontes de imprensa (AUED *et al.*, 2005).

Essas evidências aparecem, por um lado, como elementos comprobatórios (talvez, ilustrativos), por outro, como mediadoras das relações teóricas daquilo que Vendramini (2012) compreende ser o método materialista de história. As reflexões, interpretações e os registros textuais feitos pela autora se localizam no traço temporal elaborado pelo próprio Movimento, percorrendo, assim, a formalização de uma memória “enquadrada” pelo MST (POLLAK, 1992). Nesse veio, a ênfase recai na supremacia do “coletivo” ou de uma noção “macroestrutural” em detrimento do aspecto individual.

Por sua vez, as entrevistas analisadas por Almeida (2006) e Khoury (2006) são compreendidas no interior de conceitos tais como “texto” e “enredo”. Sendo interpretadas a partir de elementos da teoria da linguagem, sob influência, sobretudo, da obra de Alessandro Portelli (1996, 1997a, 1997b, 2001). A tendência dessa opção metodológica é a de estabelecer uma certa “dialogia”, ou seja, um procedimento entre entrevistados(as) e pesquisadores(as), que incorpore “[...] com legitimidade [as] formas de comunicação e expressão, compreendendo seus significados próprios na dinâmica social” (KHOURY, 2006, p. 36).

Como pontua Khoury (2006):

Retornamos, aqui, ao fato de estarmos conversando com pessoas e buscando desvendar como a experiência social é subjetivada de modo íntimo e profundo e como essa subjetivação também influi na condução dos destinos sociais. (KHOURY, 2006, p. 36)

De acordo com os textos do Procad, o indivíduo é visto “de dentro”, em sua própria “subjetividade”, ao mesmo tempo que exprime uma influência (contraditória) na “[...] condução dos rumos sociais” (KHOURY, 2006, p. 36). Portanto, essa abordagem lida com fenômenos que se encontram, de forma “potencial”, no “íntimo” dos indivíduos e se revelam por meio de “atos narrativos” (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004; KHOURY, 2006).

O trabalho com história oral, com oralidade e com a memória nos transportam para a escuta da cidade e do campo através das palavras, privilegiando a maneira pela qual as pessoas não só se exprimem, como também organizam a vida cotidiana, animam seu tempo de trabalho e de lazer, constroem seu imaginário, tecem elos entre si e com os lugares que habitam e que representam. No entretecer da experiência e no ato de narrar, memórias enraizadas em lugares específicos, se desenraizam, viajam, se reelaboram de múltiplas formas, num processo de reapropriação de novos lugares. Trabalhar com a narração de experiências rurais e urbanas tem nos levado a pensar como, através da memória, esses viveres imbricam-se, interagem e tensionam, introduzem-nos a formas, por meio das quais se recriam, ampliam-se e misturam-se experiências rurais e urbanas, que também se armazenam, difundem-se e se reelaboram pelos processos da memória. (PROCAD, 200, p. 14)

A conexão entre o sujeito e o objeto é alvo de questionamentos por implicar em uma divisão potencialmente “binária e positivista” entre o conhecimento do sujeito (condutor) e a passividade dos(das) participantes. Para superar essa desproporção, como argumentado nos capítulos anteriores, seria preciso nivelar essa relação por meio da cultura, vista, aqui, como totalidade social. Assim, o fundamento da abordagem, como apresentado em algumas sínteses do Procad, passou a se focar nas distintas expressões culturais que se manifestavam nas evidências históricas.

A abordagem é construída na perspectiva de entendimento e de trabalho histórico com memórias, tradições, patrimônios, enquanto expressões de confrontos de culturas e modos de vida o que permite enfrentar a racional e positivista dualidade construída na oposição entre erudito e popular, oral e escrito, campo e cidade, moderno e arcaico, sujeito e objeto e seus desdobramentos. (PROCAD, 2000, p. 5)

A produção de fontes orais, nesse caso, se destaca pela relação sujeito-objeto, contrapondo-se a dualidade do tipo “sujeito *versus* objeto” e propondo uma abordagem a partir de uma lógica “sujeito-sujeito”.⁴⁴

A linguagem, segundo [Portelli], é composta por um conjunto de traços, todos eles portadores de significados, que não podem ser contidos dentro de um único segmento. Trata-se de apreender esses significados na relação de troca que logramos

⁴⁴ Tal relação, obviamente, não serviria para a analogia, se ambos se traduzissem, ou seja, se fossem absolutamente “paráveis”, pois ocorreria a anulação entre eles. Portanto, quer-se, com isso, dizer que: “sujeito”, propositor(a) da pesquisa, e “sujeito”, entrevistado(a), “portador” da condição de “participante”.

estabelecer. A troca entre elas e nós é tão mais real quanto mais logramos uma relação de igualdade com nossos interlocutores. Na busca pela diferença, não podemos nos esquecer de que também acalentamos a proposta de compartilhar, de dialogar. (KHOURY, 2006, p. 32)

Pois, em indicações textuais do grupo, as entrevistas são produzidas a partir de uma interação dialógica entre proponentes e participantes, em que **todas** as pessoas relacionadas são partícipes ativos do conhecimento.

A entrevista é um *encontro* e não uma *observação*. A partir do interesse autêntico de nossa parte que o entrevistado possa sentir, ele nos oferece algo de si e a ordem do dia de nossa conversa emerge da contribuição de ambas as partes, de comparações, concordâncias e discordâncias. Não podemos nos esquecer que as entrevistas que produzimos são o resultado desse encontro, do diálogo que estabelecemos. (KHOURY, 2006, p. 43, grifo da autora)

Assim, ao serem entrevistados(as), os(as) participantes “compartilham” com os(as) entrevistadores(as) as interpretações e visões de mundo a partir de um mesmo lugar e tempo histórico — que é sincrônico (KHOURY, 2006).

O diálogo com esses trabalhadores constitui-se um canal significativo de trocas, que possibilita apreender maneiras como experiências e memórias são construídas e reconstruídas, como parte de uma consciência contemporânea. (KHOURY, 2006, p. 30)

Não é objetivo desta pesquisa avaliar as contribuições que as duas abordagens oferecem à temática do MST e à história social. Entretanto, quando se trata das noções de determinação, experiência (e experiências), relações de dominação (hegemonia) e resistências (lutas de classes), essas propostas apresentam contribuições bastante distintas.

De um lado, encontra-se uma abordagem que percebe os sujeitos como inseridos em um processo amplo e que expressa hierarquias diversas (lideranças, militantes, intelectuais, etc.). De outro lado, tem-se uma perspectiva que enfatiza a subjetividade dos indivíduos em processos narrativos, textuais e em enredos que organizam e representam suas posições sociais.

Desse modo, as entrevistas revelam elementos de caráter “[...] tanto político, quanto psicológico e afetivo” (KHOURY, 2004, p. 126). Tais contextos conduzem, mais uma vez, a discussão sobre os usos do conhecimento histórico. Neste momento, o interesse recai sob as perspectivas do termo “direito”. Distante de prerrogativas jurídicas, invoca-se o substrato inicial de “direito à memória”, agora transposto para a conjectura de um projeto de pesquisa e de cooperação acadêmica desenvolvido sob regras do conhecimento universitário.

Ao buscar conferir “utilidade” à história oral, Alessandro Portelli (2016, p. 21) diz que: “[...] o que há de mais importante sobre a natureza dialógica do trabalho de história oral é que ele não termina com a entrevista, ou mesmo com a publicação: ele precisa encontrar maneiras de ser útil aos indivíduos e às comunidades envolvidas”.

A contribuição do historiador/ativista para essas ‘comunidades’ está, na verdade, não apenas na coleta de histórias e canções. Nem no mero retorno de conhecimento à comunidade (que, por definição, já possui, uma vez que é precisamente de onde ele provém). A contribuição do historiador/ativista está na elaboração e na articulação dos conhecimentos da comunidade e na disseminação desse conhecimento para além de sua fronteira. (PORTELLI, 2016, p. 23)

Em “Terni, Tivoli, Valmontone, Monterotondo”, no ano 2000, assim como em São Paulo, no fim da década de 1980, segundo Silva (1995), Portelli (2016) relata que:

Tivemos [...] sorte com as escolas, não tanto em termos de depositar o material, mas de dar aulas, a partir da pesquisa, sobre história e cultura da comunidade. Esse trabalho tem resultado frequentemente em uma consciência ampliada da identidade cultural e dos projetos que os jovens, podem, eles mesmos, executar. (PORTELLI, 2016, p. 22)

Uma concepção similar parece ter sido adotada em algumas atividades realizadas pelo DPH durante o primeiro mandato do PT na cidade de São Paulo, entre 1989-1992. Naquela época, a intenção era utilizar memórias não-hegemônicas como recursos didáticos e na produção de pesquisas na rede municipal de educação. Conforme mencionado, as ideias foram transferidas para o projeto acadêmico em uma conjuntura em que não era possível voltar ao âmbito administrativo daquele momento (SOUZA, V., 2019).⁴⁵

Na avaliação de Paoli (1992a):

O fascínio, as causas e os compromissos que nos levam aos trabalhos da memória dificilmente encontrarão uma proposta e uma continuidade que permitam a realização de suas promessas se estas não forem continuamente respaldadas e redefinidas por uma reflexão que elabore, politicamente, o sentido de tudo o que está envolvido na produção social da memória: não só seus procedimentos, mas também o espaço social onde estes trabalhos são tentados. (PAOLI, 1992a, p. 10)

⁴⁵ A “impossibilidade” passa a ocorrer, na visão desta pesquisa, a partir da ênfase nos projetos embasados em incentivos de renúncia fiscal, que ocorrem na cidade de São Paulo, de forma geral no país, a partir de 1992 e 1993. A partir de então, os “gestores culturais” particulares (privados) passam a assumir e controlar recursos que antes eram controlados pela administração pública. Esta proposição retornará nas considerações finais do presente trabalho. Além disso, a temporalidade deste estudo cobre o período 2000 a 2006, época anterior ao desenvolvimento da Comissão da Verdade, concretizada, sobretudo, na primeira presidência de Dilma Rousseff. Abarca-se, ademais, o contexto brasileiro, pois na América Latina, em mesmos anos, diversos movimentos de direito à memória e à reparação histórica estavam se desenvolvendo (CRUZ, 2016).

Por meio dos textos sínteses do Procad, projeto desenvolvido entre 2001 e 2004, não é possível determinar quaisquer contribuições ou retribuições históricas, além da formulação de uma “escrita amalgamada”, que envolvia a incorporação das falas dos participantes aos relatórios das pesquisas.

Nesse caminho de volta da explicação histórica, vamos nos perguntando de que modo temos restituído, na narrativa final que construímos, um produto que seja expressão dessas múltiplas vozes; no qual as pessoas, com quem conversamos, possam se reconhecer; no qual todos nós, enfim, possamos nos reconhecer em diálogo. (KHOURY, 2004, p. 137)

Essas conjecturas reforçam o registro da fala como direito dos participantes à expressão, tal como se afere nas reflexões de Khoury (2004).⁴⁶

[...] uma entrevista pode representar a oportunidade para uma pessoa falar de si mesma, pensar sobre si mesma. Nessa dimensão, ao tempo em que lidamos com narrativas buscando tendências alternativas que nos permitem alargar os horizontes da história e da memória, vamos refletindo sobre a história oral como um campo de exercício do direito de falar, de expressar as interpretações e perspectivas de cada um; como um instrumento expressivo na construção e afirmação das presenças sociais. (KHOURY, 2004, p. 137)

À vista disso, procura-se encontrar alternativas às tendências de outras correntes historiográficas e de procedimentos que dizem respeito tanto a uma análise política — ou um “olhar”, conforme descrito por Sarlo (1997) —, quanto a uma oposição “moral” à sociedade contemporânea (LÖWY; SAYRE, 1993). Na dimensão do Procad isto se revela como a necessidade de:

Pensar sobre o direito de se expressar na sociedade contemporânea [que] passa pelas relações de dominação e resistência, de inclusão e exclusão que caracterizam, nas quais a censura desempenha um papel expressivo. (KHOURY, 2004, p. 137)

Em um projeto acadêmico que lida com fontes orais e se destaca a partir das análises de indivíduos, as tendências de “expressões” podem se limitar à escrita do próprio “texto”. Essa possibilidade ocorre a partir da perspectiva de se ter no contorno do sujeito, o(a) entrevistador(a) que tende a desenvolver uma história especificamente “dialógica”.

⁴⁶ Marc Bloch (2001) ensina as diferenças entre o papel do(a) historiador(a) e o de juiz, que, certamente, diferenciaria as funções da escrita da história ao trabalho de legislar. Sendo assim, a perspectiva que o Procad apresenta é a de “reconstituir” pontos de vistas, perspectivas, formas de falar (oralidade), entre outros, aos textos de pesquisa.

Pode-se observar que, do lado oposto da relação entre tais sujeitos, encontram-se indivíduos “pluralizados”. Essas diferenças em termos de experiências e práticas culturais deslocam a centralidade teórica para um conjunto múltiplo de sentidos de mundo, propondo um arranjo metodológico no qual:

[...] um dos significados mais expressivos da narrativa está no caráter restritivo do ponto de vista, de onde deriva a autoridade narrativa. No dizer de Portelli, o desaparecimento do narrador onisciente anula a possibilidade de uma só e acertada versão dos fatos. [...] Em nossa proposta de descortinar possibilidades alternativas na realidade social, de descobrir tendências que questionam a ordem, esses pontos de vista são uma contribuição expressiva na construção histórica, quando conseguimos compreendê-lo e explorá-los em suas raízes sociais e históricas, em seus significados culturais e na dinâmica histórica em que constituem e assumem sentidos. (KHOURY, 2004 p. 137)

Em teoria, a construção de um texto a partir de narrativas “plurais”, provenientes de procedimentos dialógicos, pode resultar em uma escrita confusa e desorganizada, quase cacofônica. Portanto, a aceitação de diversas perspectivas de autoria necessita ter um eixo comum que permita a construção de uma escrita coesa. Além disso, frente à diversidade de “sentidos”, essas múltiplas histórias necessitam de algum nível de “validação” para não se tornem indefinidas.

A partir das análises sobre a dialogia das fontes orais, percebe-se que um modo de organização das diversas vozes se dá pelo processo operatório de subjetivação dos indivíduos. Embora haja uma intenção de se apropriar do termo “experiência” na linha de pensamento de Thompson, a abordagem encontrada em sínteses do Procad mantém a ênfase na posição que privilegia o aspecto discursivo identificado nas falas dos sujeitos (NICOLAZZI, 2004). Essa abordagem privilegia os campos da cultura e das linguagens na produção de uma escrita historiográfica (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006).

O segundo elemento é decorrente da relação entre “sujeito” e “objeto”. Em contraposição à elaboração de Portelli, se afere em textos do grupo que as interpretações das narrativas provenientes das fontes orais se concentram no “ser do conhecimento” em vez de serem lidas a partir da “oralidade do narrador” (PORTELLI, 2001, p. 13). Essa abordagem sugere que o conhecimento, diferentemente de ser “amalgamado”, na construção formal de um texto, é validado pelas formulações teóricas e metodológicas difundidas por meio da cooperação acadêmica, criada em razão do projeto.

Tais questões permitem localizar a hipótese desta pesquisa de que, a partir dos trabalhos do Procad e seus derivados, houve a formação de uma “comunidade epistêmica”, em relação ao patrimônio histórico e ao direito à memória durante o primeiro governo do PT

na cidade de São Paulo (HAAS, 1992). Constituída por pesquisadores(as), professores(as), agentes públicos, militantes, etc., essa comunidade dividiu e compartilhou normas, identidades, solidariedades e se reconstituiu, em parte, após o término daquela administração.

Durante o período em que atuava nas disputas de memórias e na organização de acervos populares, partes do processo de formação desta comunidade se expressou a partir da construção de políticas públicas. Ao se realizar enquanto Procad, essa “comunidade”, por fim, se realizou no interior do ambiente acadêmico. Assim, o grupo, advindo de uma mesma tradição política, vivenciou uma intensa mudança no âmbito da atuação social (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004).

Um percurso intelectual semelhante, marcados que fomos pelas discussões e profundas mudanças na nossa própria trajetória política e na do movimento operário. Coerentes com os pressupostos daquele momento, nossa tendência foi priorizar ou até tratar com exclusividade aquele movimento. Nossas práticas e nossos métodos começaram a ser questionados por pactos simultaneamente vindos do social e das formulações teóricas. (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 8)

O plano teórico atravessou as transposições das institucionalidades, propiciando modificações na epistemologia sujeito-objeto, nos sentidos e nos usos da história e nos modos de produção sobre o passado. À medida que o projeto se desenvolvia e novos(as) pesquisadores(as) se formavam, as ideias sobre cultura, linguagem e política passaram a delinear uma abordagem (retórica) distinta das ações políticas originais.

Além do mais, a partir do compartilhamento de referências teóricas, elaboração de redes de pesquisa, participação em bancas, produção de artigos, entre outras atividades, um conjunto de princípios nodais foi estabelecido e “outras histórias” passaram a ser ensinadas, elaboradas e escritas.

Finalmente, salientamos que o Procad alimentou e mobilizou a produção acadêmica dos pesquisadores sobre as relações entre memórias e história social, resultando numa produção significativa que se tornou pública em encontros nacionais e internacionais e em vários periódicos da área. Destacamos, ainda, os frutos deixados quanto ao intercâmbio e à cooperação acadêmica entre os grupos e pesquisadores envolvidos, e que prossegue mesmo após o encerramento formal do projeto, concretizando-se inclusive nesta publicação. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 17)

Dessa forma, uma prática historiográfica se tornou padronizada, aceitando como coerentes as mudanças institucionais e as apropriações teóricas feitas até então. Assim, ao observar, em contextos diversos, os elementos que fundamentam o projeto, tornou-se possível identificar um padrão historiográfico com características próprias, que incorporou, ainda que

contraditoriamente, influências do materialismo e do pós-estruturalismo. À vista disso, se conformou uma prática acadêmica — referenciada em uma lógica político-administrativa — de uma proposta assentada em narrativas individuais e pluralizadas que se valida a partir de uma noção particular de direito (narrativo) à história.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta finalização, pretende-se discutir alguns elementos abordados na pesquisa por meio de “falseabilidades”,⁴⁷ ou seja, pelas possibilidades de refutação dos argumentos apresentados a partir de previsões não testadas empiricamente. Reconhece-se que esta pesquisa seja sugestiva, fragmentada e incompleta. Até então, as tendências observadas se limitaram a discutir um conjunto específico de possibilidades que não foram completamente verificadas. Desenvolvidas, portanto, tão somente, a partir de análises de textos e, por fim, na abordagem sobre fontes orais.

Afirma-se, mais uma vez, que as orientações teórico-metodológicas utilizadas para criar o projeto enviado à Capes, no ano 2000, pelo grupo Procad,⁴⁸ foram influenciadas por atividades desenvolvidas pelo DPH da SMC durante a primeira administração paulistana do PT (PAOLI, 1992a; PAOLI, 1992b; SILVA, M., 1995; CHAUI, 2006). Esta pesquisa sustenta que, esses laços fundamentaram as bases utilizadas para construir uma narrativa histórica e, ao mesmo tempo, promover a produção de diversas teses e dissertações.

Ainda em relação a esse ponto, registra-se que o projeto, de fato, cumpriu o que havia sido planejado, pois, entre outros, oportunizou, por meio de bolsas e missões de trabalho, a formação de mestres e doutores de diversas regiões do Brasil, sobretudo, no Programa de Pós-graduação em História Social da PUC-SP, instituição líder da equipe de pesquisa.

Durante os anos 1990 o trabalho que realizávamos na PUC-SP, com mestrados e doutorandos expandiu-se no diálogo com pesquisadores de outras instituições e centros de pesquisa. Esse diálogo tornou-se mais sistemático e amplo ao nos engajarmos no Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – Procad-Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundação do Ministério da Educação]. Sob a coordenação do Núcleo de Estudos Cultura, Trabalho e Cidade, do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da PUC-SP, e visando intensificar o intercâmbio científico entre grupos de pesquisa e programas de pós-graduação em âmbito nacional, o projeto Procad – Cultura, Trabalho e Cidade: Muitas Memórias, Outras Histórias – desenvolveu-se de 2001 a 2004, agregando pesquisadores da área de História da Universidade Federal de Uberlândia, da Unesp [Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”]-Assis e da Universidade Católica de Salvador. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 16)

⁴⁷ O conceito foi trabalhado por Imre Lakatos (1979), a partir de uma epistemologia de ciência proposta por Karl Popper, porém, o termo é aqui tomado mais como uma alegoria do que como um programa científico. Além disso, esta pesquisa tenta se referenciar, até onde faz-se possível, nas discussões sobre história encontradas no livro de Thompson (1981), “A Miséria da Teoria ou Planetário de erros [...]”, no qual as noções de Popper, assim como as de Althusser, são consideradas (entre outras) a-históricas.

⁴⁸ De fato, desenvolvido formalmente entre 2001 e 2004 (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006).

Em relação ao conteúdo historiográfico, afirma-se que os fundamentos não foram “mantidos” de forma aleatória após a aprovação do projeto, pois tentou-se desenvolver uma experiência advinda de uma intervenção em políticas culturais ocorridas durante uma gestão de “esquerda” na maior cidade do Brasil. Por algum tempo, essas referências foram consideradas possíveis de serem desenvolvidas por meio de “missões de trabalho” definidas (PROCAD, 2000).

No interior do espaço engendrado pelo projeto, nas missões de trabalho que assumiram a forma de oficinas, seminários temáticos, encontros de coordenação e pesquisa, e das missões de estudos voltadas para a formação de pesquisadores foi possível avançar em nossas reflexões. Então debatíamos com a necessidade de aprofundar a dimensão política de nosso trabalho acadêmico e intelectual. (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 16)

Além de não ser o foco principal desta pesquisa, constata-se que fontes bibliográficas aferidas não permitiram (e não permitem) se aprofundar no desenvolvimento das ações realizadas pelo Procad, sobretudo, no que tange a realização dessas “missões”. Observa-se, ainda, que o Procad contou com a notoriedade de certos personagens centrais para o desenvolvimento projeto. Nesse sentido, devemos nos perguntar sobre os meios pelos quais a “comunidade epistêmica” transitou entre as ações políticas, no início da década de 1990 e o ambiente universitário nos anos 2000.

A transição da prática administrativa para o ambiente acadêmico resultou em diversas situações conflitantes. Em resumo, ao longo do tempo, houve manutenção de algumas categorias e conceitos inicialmente propostos, ao mesmo tempo em que ocorreram mudanças radicais em outros.

Dentre as permanências conceituais, a ideia de cultura, tida como a totalização formadora e perceptível do social, foi irretocavelmente mantida. A noção é amplamente definida e bastante utilizada nas textualizações do Procad e parte significativa dessa noção adveio de produções do DPH e da SMC (PAOLI, 1992a; DPH; SMC, 1992). Encontrando-se registrada na referência epistemológica seminal, isto é, no livro “A pesquisa em história” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989). O termo induz a relação com as práticas dos “excluídos”, dos “marginalizados” e dos “populares” — tanto nos princípios patrimonialistas quanto nos afazes, nos modos de vida e nos valores sociais atribuídos aos “trabalhadores pobres”.

As noções de “culturas” levaram as discussões historiográficas para o perímetro das linguagens sociais, tidas como práticas e meios constituidores da realidade (CRUZ;

PEIXOTO; KHOURY, 2006). As linguagens, também, caracterizam valores, simbolismos, hábitos e manifestações dos sujeitos que se quer retratar por meio das representações da realidade. Como pontuado por Khoury (2006):

Nesse sentido, um exemplo interessante a observar é o trabalho de Rogério Sotilli, ao analisar a luta dos sem-terra mediada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, pelo periódico *Sem Terra*, e pelas fotografias produzidas por Sebastião Salgado. Explorar modos como a grande imprensa, articulada a forças dominantes, como empresários rurais, o próprio governo, a polícia e outras forças, promove a desqualificação e a marginalização dos sem-terra. O trabalho avança na reflexão sobre essa luta que se dá mediada pela produção de imagens, símbolos, notícias e comentários que se opõem e se contestam; busca tornar mais visíveis modos como palavras e imagens produzem efeitos de dominação e resistência, ao tempo em que constroem significados variados e contraditórios sobre os acontecimentos e questões essenciais desse processo. (KHOURY, 2006, p. 34)

A discussão sobre as linguagens esteve presente nos programas desenvolvidos, na gestão de Luiza Erundina (1989-1992) por meio das discussões sobre “símbolos e valores”, que enunciavam a memória e se constituía uma “história” que “[...] fosse [...] pensada, transformada” (PAOLI, 1992a, p. 10). O projeto inicial previa a análise das linguagens para a elaboração de pesquisas interligadas à literatura.

Essas referências teóricas consideravam possível fazer a interpretação de outras fontes por meio das linguagens (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1989). Conforme a exposição apresentada nas duas seções anteriores, a discussão se estendeu para o uso de entrevistas. Essa “adaptação” marcou, em textos do Procad, a transição do uso das linguagens nas análises de fontes para a valorização da linguagem enquanto elemento “instituinte do social” e constituinte da “tessitura da vida” (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006, p. 19).

Nas sínteses apresentadas por componentes do grupo, os debates sobre as linguagens foram desenvolvidos em interlocução com referências marxistas, nessas searas, se constituindo como elemento formativo do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, como sinônimo de resistência contra-hegemônica (WILLIAMS, 1979).

O “marxismo” se manteve como a referência de método do grupo Procad, sendo “apropriado” a partir da assunção da cultura, como totalidade social, e das linguagens, enquanto composição da realidade. Já nas sínteses publicadas, as perspectivas “leninistas” foram filtradas desse método (CRUZ; PEIXOTO; KHOURY, 2006). Nos quadrantes acadêmicos, em mesmo período, o marxismo recuava para o *corner* do economicismo, combatendo a partir de lá os “moinhos imaginários” do culturalismo.

Colocava-se em segundo plano, portanto, a tendência de produção da vida e de procedimentos de revelação da realidade, propostas centrais do “materialismo histórico”

(MARX; ENGELS, 2007). Além de tudo, esse “paradigma” foi cada vez mais encapsulado na interpretação “textual” dos textos marxianos, criando-se, assim, uma superprodução de exegeses das obras de Marx e Engels.

A filiação do Procad ao marxismo se apoiava nas citações de obras de E. P. Thompson e de Raymond Williams, e dialogava, em certa distância, com a noção de “História Vista de Baixo”, de Sharpe (1992), por meio da assunção de temáticas sobre trabalhadores (FENELON *et al.*, 2004; MACIEL; ALMEIDA; KHOURY, 2006). Porém, igualmente, se afastava dessa designação ao compor o entendimento de um sujeito no qual as características coletivas não se encontravam presentes.

O argumentado apresentado ao longo dos capítulos é de que essa historiografia esteve referenciada em um projeto institucional e político “concreto” que, ao se realizar enquanto produto acadêmico, deslocou a agência humana para o patamar das “interpretações” do entorno social, a partir da adição de várias **visões de mundo**. Dentre essas, se sobressaiu um processo de subjetivação baseado na ideia de “construção de si mesmo” frente ao mundo que o circunda (FOUCAULT, 1988).

A experiência, nesse sentido, tornou-se reconhecível como uma ambiência discursiva, que, a seu modo, foi politicamente vista como uma forma de resistência ao poder e afirmação da singularidade do sujeito, aproximando-se de uma abordagem presente nos trabalhos de Foucault (1988). Nas perspectivas elaboradas em torno das fontes orais, as formulações sobre os sujeitos e suas experiências tornam-se mais perceptíveis à medida que o(a) entrevistado(a) passou a ser visto(a) “de dentro”, ou seja, do interior de suas próprias subjetividades. Isso ocorre a partir de inerências “potenciais” captadas por aspectos políticos, psicológicos e afetivos (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004; KHOURY, 2004).

De certo modo, essas afirmativas precisam ser testadas por meio de outras evidências para que se identifique os parâmetros “particulares” de um marxismo — historiográfico, cultural, baseado em códigos de linguagem, etc. — ou que se tenha, de fato, o reconhecimento com essa base analítica.

Em termos de discontinuidades, a mais relevante, na concepção desta pesquisa, encontra-se na perspectiva de “direito à memória”, que, em essência, esteve vinculada às políticas feitas pelo DPH. Nesse contexto, a referência situa-se em ações produzidas ao redor de movimentos organizados, ou seja, em torno de práticas e discursos concentrados em sujeitos coletivos. Havia ainda um princípio educativo, desenvolvido em escolas do ensino básico e em aulas públicas, a exemplo da ação: “Pátria Amada, Esquartejada”, de Brites e

Pereira (2010), que intertextualizava bens culturais, memórias, visões sobre o passado e a constituição de “direitos sociais”.

Assim, tentou-se produzir relações de cidadania a partir de processos de contra-hegemonias culturais (DPH; SMC, 1992). Tais ações denotavam certos usos da memória, que, por sua vez, substanciavam a elaboração de uma produção histórica a partir do poder político instituído.

Entretanto, conforme a exposição desta pesquisa, a realização efetiva do projeto ocorreu no circuito universitário, em meio à prática e às discussões historiográficas. Considerando tal transição e fatores relacionados tem-se, entre as “novidades”, o destaque para a produção de narrativas e de textos amalgamados, produzidos na interface de pesquisadores(as) e pesquisados(as). Nesse ambiente, a expressão-chave “direito à fala”, ou “[...] direito de se expressar na sociedade”, se sobressaiu (KHOURY, 2006, p. 137). Juntou-se a ela a noção de “indivíduo” frente à ideia de “coletivo”.

Todavia, nas sínteses sobre fontes orais, o indivíduo não se configurava em uma “plena unidade” — ou isolamento —, pois seu significado e sua presença ocorriam a partir de uma relação “dialógica”. Se somaram a esse indivíduo outros vários “sujeitos”, contextualizados dentro de uma mesma pesquisa historiográfica. Postulava-se, com isso, a formação de um elemento “plural”, isto é, uma “pluralidade” de sujeitos individuais.

A presente pesquisa não encontrou nas sínteses sobre a pluralidade dos sujeitos o elemento central do marxismo que faz a junção de experiências particulares à experiência social, a saber, a ideia de “mediação”. Este é um ingrediente da proposição analítica que traz a dialética para as interpretações do processo histórico, como pontuado por Silva (2019):

[...] a partir do caráter ontológico de mediação do ser social com a natureza. O método na teoria marxiana pressupõe um sujeito que assume uma postura política de desvelamento da aparência, apontando suas contradições, seus fundamentos ideológicos e mediações com a totalidade social. (SILVA, 2019, p. 49)

A ideia de “pluralidade” se diferencia das formulações sobre um “sujeito coletivo”, pois, nessa multiplicidade se destacam trajetórias particulares de vida. Além disso, a “divisão” se circunstancia em “dialogismos”, desenvolvidos a partir de um possível nivelamento “democrático” entre “sujeito-sujeito”. Ou seja, por meio da relação entre todos(as) os(as) participantes do processo de entrevistas.

A multiplicidade de sujeitos não é em si a característica mais importante dessa reflexão, pois a atenção deve se voltar ao fato de que a escrita amalgamada se firma sobre uma lógica de “censura” à compreensão de culturas populares.

Na compreensão de culturas populares, entendidas como espaços da diferença na experiência social vivida, a questão da censura é significativa, pela própria natureza das relações sociais e culturais vividas. Práticas e memórias populares obscurecidas à sombra de outra hegemônicas sofrem um processo de censura que se constitui, habitualmente, na impossibilidade de se reconhecerem ante a presença de outras mais poderosas. Descortinar modos de vida específicos requer, então, de nossa parte, o exercício constante de sondar como se forjam em relação com as instituições, forças sociais e expressões culturais dominantes, com as quais estão intimamente imbricados. (KHOURY, 2006, p. 137)

A ideia de “falseabilidade”, colocada em relação a esse ponto, se desdobra em duas complementariedades. A primeira voltada ao “direito à memória” e ao direito à expressão. Outras fontes poderão lançar luz e revelar aspectos da transmutação de uma condição à outra, no movimento de passagem entre a prática política e a pesquisa acadêmica. É possível que as distâncias entre as duas institucionalidades indiquem uma total descontinuidade entre essas dimensões. No entanto, a hipótese que parece melhor se configurar é a de rompimento, por ordem da mudança de status do direito à memória na generalidade das lutas políticas.

Ao término da introdução do livro “Muitas Memórias, Outras Histórias”, o segundo, lançado em 2004, encontra-se a seguinte passagem:

Chegando ao fim de nossa conversa, insistimos na necessidade de responder às questões, para nós, cruciais: Mas que tipo de consciência histórica estamos trabalhando? Onde nos situamos? O que queremos e para onde pretendemos avançar? Estas são questões cruciais porque esse é um momento qualificado e classificado como um momento de transformação, de mudanças possíveis. E nós? E nós que lutamos por isso, contribuimos para isso? E agora? Agora vamos para a mesa de bar e criticamos, criticamos tudo que está acontecendo e falamos que não pode ser assim, que tinha que ser de outra forma..., mas em que estamos ajudando a enfrentar o significado de ser governo, de ser um governo que se propõe mudança? E nosso profissional de História? Que contribuição estamos fazendo em termos de traduzir em outras histórias aquelas memórias que foram obscurecidas, ou que nós estamos procurando trazer à tona? (FENELON; CRUZ; PEIXOTO, 2004, p. 12)

As autoras referem-se a um tempo no qual o governo se presta às “mudanças”. Naquele ano, Marta Suplicy administrava a cidade de São Paulo (2001-2004) e Luís Inácio Lula da Silva — ambos do PT — presidia o país, no primeiro de seus três mandatos (2003-2006). A referência, portanto, se relacionava ao enfrentamento do “significado de ser governo”, porém, a reflexão se contextualiza em considerações sobre a “consciência histórica”, que estava sendo formada naquele período, e não na *práxis* política imediata.

O enigma encontra-se no seguinte ponto: “o que queremos e para onde pretendemos avançar?” Com vistas em tal questão, defende-se ter ocorrido um deslocamento social e não uma mudança de paradigmas. Assim, a hipótese trabalhada nesta pesquisa relaciona-se à elucidação de que os princípios teóricos permitiriam a reestruturação de uma *Realpolitik* a partir da pesquisa historiográfica. No campo particular (história acadêmica), a contribuição se faria a partir da elaboração de memórias alternativas às memórias oficializadas por outros governos, outros partidos.

Entretanto, o desenvolvimento histórico mostrou não ser mais possível retornar aos fundamentos políticos iniciais. Ou seja, não se formou uma ambiência social que pudesse reativar as dinâmicas administrativas municipais dos anos 1990 e, assim, romper as acuidades institucionais de uma pesquisa acadêmica. Com isso, não se quer pressupor qualquer capitulação do grupo, mas destacar que, este não encontrou ou influiu em um ambiente próximo ao dos anos 1970 e 1980, o qual originou as ações nas escolas e os projetos de “patrimônio histórico e cultural”.

Esta pesquisa sugere ter havido, durante os anos posteriores ao governo Luiza Erundina, uma dissolução das proposições em torno das memórias sociais enquanto elemento de governo. Como assinalado, ocorreram mudanças no mundo do trabalho, nos padrões sindicais e nos movimentos populares. Caracterizou-se, a partir disso, uma descentralização das políticas de Estado, que foram “apropriadas” por agentes culturais — portadores de Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou Cadastro de Pessoa Física (CPF) — que passaram a disputar editais e recursos para a área. Desde a Lei Rouanet, que permitiu a isenção fiscal em favor de financiamento de projetos particulares diversificados, as discussões em torno da produção e dos embates culturais passaram a ocorrer no interior da “sociedade civil” com compartidas financeiras do Estado (BRASIL, 1991).⁴⁹

Na cidade de São Paulo, por exemplo, foi regulamentado o Programa Municipal de Incentivo à Cultura (Promic), no último ano do primeiro governo do PT (SÃO PAULO, 1992). Esse edital previa a concessão de incentivos fiscais para pessoas físicas e jurídicas que apoiassem projetos culturais aprovados pela SMC. Em anos posteriores, outros editais iniciaram a normatização daquilo que hoje se encontra no campo da promoção e do debate sobre “política cultural”.

Além dessa perspectiva, deve-se ressaltar que, o deslocamento das ações político-administrativas em torno da cultura para a “sociedade civil”, por meio de financiamento de

⁴⁹ Criada em 1991, durante o governo federal de Fernando Collor de Mello (BRASIL, 1991).

projetos diversificados, abriu a possibilidade de “pluralização” de sujeitos e redefinições sobre a “memória social”.

O segundo ponto, refere-se às práticas históricas e os usos historiográficos em torno de concepções de direitos sociais. Ao se desenvolver enquanto atividade acadêmica, o projeto lidou com particularidades e regras do meio acadêmico. Além disso, este foi desenvolvido, em certa medida, por meio da prática de entrevistas dialogadas. Talvez, o gradiente teórico atribuído à prática de entrevistas tenha assinalado circunstâncias específicas sobre a “pluralidade” dos sujeitos nas pesquisas acadêmicas, ao passo que as análises em torno de outras fontes e bibliografias poderiam contestar a manutenção de tal crédito.

De todo modo, a impossibilidade de retorno ao “direito à memória” possibilitou a formulação de um “direito à história” circunscrito às regras da linguagem (acadêmica). Ao mesmo tempo, as elaborações a respeito desse “outro” direito validariam essa historiografia que se produzia como “não ortodoxa” e “anti-leninista” e que pretendia manter-se “politizado”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 139-154.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Cada um tem um sonho diferente”: histórias e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 44-60.
- ANDERSON, Perry. **A crise da crise do marxismo**: introdução a um debate contemporâneo. São Paulo: Brasilense, 1985.
- ANDERSON, Perry. **Teoria, política e história**: um debate com E. P. Thompson. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- AUED, Bernardete Wrublewski *et al.* **Retratos do MST**: ligas camponesas e movimento dos trabalhadores rurais sem terra. Florianópolis: Ed. Cidade Futura, 2005.
- BERTUCCI, Liane Maria; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda. **Edward P. Thompson**: história e formação. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.
- BLOCH, Marc (org.). **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1999. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 129, n. 249, p. 30261, 24 dez. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18313cons.htm. Acesso em: 1 maio 2023.
- BRITES, Olga; PEREIRA, Mirna Busse. Oficina de história: ensino, memória e patrimônio histórico. **Projeto História**, São Paulo, n. 40, p. 333-356, 2010. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6135>. Acesso em: 1 maio 2023.
- CALVO, Célia Rocha. Muitas memórias, outras histórias de uma cidade. Lembranças e experiências de viveres urbanos em Uberlândia. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 155-172.
- CALVO, Célia Rocha; CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco; ALMEIDA, Paulo Roberto de. Trabalho e movimentos sociais: histórias, memórias e produção historiográficas. *In*: CARDOSO, H. H. P.; MACHADO, M. C. T. (org.). **História**: narrativas plurais, múltiplas linguagens. Uberlândia: UFU, 2005. p. 11-38.

CANADO JÚNIOR, Roberto dos Santos. A criação do DPH: o patrimônio como questão da esfera municipal. **RAM - Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 207, p. 111-121, 2021.

CARDOSO, Adalberto Moreira. **A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2003.

CARDOSO, Heloisa Helena Pacheco. Nos caminhos da história social: os desafios das fontes orais no trabalho do historiador. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 42, p. 31-47, jan./jun. 2010.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Portugal: Difel, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. *In*: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH); SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC) (org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH/SMC, 1992. p. 37-46.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**. Campinas: Ed. Unicamp, 2015.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2017.

CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário; KHOURY, Yara Maria. Introdução. *In*: MACIEL, L. A. *et al.* (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 9-21.

CRUZ, Heloisa Faria. Direito à memória e patrimônio documental. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 54, p. 23-59, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/35388/18587>. Acesso em: 2 maio 2023.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. Patrimônio histórico e cidadania: uma discussão necessária. *In*: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH); SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC) (org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH/SMC, 1992. p. 9-12.

DECCA, Edgar Salvadori de. Apresentação. *In*: RAGO, Margareth (org.). **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista**. Brasil, 1890-1930. São Paulo: Paz e Terra, 2014. p. 17-22.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH); SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC) (org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH/SMC, 1992

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. São Paulo: Editora Jorge Zahar, 1998.

ENGELS, F. Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. (org.). **Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã**. Lisboa: Ed. Estampa, 1975. p. 89-148.

FENELON, Déa Ribeiro. Políticas culturais e patrimônio histórico. *In*: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH); SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC) (org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH/SMC, 1992. p. 29-36.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e história social: historiografia e pesquisa. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 73-90, 1993.

FENELON, Déa Ribeiro. A formação do profissional de história e a realidade do ensino. **Tempos Históricos**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 23-35, 2000. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1942/0>. Acesso em: 5 maio 2023.

FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. Introdução. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 5-13.

FONTES, Paulo. Classes e linguagem: notas sobre o debate de languages of class de Stedman Jones. **Revista de História**, São Paulo, n. 140, p. 95-105, 1993.

FORTES, Alexandre. O processo histórico de formação da classe trabalhadora: algumas considerações. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 587-606, 2016.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 17. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

HALL, Stuart. Estudos culturais: dois paradigmas. *In*: HALL, Stuart (org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. p. 131-159.

HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination. **International Organization**, [s. l.], v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/introduction-epistemic-communities-and-international-policy-coordination/CE9CFC049E0F2A14635F1E3EB51960C9>. Acesso em: 5 maio 2023.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. O modo de fazer pesquisa do historiador E. P. Thompson. *In*: MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, André Luiz (org.). **E. P. Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012. p. 149-174.

IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. **Revista História da historiografia**, Ouro Preto, n. 4, p. 105-124, 2010.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. *In*: AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 43-61.

KHOURY, Yara Aun. Documentos orais e visuais: organização e usos coletivos. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 200, p. 77-98, 1992.

KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 116-138.

KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da história. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; Khoury, Yara Aun (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 22-43.

LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. *In*: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (org.) **A crítica e o desenvolvimento do conhecimento**. São Paulo: Cultrix, 1979. p. 109-243.

LAVERDI, Robson. Sentidos políticos de ser pescador no Lago de Itaipu. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 136-155.

LE GOFFF, Jacques. Prefácio. *In*: BLOCH, Marc (org.). **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Azhar Ed., 2001. p. 15-38.

LEFEBVRE, Henri. **O marxismo**. São Paulo: Difel, 1979.

LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. **Romantismo e política**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1993.

MACIEL, Laura Antunes. De “o povo não sabe ler” a uma história dos trabalhadores da palavra. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 273-298.

MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. Primeira parte. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 29-95.

MENDES, Alexandre Fabiano. A travessia de Eder Sader: da grande tarefa aos pedaços de experiência. **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 49, p. 83-102, 2017.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; MÜLLER, Ricardo Gaspar. E. P. Thompson e a pesquisa em ciências sociais. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu, MG. **Anais [...]**. São Paulo: ANPOCS, 2007.

MORAIS, Sérgio Paulo. Tempo, trajetória de vida e trabalho de carroceiro na cidade (Uberlândia – 1970-1998). *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. p. 225-246.

MORAIS, Sérgio Paulo. Narrativas, subjetivações e cultura de empobrecimento na cidade de Uberlândia – 1990-2004. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 76-99.

MORAIS, Sérgio Paulo. Trabalhadores na condição de sujeitos autônomos: perspectivas acadêmicas e conjunturas políticas (Brasil, 1980-1990). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/78628>. Acesso em: 2 maio 2023.

MORAIS, Sérgio Paulo; DE SORDI, Denise Nunes; FÁVERO, Douglas Gonsalves. Ocupação e contra ocupação de escolas públicas: o caráter político-educativo da mobilização coletiva. **Trabalho Necessário**, [s. l.], v. 17, n. 33, p. 138-161, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/29372>. Acesso em: 2 maio 2023.

NETTO, José Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. *In*: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de; NETTO, José Paulo (org.). **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1987. p. 64-93.

NETTO, José Paulo. Determinações fundamentais da cotidianidade. *In*: NETTO, José Paulo; CARVALHO, M. C. Brant (org.). **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez Editora, 2011. p. 65-70.

NETTO, José Paulo. Posfácio. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson (org.). **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2017. p. 233-286.

NICOLAZZI, Fernando. **O conceito de experiência histórica e a narrativa historiográfica**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

OLIVEIRA, Lêda Maria Leal de. Memórias e experiências: desafios da investigação histórica. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 263-281.

PALMER, Bryan. **E. P. Thompson, objeções e oposições**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PALMER, Bryan. Paradoxo e polêmica, argumento e constrangimento: reflexões sobre E. P. Thompson. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 1, p. 55-89, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27926/15388>. Acesso em: 2 maio 2023.

PAOLI, Maria Célia. Memória e ação cultural/Apresentação. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo, n. 200, p. 7-14, 1992a.

PAOLI, Maria Célia. Memória, história e cidadania: o direito ao passado. *In*: DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO (DPH); SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA (SMC) (org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. Departamento do Patrimônio Histórico. São Paulo: DPH/SMC, 1992b. p. 25-28.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera Maria. Pensando a classe operária - os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 129-149, 1983.

PAULA, Dilma Andrade de. O futuro traído pelo passado: a produção do esquecimento sobre as ferrovias brasileiras. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 41-67.

PAULA, Dilma Andrade de. Tempo e artes nos trilhos. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 239-261.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Ensino como pesquisa: um novo olhar sobre a história no ensino fundamental como e por que aprender/ensinar história. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 28, n. 53, p. 37-70, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/32765>. Acesso em: 2 maio 2023.

PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. E as palavras têm segredos.... Literatura, utopia e linguagem na escritura de Ana Maria Machado. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 156-176.

POLLAK, Michael. Memória e identidade coletiva. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. “A filosofia e os fatos”. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, n. 2, 1996.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, 1997a.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, 1997b.

PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 22, p. 9-36, 2001.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. História oral: uma relação dialógica. *In*: PORTELLI, Alessandro (org.). **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 9-26.

PROCAD. **Cultura, trabalho e cidade**: muitas memórias, outras histórias. São Paulo: PUC/SP, [2000]. (Projeto Tipo I). No prelo.

RAMOS, Igor Guedes. **Genealogia de uma operação historiográfica**: as apropriações dos pensamentos de Edward Palmer Thompson e de Michel Foucault pelos historiadores brasileiros na década de 1980. 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2014.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

SÃO PAULO. Decreto Municipal nº 31.167, de 16 de janeiro de 1992. Regulamenta a Lei nº 11.183, de 22 de novembro de 1991, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**: seção 1, São Paulo, SP, p. 1, 17 jan. 1992.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: EDUSP, 1997.

SCOTT-BROWN, Sophie. **The histories of Raphael Samuel**: a portrait of a people’s historian. Canberra: ANU Press, 2017.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 39-72, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/HKbF5dKxk6rHrWXX9HyKRkn/?lang=pt>. Acesso em: 2 maio 2023.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. Thompson e a primeira geração dos Annales: uma abordagem comparativa a partir das noções de estrutura e processo. **História Social**, Campinas, v. 4/5, p. 91-134, 1998.

SILVA, Christiane Pimentel. O método em Marx: a determinação ontológica da realidade social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 134, p. 34-51, jan./abr. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/dQkkhqYS3WdkMNX3N44JCKf/abstract/?lang=pt#:~:text=O%20m%C3%A9todo%20em%20Marx%20%C3%A9,social%20constituem%20uma%20unidade%20metodol%C3%B3gica>. Acesso em: 2 maio 2023.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. Cultura, linguagem e história: a arte de viver, na poesia. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 114-135.

SILVA, Marcos. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

SILVA, Regina Helena Alves da. “Pra não morrer... é só amarrar o tempo no poste”: memória e patrimônio. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 1, n. 40, p. 9-20, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/19205>. Acesso em: 2 maio 2023.

SOUZA, Hebert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 29. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

SOUZA, Valmir. Discursos sobre a cultura: formulando políticas culturais. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 9, p. 144-154, 2019.

TAYLOR, Miles. As guinadas linguísticas na história social britânica. **História Social**, Campinas, v. 4/5, p. 77-90, 1998.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v. 3.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P.; NEGRO, A. L.; SILVA, S. (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: UNICAMP, 2001.

THOMSON, Alistair. Histórias (co)movedoras: história oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

THOMPSON, E. P. Uma entrevista com E. P. Thompson. [Entrevista cedida a] Michael Merril. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 1, p. 417-445, 2014. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/27919>. Acesso em: 2 maio 2023.

VARUSSA, Rinaldo José. Trabalhadores e memórias: disputas, conquistas e perdas na cidade. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 208-224.

VARUSSA, Rinaldo José. Catadores de papel em Marechal Cândido Rondon, PR: memórias, narrativas, experiências de vida e de trabalho. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 100-113.

VASCONCELOS, Regina Ilka. Tempos e memórias. Caminhos para o sertanejo: quem conta histórias? *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004. p. 247-262.

VASCONCELOS, Regina Ilka. Cultura e memória: notas sobre a construção da lógica histórica na pesquisa audiovisual de história oral. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias: memórias e linguagens**. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 218-238.

VASCONCELOS, José Antonio. Edward P. Thompson: Ativismo político e produção historiográfica. *In*: IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (org.). **A escrita do historiador: cosmovisões em conflitos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

VEDRAMINI, Célia Regina. Experiência e coletividade em E. P. Thompson. *In*: MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, André Luiz (org.). **E. P. Thompson: política e paixão**. Chapecó: Argos, 2012. p. 127-147.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. **A pesquisa em história**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. Você é marxista, não é? *In*: WILLIAMS, Raymond (org.). **Recursos da esperança: cultura, democracia, socialismo**. São Paulo: UNESP, 2015. p. 97-113.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo, a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MEMORIAL DE PESQUISA

Para efeito de promoção a professor titular, a Resolução Nº 03/2017, da Universidade Federal de Uberlândia, que trata da Carreira de Magistério Superior, prevê a apresentação de uma tese inédita ou de um memorial acadêmico. Sendo assim, o texto apresentado à Comissão Especial traça a exposição de uma tese e, ao mesmo tempo, apresenta um relato formativo.

Particpei ativamente do Procad entre 2000 e 2002, quando realizei a pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do professor doutor Paulo Roberto de Almeida. No período, as discussões sobre o projeto perpassavam as demais atividades do curso, na medida em que as professoras Déa Ribeiro Fenelon, Yara Khoury, Heloísa Cruz e Maria do Rosário vinham à Uberlândia para ministrar “Seminários internos de Linha” e “missões de trabalho” relacionadas ao projeto.

Tais atividades, mediadas por textos de E. P. Thompson e Raymond Williams, assim como de Stuart Hall, Terry Eagleton e Alessandro Portelli, influenciaram ativamente o trabalho que realizava sobre os carroceiros da cidade. À vista disso, tentei interpretar as mudanças vivenciadas por esses trabalhadores a partir de suas experiências sociais, suas visões de mundo e seus modos de vida. Em tais trilhas, elaborei e apresentei a dissertação: “Trabalho e cidade: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia (1970-2000)”, publicada posteriormente na forma de livro (MORAIS, 2002, 2021).

Em 2002, elaborei um projeto de pesquisa sobre as formas de tratamento da pobreza nesse município, considerado “rico”, progressista e sem pobreza. Com essa proposta, busquei perceber as relações entre a classe média e os(as) recebedores(as) de programas sociais municipais e federais, entre eles, o “Bolsa Escola”. O projeto foi aprovado no Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Após a realização da pesquisa, a tese foi defendida em 2007, com o título: “Empobrecimento e ‘inclusão social’: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004)” (MORAIS, 2007, 2012).

No doutorado, tive a honra de ser orientado pela professora doutora Yara Aun Khoury, com a qual aprendi muito a respeito da produção, usos e interpretações de “fontes orais”. Entre 2003 e 2007, participei das diversas outras atividades realizadas pelo Procad e, nos anos 2003 e 2004, fui bolsista Capes, vinculado a esse projeto.

Em 2004, quando foi publicado o livro “Muitas Memórias, Outras Histórias”, contribui com o capítulo “Tempo, trajetórias de vida e trabalho de carroceiros na cidade (Uberlândia – 1970/1998)” (MORAIS, 2004). Nesse, retomei algumas discussões

apresentadas no mestrado a partir de entrevistas realizadas com trabalhadores, nas quais tratamos das mudanças na cidade e da “clandestinidade” posta às atividades desenvolvidas com carroças no espaço urbano.

Na coletânea publicada em 2006, contribui com o texto “Narrativas, subjetivações e cultura de empobrecimento na cidade de Uberlândia, 1990-2004”, em que discuto ações, visões e formas de constrangimento impostas aos “pobres” a partir da gestão, via Organizações Não Governamentais (ONGs), de orçamentos públicos voltados ao “combate” da fome, da miséria e da pobreza. As soluções propostas pela classe média local interligavam perspectivas de “combate à criminalidade”, por meio de lobby parlamentar para a diminuição da idade penal, palestras às famílias das crianças beneficiadas pelos programas sociais, realizadas por militares, psicólogos(as) e assistentes sociais, além de campanhas para a elevação da “autoestima” dos mais pobres, dentre outras (MORAIS, 2006).

Essas trajetórias possibilitaram-me levantar as questões que ora apresento. Sou, portanto, **grato** aos participantes do projeto, às instituições em que desenvolvi os meus estudos, às aulas, às reuniões e às orientações recebidas.

REFERÊNCIAS

MORAIS, Sérgio Paulo. **Trabalho e Cidade**: trajetórias e vivências de carroceiros na cidade de Uberlândia (1970-2000). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2002.

MORAIS, Sérgio Paulo. Tempo, trajetória de vida e trabalho de carroceiro na cidade (Uberlândia – 1970-1998). *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d’Água, 2004. p. 225-246.

MORAIS, Sérgio Paulo. Narrativas, subjetivações e cultura de empobrecimento na cidade de Uberlândia – 1990-2004. *In*: MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (org.). **Outras histórias**: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d’Água, 2006. p. 76-99.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Empobrecimento e “inclusão social”**: vida urbana e pobreza na cidade de Uberlândia/MG (1980-2004). 2007. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORAIS, Sérgio Paulo. **Incluídos?**: Pobreza e políticas compensatórias em um Brasil rico. Saarbrücken: Paco Editorial, 2012.

MORAIS, Sérgio Paulo. **As carroças e a cidade**: condições de vida e trabalho na Uberlândia dos anos 1970-2000. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.

ANEXO I – PROJETO PROCAD

PROJETO - PROCAD Tipo I -

TÍTULO: CULTURA, TRABALHO E CIDADE

Muitas Memórias, Outras Histórias.

ÁREA- HISTÓRIA

INSTITUIÇÃO – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE S.PAULO

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
 End.Setor de Pós Graduação/ Programa de História
 Rua Monte Alegre, 984 – Prédio Novo 4º.Andar –São Paulo
 Perdizes – Telefax- 0xx11- 36708511
 E.mail – histpos@pucsp.br

EQUIPE LIDER

NÚCLEO DE ESTUDOS CULTURA, TRABALHO E CIDADE

Professoras: MARIA ANTONIETA ANTONACCI
 HELOISA DE FARIA CRUZ
 DENISE B. SANT!ANNA
 YARA AUN KHOURY
 MARIA DO ROSARIO CUNHA PEIXOTO
 DEA RIBEIRO FENELON
 ESTEFÂNIA KNOTZ C. FRAGA

EQUIPES ASSOCIADAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 PRO REITORIA DE PESQUISA E POS GRADUAÇÃO
 MESTRADO EM HISTÓRIA-LINHA DE PESQUISA:TRABALHO
 E MOVIMENTOS SOCIAIS

PROFESSORES:

PAULO ROBERTO ALMEIDA, Coordenador da Linha de Pesquisa
 HELOISA HELENA PACHECO CARDOSO
 HERMETES REIS DE ARAÚJO
 WENCESLAU GONÇALVES NETO

Endereço: : -UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação dos Cursos de História
 Av.Universitária s/n – Bloco “H”-Campus Sta.Mônica
 UBERLÂNDIA – MG CEP- 38400-902

Tel.0xx34-235-2888- ramal 199

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SALVADOR
CENTRO DE POS GRADUAÇÃO E EXTENSÃO-CEPEX
Endereço - Rua Leovigildo Filgueiras, 270 Salvador-Bahia
Telefax – 0xx71-247-7962
NÚCLEO DE PESQUISA – CULTURA, PODER E MEMÓRIA

PROFESSORES:

NEIVALDA FREITAS DE OLIVEIRA
IONE CELESTE JESUS DE SOUZA
WILMA MARIA DO NASCIMENTO
VENETIA DURANDO BRAGA RIOS
CARLOS AUGUSTO LIMA FERREIRA – Coordenador do Núcleo
AFONSO BANDEIRA FLORENSE

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Linhas de Pesquisas: Identidades culturais, etnicidade e migrações e Política: ações e representações

PROFESSORES:

JOSÉ CARLOS BARREIRO - Coordenador da Equipe
LAURA ANTUNES MACIEL
ZÉLIA LOPES DA SILVA

Endereço: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS
Av. Dom Antonio, 2100 Vila Tennis Clube
19806-173 Assis – SP
telefax: (18) 3222933 R. 216
e-mail: posgradu@assis.unesp.br

I. JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DA LINHA DE PESQUISA

A oportuna implantação pela CAPES do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica - PROCAD - para intensificar o intercâmbio científico e promover a formação de recursos humanos vem de encontro as expectativas do corpo docente do Programa de Estudos Pós-Graduados em História, da PUC/SP, particularmente dos professores que atuam nas Linhas de Pesquisa do Programa, Cultura e Trabalho e Cultura e Cidade .

Elegendo a História Social como área de concentração e História e Cultura, como eixo temático, o Programa tem acolhido projetos de pesquisa , tanto no mestrado como no

doutorado, que traduzem a preocupação com temas que privilegiem estudos sobre as práticas e experiências sociais de sujeitos em diferentes momentos e situações históricas. As pesquisas alocadas na Linha de Pesquisa Cultura e Trabalho colocam em evidência os trabalhadores, os modos de trabalhar, as práticas e tradições, as crenças e valores, as organizações políticas da classe e promovem a reflexão sobre os desafios colocados pelo mundo do trabalho contemporâneo. As temáticas de pesquisa que tratam da constituição dos espaços e territórios urbanos, investigando, nas relações sociais entre moradores, a maneira como se relacionaram ou construíram seus modos de vida no cotidiano da cidade, são desenvolvidas na Linha de Pesquisa Cultura e Cidade. Mais recentemente essa Linha incorpora perspectivas de investigação que envolvem o exame e avaliação dos projetos e políticas de preservação do patrimônio, com o objetivo de identificar e analisar, nas propostas de alterações e reformas urbanas, o significado das diversas experiências sociais e, portanto, das várias memórias e das várias histórias das cidades e de seus moradores.

Foi em torno das propostas temáticas sugeridas pelas Linhas de Pesquisa do Programa de Estudos Pós Graduated em História, da PUC/SP, que se viabilizou o projeto de Mestrado Interinstitucional (MINTER) envolvendo três universidades baianas - a Universidade Católica de Salvador (UCSAL), que atuou como universidade receptora - a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade de Santa Cruz (UESC) que participaram como instituições associadas. Naquele projeto, preparado por meio de cuidadoso contato e intenso debate entre as instituições participantes, dentre as metas e objetivos apontados destacavam-se os de fornecer condições para o aprimoramento da capacitação científica no campo da História Social, de docentes das 3 universidades baianas envolvidas além de se enfatizar o incentivo ao trabalho interdisciplinar que representasse uma efetiva contribuição para a recuperação da memória histórica da região e do país. O MINTER teve início em janeiro de 1998 e contou com o amplo envolvimento dos professores do colegiado, do Programa de História da PUC/SP, que atuaram no delineamento inicial da proposta, no processo de seleção, cursos, atendimento e orientação de alunos. Em abril de 1999, o Programa recebeu a visita de consultor da Capes, que avaliando todas as dimensões de desenvolvimento da proposta até aquele período, recomendou positivamente o mestrado, destacando a seriedade e competência acadêmica do processo de condução do mesmo. Com relação aos impactos e repercussões do projeto na região e nas diversas instituições cabe, em primeiro lugar, apontar a titulação dos 16 alunos selecionados. Para além da relevância acadêmica e temática advinda da realização e publicização de pesquisas sobre diferentes temáticas da História Social da região, deve-se destacar o impacto resultante da qualificação desses profissionais nos cursos de graduação em História de suas instituições. Outra iniciativa decorrente da aproximação entre as instituições foi a proposta de criação de um curso de Patrimônio Cultural, integrando a estrutura curricular dos cursos de graduação da UCSAL. Também como resultado do projeto, as instituições da região além de contar com pessoal habilitado e titulado, contam hoje com profissionais envolvidos em pesquisas sobre História Social da região e com a identificação, sistematização e funcionamento de acervos documentais locais, destacando-se o Centro de Documentação da UCSAL, que contou com a assessoria do corpo técnico do Centro de Documentação (CEDIC) da PUC/SP. Outro resultado do projeto foi a organização e publicação da Revista CONTRAPONTO, organizado pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UCSAL e pelo MINTER, que tornou públicas muitas das pesquisas desenvolvidas no curso.

O profícuo intercâmbio e cooperação com pesquisadores e instituições de ensino da região proporcionados pelo MINTER, possibilitou a identificação de diversas dimensões relativas ao desenvolvimento acadêmico da área de História na região, principalmente as que dizem respeito a dinamização de novas linhas e temáticas de pesquisa, a organização de núcleos de pesquisa e ao trabalho com conjuntos e acervos documentais relevantes para a História da região. A intenção de dar continuidade a atividades de intercâmbios com aquelas instituições atendia as solicitações feitas ao Programa por docentes e alunos daquelas universidades, mas a viabilização de trabalhos que atendessem aquelas expectativas era dificultada pela ausência de suportes materiais e financeiros. O PROCAD, portanto, veio de encontro as expectativas dos docentes do Programa, particularmente professores vinculados ao Núcleo de Estudos CULTURA, TRABALHO E CIDADE, que tiveram atuação intensa na organização e desenvolvimento do Mestrado Interinstitucional e mesmo após o término do projeto, continuaram a manter atividades de cooperação com as instituições da região, destacando-se a assessoria para a criação do Núcleo de Estudos CULTURA, PODER E MEMÓRIA, do Departamento de História da UCSAL, integrado por professores que vem desenvolvendo pesquisas que articulam as problemáticas referentes a história, memória, cultura, cidade, trabalho, poder, saúde e meio ambiente.

O interesse do Núcleo de Estudos CULTURA, PODER E MEMÓRIA em priorizar a discussão em torno de temáticas que envolvem a relação cultura e memória, trabalhando a memória na sua multiplicidade, a apreensão dos significados e dos signos das experiências e vivências, práticas e presença dos sujeitos históricos nos múltiplos territórios e temporalidades, justifica a proposta de parceria com o Núcleo de Estudos CULTURA, TRABALHO E CIDADE, do Programa de História da PUC/SP. Sua criação foi resultado da necessidade de estabelecer no Programa um espaço de aprofundamento e atualização das reflexões que tem como eixo a História Social e como terreno principal de estudo a diversidade de culturas presentes em diversas regiões do Brasil, ainda pouco investigadas historicamente. O Núcleo funciona como operador de pesquisas voltadas para romper oposições fáceis e naturalizadas e, por esta razão, seus eixos temáticos relacionados ao trabalho, a cidade e a cultura estão sustentados por uma proposta de investigação que contribui para perceber como estas categorias foram e são historicamente construídas, vividas e destruídas. Por conseguinte, ao estudar o tema cidade, o Núcleo estuda Cidade vividas, lembradas e esquecidas. No lugar de estudar o tema Trabalho, tem-se analisado os Modos de Trabalhar intimamente relacionados a outros modos de viver, sempre considerando a diversidade das práticas, valores e sentimentos que caracterizam cada labuta. Ao invés de investigar a Cultura, investiga-se os Processos e Referências culturais, detectando a multiplicidade de culturas por vezes minimamente arquivadas, historicizadas, tornadas visíveis e legíveis. Em torno das múltiplas propostas de investigação que se abrem o Núcleo trabalha na perspectiva de apreender temporalidades, espacialidades, injunções e reconstruções históricas de memórias, tradições e patrimônios, sem perder de vista a diversidade de formas e de suportes materiais. A abordagem é construída na perspectiva de entendimento e de trabalho histórico com memórias, tradições, patrimônios, enquanto expressões de confrontos de culturas e modos de vida o que permite enfrentar a racional e positivista dualidade construída na oposição entre erudito e popular, oral e escrito, campo e cidade, moderno e arcaico, sujeito e objeto e seus desdobramentos.

A confluência de interesses de investigação resalta nas propostas temáticas dos docentes do Departamento de História da UCSAL e do Programa de História da PUC/SP vinculados aos respectivos Núcleos de Estudos o que prenuncia uma imediata potencialidade de produção de pesquisas a serem desenvolvidas nas missões de trabalho previstas no PROCAD.

A proposta de cooperação com o Mestrado em História da Universidade

Federal de Uberlândia resgata um intensa, continua e já longa experiência de intercâmbio do Programa de História com aquela instituição. Vários alunos graduados em História pela UFU, obtiveram sua titulação no Programa como mestres e doutores e hoje atuam nas instituições de ensino da região. Os doutores titulados no Programa, e hoje docentes da UFU, mantendo os vínculos com professores do Programa, contribuíram para a organização e implantação do Mestrado em História naquela universidade. A Linha de Pesquisa do Programa TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS sinaliza caminhos de investigação com propostas temáticas e abordagem afinadas com os projetos de pesquisa desenvolvidos ou em desenvolvimento pelos docentes do Programa de História da PUC/SP. Atualmente já se encontram constituídos três grupos de pesquisa: Trabalho e Representações, com ênfase nas questões que afetam o mercado de trabalho, as consequentes redefinições dos conceitos de emprego e de movimentos sociais e os diversos sujeitos sociais nestas transformações, reconstruindo seus modos de vida, suas relações e suas resistências; Tecnologia e Relações Sociais, trabalhando em torno de problemáticas que contemplam as mudanças nas organizações do processo de trabalho, refletindo sobre o papel da tecnologia nas relações sociais de dominação.; Políticas Públicas e Movimentos Sociais, investigando o papel das diversas políticas governamentais no cotidiano das empresas e dos trabalhadores no campo e na cidade na perspectiva de trazer para o campo da investigação histórica os trabalhadores e suas experiências de vida: seus valores, seus costumes, suas lutas, suas práticas sociais, estratégias de sobrevivência e de resistência. São, portanto, preocupações de pesquisa em torno de temáticas indicativas dos vínculos definidores do trabalho de cooperação entre os Grupo de Estudos da PUC/SP e da UFU.

A parceria com a Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Assis, surge em decorrência de um trabalho informal de cooperação já existente através de participação em bancas, eventos, publicações mútuas e participação em conselhos consultivos nos respectivos periódicos dessas instituições. Além disso, vários alunos graduados e pós-graduados pela Unesp/Assis tem continuado sua formação em nosso Programa caracterizando assim um intercâmbio interinstitucional em diferenciados níveis. Isso significa que tem havido uma íntima interação entre as propostas de estudos desenvolvidas nestas instituições o que justifica o interesse em participar de um programa de cooperação que venha à aprofundar e sistematizar as reflexões já em curso.

O Programa de Pós-Graduação em História da UNESP, câmpus de Assis, completou vinte e dois anos de existência e apresenta-se hoje inteiramente consolidado. Suas atividades tiveram início com a implantação do Mestrado em 1978, e, após dez anos de experiência implantou em 1988 o curso de Doutorado. Recomendado e periodicamente avaliado pela

CAPES, o Programa tem apresentado uma performance de inegável competência, demonstrada tanto pela qualidade dos trabalhos concluídos, quanto pela demanda de docentes de diversos estados brasileiros aos seus concursos de seleção.

Cabe ressaltar que do ponto de vista dos professores da Unesp, que integram o PROCAD, há um interesse específico em formalizar, ao longo desses anos, um grupo de pesquisa que aglutine essa experiência e dê visibilidade à produção de professores e alunos envolvidos nas linhas de pesquisas em que estão inseridos.

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLOGIA

Parece inegável a dominância da preocupação com as questões do social na historiografia brasileira e mundial dos últimos anos. A intenção de superar os limites e as divisões compartimentadas das diferentes formas de conhecer a realidade, ou mesmo a discussão sobre isto, tem feito com que os historiadores, cada vez mais, se dediquem a temas que exigem a compreensão dos nexos e das relações sociais imbricadas nas formas de expressão da atividade humana, em todas as suas manifestações. {...} E nesta direção, portanto que falamos de totalidade, que se traduz na compreensão da abordagem de novos temas, dentre eles o Trabalho e o da Cultura, que vem sendo discutido entre os historiadores e que queremos situar no âmbito da História Social(FENELON, 198). (Texto de Déa, em Projeto Historia, n. 4: Trabalho, cultura e Historia Social: perspectivas de investigação, p.22):

No entanto, mais do que trabalhar novos temas e abordagens trata-se de propô-los de forma a (re)afirmar a contemporaneidade e a vitalidade crítica da reflexão histórica, entendendo que a operação histórica assim pensada requer um movimento não só retrospectivo, mas fundamentalmente prospectivo, pondo em causa as relações entre Memória e História. Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e de clarificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido que definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que se pudesse se estabelecer uma certa Memória para cunhar uma História “certa”. E aí está nosso campo de atuação como historiadores comprometidos no social, interessados em voltar aos acontecimentos passados não apenas para conhecer sua história, mas para buscar as razões que o engendraram, buscando no presente o que resta desse passado □ tendo como horizonte a transformação no presente e a construção de um futuro diferente do que temos hoje.

Politizar o ofício do historiador transcende de muito a preocupação com novos temas, problemas e abordagens. Construir um olhar político implica, para o historiador, colocar-se no presente, com autonomia crítica e, portanto, como protagonista, o que significa, conforme propõe Beatriz Sarlo, fazer da história uma autobiografia, o que por sua vez, supõe a avaliação do próprio percurso e o reconhecimento de sua responsabilidade histórica. Na realidade brasileira atual, diante do consenso neoliberal que estabelece a desigualdade como paradigma do relacionamento social e da organização da dominação, politizar o debate supõe

repensar os pactos e os esquecimentos que em nome da conciliação nacional igualaram os dois lados. Fazer uma história autobiográfica é, pois, indagar sobre o papel dos intelectuais no processo de construção da unidade político-ideológica, da versão autorizada dos acontecimentos e de sua contrapartida: a produção da invisibilidade e inaudibilidade dos dissidentes pelo apagamento dos sinais e vestígios de suas memórias e histórias. e, como argumenta Beatriz Sarlo, trata-se de aceitar o grande desafio de ser capaz de dotar as memórias evocadas da mesma força do esquecimento.

Trata-se, ainda, de buscar a problematização e o desvendamento de processos de constituição da memória dominante que se quer única e homogênea em seu duplo movimento de produção de visibilidade e de ocultação; e, finalmente, trata-se de enfatizar o trabalho de compreensão e crítica da articulação histórica das diversas linguagens instituintes de memórias sociais, destacando a construção de temporalidades, projetos e sujeitos sociais. Tudo isso supõe a busca de materiais que nos possibilitem eleger momentos, processos e lugares significativos da experiência social de indivíduos, grupos e classes sociais e aí vislumbrar conflitos tensões, articulações entre memórias hegemônicas e alternativas produzidas na experiência cotidiana de viver.

Ainda na trilha de Beatriz Sarlo, ao pensarmos a relação da história com o passado a partir do presente, endossamos suas proposições, segundo as quais é importante pôr as dissidências no centro do foco, o traço oposicionista frente aos discursos estabelecidos, aguçar a percepção das diferenças como qualidades alternativas frente às linhas da tradição e da inércia, descobrindo assim as fissuras no consolidado, as rupturas que podem indicar mudanças, e assim, permitir o aprofundamento da investigação. E ainda: o olhar político sobre nossos objetos não se dedica a organizar um paradigma, mas se mantém atento às tendências que questionam e subvertem a ordem estabelecida, pois está sempre pronto a descobrir e relacionar, consciente de sua historicidade e das várias possibilidades que há para explorar. Finalmente, autonomia não significa o afastamento da política ou a sujeição ao seu jogo.

Se vivemos em uma sociedade que exclui, domina oprime e oculta os conflitos e as diferenças sob a ideologia e o valor das identidades e da unidade do homogêneo e do único, então o **direito à memória** se torna uma reivindicação para fazer surgir a diversidade, a diferença, o múltiplo, as muitas memórias e as outras histórias.

Nessa mesma direção, Maria Célia Paoli considera que:

“A construção de um outro horizonte historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania, é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo. Aposta, portanto, na existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências do grupo mesmo quando tenham um fraco nexos com a história instituída. E exatamente aí se encontra um dos maiores desafios: fazer com

que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica”.

Politizar o debate implica, entre outras coisas, indagar como essas questões vêm sendo tratadas na historiografia atual e, então, reconhecermos as condições históricas em que se forjaram muitas de suas premissas, para, em contrapartida, a partir de outros pontos de vista, ou de outras abordagens, concretizarmos novas leituras destas lutas sociais, estabelecendo outras relações entre natureza e cultura, articulando-as com as lutas pela qualidade de vida no campo e na cidade. Articular história e vida implica em situá-las para além de seus aspectos e caracterizações historiográficas.

Com isto buscamos retomar um sentido de tematizar o social que nos permita entendê-lo como constituído e instituinte de práticas sociais e culturais de diversos e múltiplos agentes, para que então estes agentes possam se reconhecer como sujeitos sociais na História que queremos produzir.

Condizentes com estas preocupações e opções teóricas e metodológicas queremos também explicitar nossa adesão a uma certa maneira de trabalhar e conceber **cultura**. Se no social esta luta se concretiza entre diferentes sujeitos históricos, assumindo formas e resultando em diferentes memórias, queremos assumir com Chauí que:

“A cultura é mais do que as belas artes. É memória, é política, é trabalho, é História, é técnica, é cozinha, é vestuário, é religião, é festa, etc.. Ali onde seres humanos criaram símbolos, valores práticas, há cultura. Ali onde é criado o sentido do tempo, do visível e do invisível, do sagrado e do profano, do prazer e do desejo, da beleza e da feiúra, da bondade e da maldade, da justiça e da injustiça, ali há cultura.”

Entendendo a cultura como memória, como trabalho, como política, como costumes, como símbolos, como valores, enfim como tudo que o homem cria e atribui significado, temos sido levados a pensar e trabalhar a memória em constante mudança, como um campo de luta, como alvo de disputas, de domínio e de afirmação social. Para além de pensar no seu ocultamento ou apagamento como instrumentos de poder, ou de construção de hegemonias, temos procurado recuperar modos como a memória tem sido usada por sujeitos marginalizados, segregados, ou excluídos, como forma de se firmarem na realidade social.

E o que estamos entendendo por cultura trabalhada no âmbito da História Social? Queremos compreender a cultura como a maneira, pela qual os homens desenvolvem suas práticas sociais, refletindo seus modos de viver, trabalhar, morar, lutar, morrer, divertir-se, etc.. Assim a cultura é sempre tomada como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos, costumes, além da promoção e o desenvolvimento de instituições e iniciativas do cotidiano, com todas as suas formas de expressão e de organização e de luta no social. Temos trilhado estes caminhos nos trabalhos coletivos do Programa de Pós Graduação, seja nas tarefas de orientação ou nas diversas disciplinas ou, ainda, nas discussões do Núcleo que ora se apresenta, com este projeto, visando a implementar atividades de *Cooperação Nacional*, no âmbito do PROCARD.

Falar de **cultura** desta forma significa também ultrapassar a forma de pensá-la como uma instância em separado: superestrutura ou nível distinto do social. Ao invés disto, significa pensá-la como categoria, no sentido que Raymond Williams atribui ao termo, ou seja, problema ou questão para orientar a pesquisa, pensada portanto como categoria em construção e constitutiva do social. Longe de se apresentar como solução ou explicação prévia, propõe-se como equação a ser decifrada. Em se assumindo que adominação social cria antagonismos que serão sempre contraditórios e que portanto ensejam momentos de vitória e de derrotas de parte a parte, a **cultura** pode ser uma categoria importante para se examinar o campo de possibilidades colocado pelo jogo de forças do social, no qual o destino ou sina dos diferentes sujeitos históricos em confronto não estão dados de antemão.

No que se refere à expressão **dominação social** julgamos adequado enfatizar e insistir que não a consideramos como categoria explicativa de diferentes conjunturas históricas e nem a localizamos num ponto específico do todo social. ao contrário disto, entendemos que ela se constitui de ela institui o tempo social, carregando historicidade, transformações, mudanças. Além disto devemos reconhecer que as relações de dominação e resistência, por sua característica ou natureza, não carregam ou mantêm relação causal, ou seja, a um tempo de dominação sucedendo outro de resistência. Ao contrário disto, entendemos que a cada movimento de exercício de dominação [não] corresponderá necessariamente um momento de resistência. Esta, por sua vez, não carrega elementos exclusivos de passividade ou negatividade. De qualquer forma, convém repetir, a dominação social estará sempre disseminada pelo todo social, inerente que é às lutas do cotidiano, às vivências e às múltiplas experiências dos diferentes sujeitos sociais.

Falar de **cultura** dessa forma nos leva a mais uma categoria importante na condução de nossas reflexões □ a de **experiência social** que nos conduziu a considerar que homens e mulheres devem retornar em nossa produção ou interpretação como sujeitos sociais e não apenas como indivíduos livres, no sentido liberal do termo, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações sociais como necessidades, interesses e com antagonismos. E que em seguida tratam essa experiência em sua consciência e sua cultura, com complexidade para, só então, agir sobre uma situação dada. E a experimentam não apenas como *idéias no âmbito do pensamento*, mas também como sentimentos, normas, valores, obrigações que se exprimem em ações e também como resistências.

Considerando as possibilidades do uso destas categorias para aqueles que, como nós, nos dedicamos à História social □ queremos reafirmar que isto significa, sobretudo, o compromisso social de dar de dar visibilidade a outros sujeitos até aqui alijados dos grandes temas e movimentos que a historiografia oficial consagra, para que possam recuperar seu lugar e acima de tudo para que mais e mais possam se reconhecer na história que aprendem, vivem e compartilham no social. para isto podemos começar reavivando suas lembranças e suas narrativas, pois só assim poderemos reafirmar que muitas memórias poderão nos conduzir a muitas outras histórias.

Queremos partir do reconhecimento da diversidade, da pluralidade, do direito de trabalhar pela construção de projetos alternativos e por isto acreditamos que produzir História desta maneira nos permitirá contribuir para a democratização da História, pois estaremos reconhecendo uma multiplicidade de sujeitos e agentes onde antes só se viam heróis, dirigentes, grandes nomes e datas sempre consagradoras da memória única e da unidade nacional.

Cidade, Trabalho e Cultura, abarcando as linhas de pesquisa norteadoras do Programa, são temas constantes de reflexão do *Núcleo* e das atividades acadêmicas de seus integrantes. Em nossas reflexões coletivas, passamos a considerar a presença de transformações urbanas, no mundo do trabalho e das culturas diversas que constituem o Brasil, buscando conduzir docentes e discentes para novas leituras e para um novo questionamento das atividades até então realizadas em torno daquelas temáticas.

Em nossa prática ao longo destes últimos anos, trabalhando com a temática da CIDADE, tentamos sempre orientar as investigações, seja das pesquisas individuais dos professores, seja dos alunos compreendendo a constituição de espaços e territórios urbanos como expressão das ações e relações sociais desenvolvidas na cidade que, em última análise acabam por definir a paisagem urbana, a imagem da cidade, a cultura urbana, enfim. Ao buscar estas imagens e estas relações estamos conscientes de que elas estarão sempre impregnadas de memórias e de significações que se constroem, mas também se modificam pelas experiências e vivências sociais posteriores, exprimindo diferentes temporalidades..

Isto para dizer que partimos de uma concepção que busca captar e investigar nas relações sociais instituídas na cidade o entendimento de modos de viver, de morar, de lutar, de trabalhar e de se divertir dos moradores que, com suas ações, estão sempre impregnando e constituindo a cultura urbana. Assim agindo estes sujeitos sociais deixam registradas ou vão imprimindo suas marcas no decorrer do tempo histórico, marcas que traduzem seus modos de viver neste cotidiano urbano.

Enfatizamos pois, mais uma vez, com RAMONEDA (1994) a idéia de que a cidade é uma construção dos homens e portanto nunca pode ser apenas estritamente racional. Ela é memória organizada e construção convencional, natureza e cultura, público e privado, passado e futuro. A mudança é a característica das cidades, mas estas mudanças têm história, personagens e uma trama de desejos individuais e de projetos.

Se compreendemos a cidade como o lugar onde as transformações instituem-se ao longo do tempo histórico com características marcantes, queremos lidar com estas problemáticas como a história de constantes diálogos entre os vários segmentos sociais para fazer surgir as múltiplas contradições estabelecidas no urbano, tanto o cotidiano, a experiência social, como a luta cultural para configurar valores, hábitos, atitudes, comportamentos, sensibilidades, religiosidades e crenças.

Com isto reafirmamos que a cidade nunca deve surgir apenas como um conceito urbanístico ou político, mas sempre encarada como o lugar da pluralidade e da diferença e por isto representa e constitui muito mais que o simples espaço de manipulação do poder. E ainda mais importante, é valorizar a memória que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em suas ruas, avenidas, monumentos ou nos seus espaços de convivência ou no que resta de planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade.

Outra direção de investigação busca apreender as cidades para além de suas manifestações políticas e culturais, (no sentido tradicional do termo) alcançando-as em dimensões geralmente pouco visíveis, excluídas da história conhecida e presentes nas memórias de seus habitantes, passíveis de serem capturadas em seus equipamentos, sua

arquitetura, seus monumentos, seus espaços □ incluindo o espaço viário, pois, conforme nos lembra Margarida Neves, “*a cidade conta e contém a história.*” São memórias apeensíveis também nas referências espaciais e temporais que marcam o viver urbano (em circunstâncias variadas, como trabalho, lazer, vida familiar, religiosa, esportiva e outras), nos usos cotidianos do espaço, nas formas de perceber os monumentos, utilizar os equipamentos urbanos, assim como as maneiras de caminhar, frequentar e pensar as ruas, praças, calçadas, locais de trabalho e de lazer, públicos e privados.

Interessa, ainda, analisar as diferentes formas de reconstrução da natureza no espaço das cidades grandes, médias e pequenas, o que, especialmente a partir da década de 1950, implica atentar para as suas articulações com a indústria do turismo e os interesses ligados ao desenvolvimento do comércio e dos poderes econômicos e políticos de cada localidade; nesse sentido, trata-se de detectar os jogos de poder e os sentidos da criação de espaços verdes e jardins artificiais, de compreender as novas conexões fabricadas entre natureza e cultura, os novos híbridos resultantes da industrialização de determinadas paisagens, sempre atentando para as relações conflituosas entre memória histórica e interesses de mercado.

O estudo da cidade □ suas memórias e histórias □ assim problematizado, nos conduz à transformação e ampliação da noção de documento histórico, levando à radicalidade as palavras de Lucien Febvre, para quem o conhecimento histórico se faz “*com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve ao homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.*”

Nessa linha de reflexão, situa-se a busca de manifestações não verbais da memória, para além de suas expressões orais e escritas e de sua captura

Na formulação do campo de reflexão sobre os temas do trabalho as indagações deslocam-se para o estudo das práticas e experiências dos sujeitos; do trabalho como categoria abstrata para os trabalhadores, tematizando experiências sociais de homens, mulheres, jovens, migrantes em diferentes momentos e situações históricas; dos estudos sobre o processo de urbanização para os sobre a cidade, as relações campo/cidade e os modos de viver no campo e na cidade; da industrialização e formação do mercado de trabalho para os modos de trabalhar e sobreviver dos trabalhadores e trabalhadoras bem como das populações empobrecidas em geral.

No campo temático das relações entre Cultura e Trabalho, destacam-se preocupações com os estudos que, colocando em evidência os espaços e modos de trabalhar e as práticas e tradições de trabalho nos campos e nas cidades, promovem a reflexão crítica sobre os processos que na atualidade, buscam produzir a invisibilidade social da pobreza e da exclusão. (TELLES, 1994 – Di FELICE e MUÑOZ, 1998). Trata-se de desenvolver a pesquisa sobre os viveres e fazeres dos trabalhadores, dimensões de sua vida material e simbólica, suas práticas e modos de trabalhar, suas tradições, crenças e valores, instituições e organizações políticas. Tais objetivos articulam-se aos desafios colocados pelo mundo do trabalho contemporâneo, que destacam a desindustrialização, a reestruturação dos processos de trabalho e a redefinição dos ofícios e profissões e em que a pobreza, a exclusão, a informalidade, a tercerização e a precariedade dos vínculos de trabalho assumem, ao invés do do emprego e do trabalho a frente do cenário. Nessa direção, e no que concerne aos modos de trabalhar, pretende-se também investigar as novas formas de trabalhar resultantes dos processos de tercerização assim como as distâncias e aproximações com antigos modos de produção, distribuição e

consumo. Interessa compreender as doenças resultantes da intensa exploração e dos sistemas de competição e autoridade em desenvolvimento nos últimos 40 anos, assim como as novas formas de resistência e de sobrevivência que se constituíram nestas décadas.

As preocupações voltam-se também para os estudos sobre o patrimônio material e imaterial do trabalho que busca recompor as referências e inscrições históricas do trabalho nos diferentes territórios. Adentrando o campo das relações entre trabalho e vida popular preocupa-se em estudar e problematizar costumes, festas, mitos, rituais, tradições, cantorias, rezas, pro- verbios, linguagens, organizações familiares, hierarquias edisciplinas, expressões de religiosidade - em suas relações com a natureza (uso de plantas e animais, preparo e consumo de bebidas e alimentos, sacralização de seus elementos) .

Tendo como base esses supostos, deve-se apontar que a renúncia às certezas prévias, a predisposição ao diálogo com outras tendências historiográficas, a aceitação de uma posição de não-estabilidade e de não-garantia como ponto de partida para indagar sobre o presente e sobre o passado não nos exime do rigor teórico\metodológico no tratamento de nossos objetos, do compromisso de deixar claro o lugar social de onde falamos. Finalmente, autonomia não significa o afastamento da política ou a sujeição ao seu jogo. Entendemos que o historiador constrói seu discurso analítico a partir de referenciais teóricos e metodológicos, explicitados ou não, e de sua própria experiência: intelectual, política, ideológica, afetiva, estética e de sensibilidade. Explicitá-los, portanto, nos levaria a uma maior consciência de nossos próprios postulados, repressões, e possibilidades.

Entre os muitos estudos que se voltam, hoje, para a História e a Memória, vários deles ao tratá-las separadamente ou mesmo de maneira justaposta ou dicotomizada, acabam por deixar de lado seu próprios processos de constituição, onde ambas se relacionam de maneira imbricada, complexa e contraditória; acabam por não valorizar adequadamente os profundos significados da Memória na constituição das sociedades e do viver cotidiano e vice-versa.

Metodologicamente, isto supõe por um lado, adotar, em nossas investigações, atitude crítica e indagativa e, dessa forma, aguçar nossa capacidade de fazer novas perguntas aos documentos já utilizados e, no enfrentamento de temas igualmente trabalhados, aparentemente exauridos: buscar a desfamiliarização do habitual, do imediato e do cotidiano. Nesta perspectiva, o Núcleo vem refletindo sobre os limites característicos dos trabalhos com a memória. Pois se considerarmos que as memórias são processos vivos de lembrar e esquecer, nos quais a virtualidade convive com a realidade, nunca elas poderão ser totalmente reveladas e colocadas no plano do visível e do legível , tornadas conscientes e completamente cognoscíveis. O que garante aos pesquisadores o caráter histórico não apenas das certezas do passado, mas também das verdades do presente.

Por outro lado, a preocupação com a busca do contraditório e do conflituoso nas relações humanas levou-nos, docentes e discentes do Núcleo, a evitar esforços para não limitar a escrita da história a uma suposta univocidade dos modos de vida dentro de um mesmo grupo ou classe social. A busca constante pela pluralidade de maneiras de construir o cotidiano de cada indivíduo e por historicizar diferentes experiências sociais sem nos restringir às oposições rígidas e estáticas, impõe-nos o cuidado redobrado com a construção de categorias analíticas. Não se trata aqui de negar a força de tais dicotomias, especialmente quando elas são impostas e interpretadas como se fossem tendências naturais e, portanto, a-históricas. Trata-se, muito mais, de historicizar como foi possível realizar tais oposições e,

sobretudo, para além delas, indagar sobre outras maneiras de organizar o mundo e a vida de homens, mulheres e crianças.

Na busca dessas novas configurações de cidade e campo, propomo-nos a pensar a cultura popular como respostas alternativas aos processos de privação e desigualdade, não a transformando em produto ou expressão a ser preservada em sua pureza e olhada com nostalgia, mas buscar aí suas articulações afetivas e seus elementos oposicionistas.

Nesse sentido, a opção do Núcleo por eixos temáticos referentes à cidade, à cultura e ao trabalho sustenta-se por uma proposta de investigação que rompe com oposições fáceis e naturalizadas, contribuindo para a percepção de como estas foram e são historicamente construídas, vividas e destruídas, e, de como se articulam às singularidades constituintes da multiplicidade de culturas, trabalhos e cidades em cada situação histórica.

Todas essas questões nos leva à reflexão sobre a natureza e, portanto, sobre as possibilidade e limites das fontes documentais com as quais trabalhamos e sobre as relações sociais, políticas, e ideológicas inscritas no processo mesmo de sua produção e preservação.

Trabalhando, há algum tempo, com movimentos populares, urbanos ou rurais, indagando sobre formas como constrói suas lutas e suas sobrevivência, temos nos deparado com um número muito grande de pequenos, ou grandes Centros de Memória ou Documentação, organizados por esses sujeitos, como valiosos instrumentos no seu fazer-se nas cidades, ou no campo, abrindo novos espaços de comunicação e de afirmação de sua presença na realidade social, os registros que produzem ou reúnem alimentam esses espaços de memória, testemunhando práticas sociais diversas e complexas, caminhos pelos quais esses moradores das cidades ou dos campos projetam, constróem e disputam lugares. Muitos desses centros nascem das necessidades dos próprios movimentos locais (sobretudo de bairros e paróquias) de resgatar sua memória, valorizando saberes de suas experiências, firmando-se na cena histórica. Atendendo a um público específico, na sua maioria popular, esses centros fazem uso de linguagens próprias, onde se destacam formas de incorporação da oralidade e de comunicação por imagens.

Essa peculiaridade tem nos levado a refletir sobre o significado da oralidade e das linguagens visuais entendidas como práticas sociais, num universo popular e sobre modos como dialogar com elas.

Uma das dimensões destes estudos, dedicada a entrevistar militantes, possibilitou a formação de uma coleção de depoimentos orais. Nesse processo, temos organizado seminários e oficinas para reflexão sobre a natureza do trabalho com história oral, para reflexão sobre metodologias neste trabalho, investindo uma troca interdisciplinar instigante e frutífera.

Acompanhando e realizando estudos sobre trabalhadores e populações marginalizadas nos meios urbanos e rurais por meio da produção e do uso de depoimentos e de histórias de vida, foram emergindo questões complexas não só sobre as relações cidade e campo, sobre oralidade e o seu lugar nas sociedades modernas, como também sobre os significados, o fluir e os trabalhos da memória narrada, colocando-nos no desafio de avançarmos na reflexão por esses caminhos.

O trabalho com história oral, com oralidade e com a memória nos transportam para a escuta da cidade e do campo através das palavras, privilegiando a maneira pela qual as

peças não só se exprimem, como também organizam a vida cotidiana, animam seu tempo de trabalho e de lazer, constroem seu imaginário, tecem elos entre si e com os lugares que habitam e que representam. No entretacer da experiência e no ato de narrá-la, memórias enraizadas em lugares específicos, se desenraízam, viajam, se reelaboram de múltiplas formas, num processo de reapropriação de novos lugares. Trabalhar com a narração de experiências rurais e urbanas tem nos levado a pensar como, através da memória, esses viveres imbricam-se, interagem e tensionam, introduzem-nos a formas, por meio das quais se recriam, ampliam-se e misturam-se experiências rurais e urbanas, que também se armazenam, difundem-se e se reelaboram pelos processos da memória.

Uma outra vertente de estudos, voltada para viveres de imigrantes e seus descendentes em cidades brasileiras, especialmente a cidade de São Paulo, tem possibilitado reflexões, os complexos e multifacetados trabalhos da memória e com a memória. Dentro de uma perspectiva ampla de estudo da vida cotidiana na cidade, entendida como lugar de prática, tradições e hábitos amalgamados e conflitantes, vimos procurando apreender como esses imigrantes vivem e ajudam a construir a cidade de São Paulo, construindo e disputando territórios, modos como visualizam e sentem a cidade, assim como o olhar que lançam, hoje, para suas cidades de origem.

Nesse âmbito de preocupações os avanços da informática vem provocando significativas alterações em nossas reflexões e em nossos procedimentos. Desta forma, nossas discussões sobre os avanços tecnológicos nas sociedades modernas, nesse caso específico, tem nos levado a organizar oficinas para refletir sobre o tratamento arquivístico à luz da informática.

A centralidade da cultura na constituição do social nos leva a pensar a cultura como uma dimensão a partir da qual podem-se produzir mudanças que ultrapassam a especificidade da esfera cultural, em sentido estrito. Nesta direção, também a Literatura tem se mostrado como instigante possibilidade de nos acercarmos de dimensões do viver humano, na cidade e no campo, não habitualmente estudados. Além disto, a literatura leva à radicalidade a reflexão sobre o papel ativo da linguagem como instituinte do social. Nessa direção, acreditamos que o texto literário, como uma experiência de natureza específica que se relaciona com outras experiências de uma dada maneira, nos permite elucidar questões não necessariamente literárias e apreender vestígios e sinais de transformações ainda em curso.

Como qualquer documento, o texto literário comporta muitas perguntas, mas resiste a outras. Não guardando relação de transparência com a realidade mais geral e, menos ainda, com acontecimentos singulares e específicos, não devendo ser pensado como reflexo da realidade não ficcional, nos possibilita apreender transformações que se tornaram literatura. Produtora de memórias, registra as perguntas de seu tempo, indaga sobre aquilo que, à sua época, parece estar fora de alcance, além mesmo de todo princípio de compreensão. Assim é podemos dizer que a literatura condensa as experiências do vivido e as exprime em texto. E, em termos literários, pode expressar o tom geral ou a emergência de novas características ou qualidades que ainda não se cristalizaram em ideologias, convenções, práticas e gêneros.

Problematizar a literatura como importante dimensão da experiência social nos leva a considerar as tensões e contradições como parte integrante do fazer literário, que tem a ver não apenas com o conteúdo semântico da arte, mas também com os mecanismos de sua produção. Cientes de que em nossa sociedade, a força do mercado tende a propor pactos que padronizam o gosto e que a viabilidade de uma estética é avaliada pelo sucesso, buscamos em

nossas análises, diferenciar, no mercado editorial, o que trabalha contra suas regras, o que fórmula as perguntas imprevisíveis, e, na esteira de Raymond Williams, atentar ao novo: elementos que surgem no presente, anunciando a aparição de novas configurações sociais. Conforme nos recomenda Beatriz Sarlo, os estudos literários deveriam nos permitir descobrir e relacionar as formas dispersas do novo e esboçar percursos, isto é, apontar direções possíveis de devir.

Pela multiplicação de focos narrativos, o texto literário enseja a encenação da realidade e, assim, burla os rígidos cânones da linguagem, possibilita-nos perscrutar as cidades invisíveis: dos desejos, dos sonhos, das utopias e também das desilusões, sofrimentos. Faz parte dos estudos do grupo problematizar o viver infantil, suas relações complexas, tensas e contraditórias com os adultos, com outras crianças e com os espaços da cidade. Nessa direção, a literatura infantil tem se revelado um precioso e promissor campo de investigação. Tomando a vida urbana como tema, a literatura cria cidades ficcionais, traduzindo-as em palavras e figuras mentais imagéticas do espaço urbano e de seus personagens.

Como procedimento de análise, expressamos nossa recusa à idéia de exterioridade do contexto em relação ao texto literário, por meio da qual a linguagem é pensada como um extrumento posterior à realidade (contexto), capaz de descrevê-lo com plena fidelidade e não como um de seus elementos constitutivos.

conforme proposição de LaCapra, os historiadores poderiam □ como nas culturas populares da Idade Média □ inverter as hierarquias do pensamento e da sociedade, trazendo à tona a ambiguidade das categorias, mediante as quais a cultura oficial dirige o mundo. Libertar a linguagem de modo que suas inversões produzam um deslocamento generalizado dos pressupostos habituais. Nessa trilha, ainda em termos metodológicos, estudos com a literatura têm sido desenvolvidos, pelo Núcleo, no sentido de desconstruir polaridades interpretativas, não aceitar sentidos unívocos de interpretação, e, abrindo-nos para sentidos paradoxais, buscar no passado a fonte do desejo de mudança.

III. OBJETIVOS

- I. Estabelecer canais de cooperação e comunicação contínuos e institucionais entre os vários membros das equipes participantes visando aprofundar o diálogo acadêmico, atualizar e divulgar as pesquisas e trabalhos realizados pelos Programas, núcleos e grupos de pesquisa envolvidos no projeto.
- II. Contribuir para a formação científica dos docentes/pesquisadores das equipes associadas, promovendo também o aprimoramento da formação discente de mestres;
- III. Delinear sistemáticas acadêmicas para o desenvolvimento de programações de pós-doutoramento na área, no Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP a serem sugeridas pelo Núcleo ao Programa;

- IV. Contribuir para a consolidação das linhas de pesquisa e para a emergência de novos recortes temáticos sobre Cultura, Trabalho e Cidade nos programas de pós-graduação envolvidos no projeto.
- V. Organizar instrumentos de pesquisa e referenciais bibliográficos e teóricos para o desenvolvimento da pesquisa na linha temática do projeto visando a elevação da qualidade do trabalho e da produção das várias equipes envolvidas .
- VI. Estabelecer canais de cooperação e intercâmbio sobre direções de trabalho e procedimentos metodológicos de organização e desenvolvimento dos vários centros de documentação.
- VII. Identificar e sistematizar referenciais sobre grupos e centros de pesquisa internacionais com atuação nas linhas de pesquisa do projeto e estimular os contatos de trabalho, o diálogo acadêmico e a incorporação de novos aportes temáticos, teóricos e metodológicos emergentes sobre a temática no debate internacional.
- VIII. Contribuir para a elaboração de projeto de implementação de programa de pós-graduação lato- sensu e strito-sensu na área de História nas instituições associadas.

IV. DESCRIÇÃO DAS METAS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO ALMEJADAS E AÇÕES PARA ATINGÍ-LAS

1. Concretizar através de SEMINÁRIOS de estudos e oficinas de trabalho aqui designadas como missões de trabalho e definidas como espaço de organicidade para identificar e eleger problemáticas de pesquisa. Sempre buscando as temáticas e demandas de docentes e discentes, contribuir para o aprofundamento e explicitação das perspectivas de trabalho de pesquisadores, docentes e alunos dos programas de pós graduação e grupos de pesquisa envolvidos no projeto;

2 .Discutir e implementar a participação do Núcleo de Estudos Cultuia, Trabalho e Cidade no Programa de Pós Doutorado em História da PUC/SP, definindo atividades, pesquisas, para acolher e atuar junto aos professores que demandem esta formação. Identificar e distribuir responsabilidades e possibilidades dos membros do Núcleo em condição de participarem deste Programa;

3. Formar e capacitar docentes e discentes das instituições associadas nos vários níveis de titulação – mestrado e doutorado sandwich, doutorado pleno e pós doutorado conforme planejamento e cronograma das missões de estudo previstas, a seguir::

- a. 5 bolsas de Pós Doutorado – sendo 3 para Uberlândia e 1 para UCSAL – e 1

para UNESP/Assis

- b. 4 bolsas de Doutorado Pleno;
- c. 3 Bolsas de Doutorado Sandwich (12 meses cada) e
- d. 10 Bolsas de Mestrado Sandwich (6 meses cada)

4.. Incentivo à produção conjunta de artigos, coletâneas sobre as temáticas do grupo, bem como a identificação de autores, artigos, livros estrangeiros com produção próxima às do projeto para estabelecer contatos visando a futura Cooperação Internacional - traduções, convites para eventos ou; Professor Visitante- Utilizar as publicações existentes, nas instituições envolvidas como veículo para divulgação destes escritos- Editar Boletim Informativo para acelerar a troca de experiências e os canais de comunicação entre as várias equipes e também outros professores e alunos;

5. Planejar e Organizar em conjunto com as várias equipes um SEMINARIO - dentro da temática de CULTURA TRABALHO E CIDADE – Muitas Memórias, Outras Histórias – a ser realizado na PUC/SP no Primeiro Semestre de 2003;

6. Proporcionar ocasião de maior entrosamento entre os vários CENTROS DE DOCU;MENTAÇÃO das diversas instituições visando a definição ou reformulação de objetivos, estruturas, equipamentos necessários, programação a ser desenvolvida, bem como a produção de instrumentos de pesquisa, guias, catálogos e outros dentro de perspectivas mais atualizadas da informação.

7. Incentivar e apoiar a participação dos membros das equipes em eventos e congressos da área, bem como a presença efetiva nas discussões conjunturais da política de pesquisa, de pós graduação, das reformas curriculares e das várias questões fundamentais da profissão de pesquisador e de historiador em seus compromissos sociais e políticos. Procurar a manutenção do intercâmbio de informações e a participação nas várias associações acadêmicas e profissionais, bem como em todos os eventos e congressos da área e interesses afins..Editar o BOLETIM INFORMATIVO, para fazer circular as informações;

8. Colaborar na formulação, discussão e implementação de pós-graduação latu e stritu sensu, no âmbito das instituições associadas.

MISSÕES DE ESTUDO – resumo e cronograma

Inst/Modalidade	UFU	UNESP/ASSIS	UCSAL	Totais
Pós Doutorado	3 em 2002,3 e 4	3 em 2002,3 e 4	L em 2003	7
Dooutorado Pleno	-	-	4 – sendo 2 em 2001 e 2 em	4
Dotorado Sandwich	-	3 em 2002,3 e 4	-	3
Mestrado Sandwich	6 (a definir)	4 (a definir)	-	10
Totais	9	10	5	24

MISSÕES DE TRABALHO

.SEMINÁRIOS PROCAD– propostas de realização de um por ano.

!. SEMINÁRIOS PROCAD I

- Neste primeiro Encontro trata-se de estabelecer,por meio de discussões, oficinas e outras atividades, os desdobramentos, encaminhamentos sobre os itens;
- Discussões e acertos sobre cronogramas de trabalho;

- formulação dos planos relacionados às publicações de artigos em revistas nacionais e internacionais;
- definições de intenções relacionadas à produção dos diversos instrumentos de pesquisa, tais como catalagos ou guias, ou outras possibilidades, além de resenhas atualizadas, ou bibliografias comentadas, de interesse das equipes –
- mapeamento das tarefas e responsabilidades de cada equipe ou professor interessado estabelecendo datação e prazos;
- discussão e acertos no cronograma das missões de estudo e de trabalho das equipes.
- Discussão de planejamento e cronograma para constante entrosamento dos Centros de Documentação das várias instituições no tocante às propostas de produção de Guias, catálogos e outros instrumentos de pesquisa relacionados

às temáticas dos projetos e das linhas de trabalho-

A oportunidade para realização deste SEMINÁRIO poderá ocorrer no mês de **maio de 2001** – quando o PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO DAPUC/SP planeja a realização de seu ENCONTRO DE PESQUISADORES DE HISTÓRIA = Neste Encontro os mestrandos da Linha de Pesquisa TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS, da UFU e da UNESP/Assis deverão se inscrever para apresentação de comunicações sobre seus projetos de dissertação.

Local de realização – PUC/SP – MAIO DE 2001 com a presença de pelo menos

2 (dois) professores de cada uma das equipes associadas-e dos mestrandos inscritos na atividade.

Ainda nesta oportunidade, quando de sua permanência na PUC/SP que deverá ser de duas semanas, os professores destas equipes associadas deverão participar das atividades do Núcleo, tais como reuniões de discussão de projeto, palestras, debates e outras atividades programadas do semestre para proporcionar maior entrosamento com os cursos e as disciplinas do Programa e em especial as de interesse de seus respectivos projetos. – Haverá também oportunidade para estágios e acompanhamento dos trabalhos da CEDIC/PUC/SP – para verificação in-loco de infra estrutura e funcionamento dos serviços como microfilmagem, laboratório de História Oral, Serviços técnicos de catalogação, manuseio e arquivamento de materiais.

2. e 3- **SEMINÁRIO SOBRE A TEMÁTICA: “TRANSFORMAÇÕES E MEMÓRIAS DO TRABALHO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO”**- desdobrado em:

A. TECNOLOGIAS E SEU IMPACTO SOBRE OS TRABALHADORES

B. REDEFINIÇÕES DAS RELAÇÕES E MERCADO DE TRABALHO: desaparecimento de ofícios e profissões, terceirização etc. e seu impacto sobre os trabalhadores em seu cotidiano e nas experiências do viver urbano.

OFICINAS DE TRABALHO – poderão abranger discussões e encaminhamentos de projetos de professores e alunos, bem como o estudo e a análise de documentos sobre o assunto = políticas públicas, campanhas sindicais, propostas e outras atividades dos vários setores atingidos por estas conjunturas.

Estes Seminários deverão ser realizados em UBERLÂNDIA E SALVADOR e mais a presença de um membro da equipe de Assis, concretizados em duas semanas de duração cada um e sob a coordenação de professor da Equipe líder, planejados para se concretizarem em dois semestres de 2001.

4, 5 e 6 - **SEMINARIO sobre METODOLOGIAS DE TRABALHO COM A HISTÓRIA ORAL** - leituras e discussão para atualização desta temática levando em conta as diferentes correntes e tendências e tendo em vista projetos de membros das equipes e dos alunos da pós graduação.

OFICINAS DE TRABALHO sobre questões relacionadas às diversas abordagens e procedimentos no trato com entrevistas, transcrições e análises de depoimentos, considerando sempre as relações do pesquisador na produção de seu texto historiográfico.

-Programação a ser realizada sob a coordenação de professor da equipe líder e concretizada em Uberlândia, Salvador e Assis– no segundo semestre de 2001 e primeiro semestre de 2002 –conforme programação que atenda às demandas das equipes associadas.

7,8 e 9 -. **SEMINÁRIOS SOBRE – CIDADE E TRABALHO** – Memórias, produção de imagens- produção e estabelecimento de referências culturais. Leituras e discussões sobre a interrelação dos temas propostos, considerando principalmente as questões dos territórios e espaços urbanos, a guerra e a luta por lugares nesses espaços da cidade e dos modos de viver, seja no trabalho ou em outras dimensões do instituir o urbano.

OFICINA DE TRABALHO –Metodologias sobre o uso de materiais e fontes diferenciadas no trabalho do historiador tais como fotografias, mapas, plantas e a iconografia em geral.- discussão destas metodolo e formas diferenciadas de abordagem e de análise em trabalhos já realizados.

-Programação a ser realizada com as 3 (tres) equipes associadas, no ano de 2002, sob .a responsabilidade de coordenação da equipe líder. e com a duração de 3 semanas.

8. SEMINÁRIO PROCAD II– junho ou agosto de 2002

- Deverá ser realizado em S.Paulo como Reunião Ampliada do Núcleo de ESTUDOS CULTURA, TRABALHO E CIDADE com a presença de no

mínimo dois professores das equipes associadas e terá por objetivo:

- a. Produção de relatórios e textos básicos a serem discutidos pelo grupo;, com a avaliação dos trabalhos realizados durante os dois anos ;
- b. discussão de trabalhos produzidos e publicados pelos membros do projeto;, com definições sobre locais e destino de veiculos de publicação;
- c. discussão sobrea a produção de coletâneas a partir dos interesses de pesquisa e trabalhos futuros, na oportnidade da renovação do projeto por mais dois anos.

OFICINAS DE TRABALHO – Levantamento , Sistematização e Análise dos Instrumentos de informação dentro da área temática;

Metologias sobre aa diversas formas de produção de Instrumentos de Pesquisa diante dos novos processos da *nformação* visando o processamento e a divulgação de dados de investigação.das ciencias sociais em geral e da história em particular.

SEMINÁRIO a ser realizado na PUC/SP sob a coordenaçãoo da equipe líder, supervisão da CEDIC e com a presença de pelo menos 2 pesquisadores de cada uma das equipes associadas.

9, 10 e 11– **SEMINÁRIO SOBRE ORALIDADE E MEMÓRIA:** relações campo e cidade - Recusando perspectivas de dualismo, antagonismo ou simples complementaridade discutir abordagens que permitam perceber como memórias, imagens, palavras, tradições, costumes,

valores dos viveres rurais e urbanos se imbricam e interagem nas tensões sociais institutivas das diferentes culturas.

OFICINAS DE TRABALHO – Discussão de projetos de professores, membros dos núcleos e das linhas de pesquisa, bem como mestrandos e doutorandos.

Examinar dissertações e teses já defendidas ou em andamento e que explorem a temática, por exemplo das festas, crenças, rituais, músicas, como expressões de costumes e valores sociais.

-Seminário a ser realizado em Uberlândia, Assis e Salvador sob a Coordenação de professor da equipe líder - no 2º Semestre de 2001 e 1º de 2002.

11. SEMINÁRIO DE DISCUSSÃO E PLANEJAMENTO sobre Implantação de um CURSO DE POS Graduação LATU SENSU, na UCSAL Época de realização no 2º semestre de 2002 –mediante projeto da equipe de Salvador.

-curso sobre METODOLOGIAS DA HISTÓRIA, a partir do 1º Semestre e 2003 - Realizar discussões sobre o latu sensu, avaliar experiências de outras regiões examinando relatórios de avaliação.sob a coordenação da equipe líder.

-Discussão da grade proposta – disciplinas, ementar, bibliografia mínima a serem implantadas no Curso.

12. SEMINÁRIO DE REVISÃO E AVALIAÇÃO - Linha de Pesquisa do Mestrado em História de Uberlândia – Mediante documento de avaliação produzida pela Linha de Pesquisa TRABALHO E MOVIMENTOS SOCIAIS- DISCUSSÃO DE POSSIBILIDADES e intenções de reformulação relacionadas a novas disciplinas, temáticas,etc. – realização 1º Semestre de 2002., com a possível presença de um professor da equipe de Assis. E coordenado pela equipe líder.

13.e 14 – SEMINÁRIO SOBRE RELAÇÕES ENTRE LITERATURA E HISTÓRIA – Considerando as temáticas das equipes promover discussões metodológicas sobre orientações e perspectivas

15 – (seminário sendo planejado – Denise)

16. SEMINARIO PROCAD –Avaliação final -

V. INFRAESTRUTURA

As IES envolvidas comprometem-se a disponibilizar condições físicas e de infra-estrutura adequadas à realização do projeto em termos de salas, bibliotecas, laboratórios de informática, etc. Todas as instituições envolvidas possuem alguns setores que estarão, particularmente, integrados ao projeto.

Na PUC/SP, além da biblioteca e do apoio das diversas serviços da pós-graduação e da própria infraestrutura do Programa de História, destaca-se a O Cedec- Centro de Documentação, criado em 5 de setembro de 1980, articula-se à proposta de apoio ao ensino e de ampliação do espaço da pesquisa na PUC-SP e que é coordenado pela Prof^a Dr^a Yara Khoury, integrante da equipe líder..

Reunindo documentos textuais, orais e iconográficos gerados por movimentos e organizações, por projetos de pesquisa, ou pelas próprias atividades acadêmicas e administrativas da PUC, o Centro possui hoje um rico acervo em torno de temas como cultura, meio rural, cidades, trabalho e movimentos sociais, constituindo-se também num espaço de memória de várias tendências e expressões.

Em 1993, organizou seu Programa de Documentação Oral, visando à reunião sistemática de depoimentos produzidos por projetos de pesquisa da Universidade.

Por esse caminho, constituiu sua identidade como um organismo de documentação para a pesquisa, enfatizando linhas de investigação e trabalho, que vêm se forjando na PUC-SP, e canalizando esforços na formulação e adequação de metodologia para a organização e descrição de conjuntos documentais de natureza peculiar, a fim de torná-los acessíveis aos usuários. Nesse sentido, tem publicado instrumentos de pesquisa como guias e inventários, dedicando-se, a partir de 97, a sua informatização.

Além da consulta ao seu acervo, o Cedec oferece ao público serviços de reprodução de documentos e de consultoria arquivística.

A realização dessas metas gestou-se num longo processo de maior explicitação das políticas de pesquisa e de serviços da Universidade, que resultou nas condições imprescindíveis a um trabalho profissional de qualidade. Entre 1991 e 1995, constituiu uma equipe profissional especializada. Entre 1997 e 1999, conquistou espaço adequado e adquiriu equipamentos para o tratamento, conservação, reprodução e consulta do acervo.

Tal acervo é formado por **13 fundos de arquivo**, correspondendo a aproximadamente 600.000 documentos, originados pela PUC-SP, e por movimentos operários, rurais, estudantis, de direitos humanos e de educação, tais como: Fundo Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego (APSD); Fundo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os Países do Cone Sul (CLAMOR); Fundo Juventude Agrária católica do Brasil (JACB); Fundo Juventude Universitária Católica do Brasil (JUCB); Fundo Movimento de Educação de Base (MEB)

Conta também com **66 coleções**, totalizando 100.000 documentos, em torno de temas como grupos sociais e suas expressões culturais (índios, negros, migrantes, mulheres), vida urbana,

luta pela terra e direitos humanos. Entre elas, estão: Coleção Adoniram Barbosa, Coleção Fotografias da JUCB, Coleção Habitação Popular, Coleção Hospital do Juquery (depoimentos orais), Coleção Movimentos Comunitários, Coleção Movimentos Estudantis, Coleção Movimentos em Defesa do Meio Ambiente, Coleção Poesias e Festas Populares.

Integram igualmente o acervo uma **Hemeroteca**, com mais de 50.000 exemplares, especializada em periódicos de movimentos alternativos, e uma **biblioteca de apoio**, com cerca de 2.500 volumes, voltada para as áreas de memória social e documentação.

O **depósito do acervo** possui moderno sistema de arquivos deslizantes, especialmente projetado para o armazenamento de documentos nos mais variados formatos (papel em seus diversos tamanhos, microfilme, microficha, fitas cassete e de vídeo etc.).

A **sala de processamento técnico** conta com equipamentos de informática, mesas especiais para higienização de documentos, leitor copiador de filmes 35mm em tamanhos carta e A4, bem como mesas individuais para o tratamento dos documentos.

A **sala de captação de imagens** está equipada com uma microfilmadora planetária MRD-2, para filmes 35mm, possibilitando a microfilmagem de documentos de até 60X93cm, com redução de 5 até 21:1, equipamentos de informática para tratamento da imagem e um leitor copiador digital com impressão a laser.

O **laboratório de microfilmagem** dispõe de equipamentos para o processamento (revelação) e a duplicação em diazo de microfilmes 35mm, bem como para a realização do controle de qualidade do material processado. Tem ainda um leitor copiador profissional, que reproduz microfilmes em papel até o tamanho A1, bem como leitores para empréstimo aos consulentes.

O **programa de documentação oral** oferece, em seu laboratório, equipamentos de áudio e de informática e programas específicos de masterização de som, que possibilitam a reprodução de seu acervo com qualidade digital.

As entrevistas podem ser realizadas no próprio laboratório, que é isolado acusticamente, ou em ambientes externos ao Centro, com o uso de gravadores portáteis e microfones apropriados.

A **sala de consulta** dispõe de cabines individuais para consulta dos documentos textuais e iconográficos, para a escuta de depoimentos orais, em equipamentos de som específicos, e para o uso de leitores de microfilmes e de microfichas.

SERVIÇOS

- ◆ consulta ao acervo;
- ◆ microfilmagem de documentos, realizada tanto nas dependências do Centro, como fora delas;
- ◆ duplicação de microfilmes em diazo;
- ◆ reprodução de microfilmes e de microfichas em papel, até tamanho A1;
- ◆ digitalização de documentos (em implementação);
- ◆ digitalização de microfilmes (em implementação);
- ◆ disponibilização de equipamentos para leitura de microfilmes e de microfichas;
- ◆ empréstimo de leitores de microfilme e de microficha;
- ◆ assessoria na implantação de centros de documentação, de microfilmagem e de laboratórios de documentação oral;
- ◆ assessoria na organização e descrição de arquivos e de coleções de documentos textuais e orais
- ◆ assessoria na implantação de programas de microfilmagem;
- ◆ assessoria na elaboração de projetos de história oral, incluindo metodologias de produção e de processamento de documentos orais;
- ◆ treinamento especializado, através de cursos e oficinas, nas áreas de tratamento de arquivos, documentação oral e reprografia.

PUBLICAÇÕES

Coleção Memória, Documentação e Pesquisa - instrumentos de pesquisa, produzidos pelo Cedec, por pesquisadores da PUC-SP ou de outras Instituições, onde são referenciados o acervo do Centro e de Entidades afins.

Coleção Teoria e Metodologia Arquivística - monografias e coletâneas voltadas para a formação e debates teórico-metodológicos no campo da Arquivologia.

Coleção Arquivos Universitários - monografias, coletâneas e instrumentos de pesquisa relacionados especificamente à política, tratamento, avaliação e disponibilização de arquivos das Universidades.

A Universidade Católica do Salvador dispõe de condições físicas favoráveis e adequadas à realização deste projeto. Conta com um campus específico para o desenvolvimento das atividades de pós-graduação e pesquisa em uma área construída de 1.824,85 m² sendo dividido em treze salas de aulas, auditório para duzentas pessoas, centro de documentação, biblioteca, laboratório de informática com vinte e quatro computadores, um scanner, um gravador de cd-rom todos conectados em rede, cinco salas para professores pesquisadores (coletivas e individuais), salas para administração, linhas telefônicas e de fax, recursos audio-visuais, e estrutura de apoio como copas, banheiros e amplo estacionamento.

Como contra partida a UCSAL oferece a liberação dos professores conforme as regras estabelecidas nesta IES, possibilidade do núcleo trabalhar com estagiários e monitores dos programas institucionalizados nesta universidade, e apoio material e administrativo que facilitem a participação dos docentes.

O Centro de Documentação da UCSAL, tem como linhas de acervo e referência: Bahia e memória. Bahia enquanto região, em suas várias dimensões, privilegiando os assuntos culturais, sobretudo os nascidos da expressão popular e, memória; entendida como o patrimônio produzido pelos sujeitos, em suas diversas e múltiplas expressões de costumes e modos de definir o viver em sociedades. Assim, estão contemplados a cidades e seu universo de manifestações de luta, trabalho, arte, saúde, educação e lazer, família, religiosidade e fé.

Por entender que esse é um universo de inesgotáveis possibilidades o Centro de Documentação da UCSAL não estabelece limites para o pensar, colocando os seus técnicos e o acervo que dispõe, à disposição da comunidade Universitária e, de todos os pesquisadores, para o diálogo e para todas as formas de produção de conhecimento.

Atualmente o Centro enfrenta um desafio secular, dar conta da documentação que constitui os Arquivos da Cúria Diocesana. Este acervo conta com cerca de 11.000 documentos distribuídos em tipologias como Batizados, Casamentos e Óbitos, das diversas paróquias da capital e do interior; documentos relativos à vida religiosa, referentes à burocracia eclesiástica, que tratam da hierarquia de ascensão na carreira, como processos designados De Genere, Vita et Moribus e ainda os De Patrimônio para as ordenações de presbiteratos. Esta série abre um campo de pesquisa e trabalho inusitado na Bahia e em Sergipe, em razão de ter sido a diocese, por muitos anos, uma só para as duas. Vale lembrar, que a maior parte da documentação eclesiástica relativa a Sergipe foi encaminhada para a diocese de lá, por ocasião do desmembramento.

Os Arquivos da Cúria Diocesana têm sido, com sua documentação de mais de 400 anos, fonte para inúmeros trabalhos de historiadores, antropólogos, sociólogos, etc. baianos, brasileiros, profissionais de outras nacionalidades. Entretanto, esse acervo tão rico ainda não obteve um tratamento adequado, embora algumas tentativas de restauração tenham sido feitas pelos seus dirigentes, sem contudo, terem obtidos os resultados esperados.

Na Universidade Federal de Uberlândia destacam-se o apoio do **Laboratório de Ensino e Aprendizagem** e do **Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS**

Laboratório de Ensino e Aprendizagem em História - LEAH

1. Histórico, objetivos e atividades desenvolvidas - 1982 a 1991

O Laboratório de Ensino e Aprendizagem de História - LEAH foi criado em 1982, como órgão do Departamento de Estudos Sociais. Assim era chamado o Departamento responsável pelos cursos de História e Geografia, que agregava os professores da área de História, Geografia e Sociologia.

Com a criação do Departamento de Geografia em 1984 o antigo Departamento de Estudos Sociais passou a se chamar Ciências Sociais, agregando os professores de História e Sociologia, permanecendo com essa denominação até 1992, quando foi criado o Departamento de História, permanecendo o LEAH como órgão de extensão do mesmo, o qual tinha por finalidade básica implementar atividades voltadas para a melhoria da qualidade do ensino de História, notadamente sobre o primeiro e segundo graus.

Com o objetivo de proporcionar condições para o desenvolvimento de estudos e reflexões sobre a área da ciência histórica e, para a elaboração e aplicação de material instrucional aos professores de 1º grau da comunidade, preferentemente de 5ª a 8ª séries desta disciplina, foi consolidado o LEAH, com um espaço físico próprio e, concomitantemente às suas atividades, foi sendo organizado um acervo bibliográfico com materiais didáticos específicos, fruto de doações.

A partir de então foram desenvolvidas várias atividades com caráter de aperfeiçoamento e reciclagem.

Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS

1. Histórico

O CDHIS, Centro de Documentação e Pesquisa em História, Unidade Especial de Ensino, Pesquisa e Extensão, é ligado ao Departamento de História e ao CEHAR, Centro de Ciências Humanas e Artes, da Universidade Federal de Uberlândia. Consolidou-se a partir do NUCHIS, Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e Ciências Sociais, criado em 1985, a partir da iniciativa de um grupo de professores(as) de História, do Departamento de Ciências Sociais, que preocupados em preservar a documentação da memória histórica da região e município de Uberlândia, aventavam também a possibilidade de organização de um Museu, no momento em que o Departamento recebia a doação de uma coleção etnográfica da comunidade. Nesse sentido, duas frentes de atuação se delinearam: o Arquivo Histórico, com a guarda, organização e revitalização de coleções documentais e o Museu do Índio, cujo objeto explicitou-se no estudo, organização e preservação da cultura material indígena. Em 1987, o NUCHIS inaugurou sua sede, em casa alugada, num bairro central da cidade. Durante, praticamente, 05 anos, neste endereço, desenvolveu seus projetos de pesquisa e extensão junto à comunidade.

No final deste período, dois novos setores surgiram. O primeiro, em 1992, foi a criação do Núcleo de Estudos de Gênero e Pesquisa sobre a Mulher, abrindo linhas de pesquisas interdisciplinares, com um universo diversificado como a política, a sexualidade, a educação e as representações culturais. O segundo, ainda em projeto, é a organização de um Museu de Imagem e Som, sustentado por um acervo precioso das coleções de discos, doadas, perfazendo um total aproximado de 10.000 peças.

Por fim, uma nova etapa marca a história de vida do NUCHIS, a da sua transferência para instalação própria, no Bloco 1Q, Campus Santa Mônica, em 1992. Desta feita, acreditou-se que, com uma maior infra-estrutura, poderia garantir um melhor atendimento ao público pesquisador e continuar desenvolvendo ações pautadas na adequação do Ensino-Pesquisa e Extensão imprimindo-lhes um caráter dinâmico. A partir daí o NUHCIS se transformou no Centro de Documentação e Pesquisa em História - CDHIS - com a aquisição de novas coleções, abrindo também novas áreas do conhecimento e projetos interdisciplinares.

Publicações

- Revista História e Perspectiva
- Revista Cadernos de História

Na Universidade Estadual Paulista, Câmpus de Assis o trabalho na Pós-Graduação tem sido executado em colaboração com o Departamento de História e a direção do CEDAP- Centro de Documentação de Apoio à Pesquisa e Biblioteca, visando desenvolver uma política clara de integração entre a graduação, os centros que dão suporte a rápida realização das pesquisas dos discentes e a pós-graduação. Essa integração ocorre em diferenciados níveis, inclusive na realização de eventos conjuntos tais como: a *Semana de História*, uma atividade tradicional do curso, e os *Encontros do CEDAP*.

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP)

E-mail: cedap@assis.unesp.br

Outro núcleo de integração de graduação e pós-graduação é representado pelo CEDAP (Centro de Apoio à Pesquisa), unidade auxiliar que conta com alunos de graduação que atuam como estagiários no desenvolvimento da pesquisa histórica e iniciam-se no ofício de historiador trabalhando com diferentes fontes históricas. Os resultados têm sido satisfatórios, na medida em que os alunos da graduação, que apresentam melhor desempenho, são encaminhados, sob orientação de um docente, para a elaboração de projetos de pesquisa e, posteriormente, para a pós-graduação. Muitos dos pós-graduandos são, portanto, oriundos do Curso de Graduação de História de Assis.

Gostaríamos de ressaltar que o CEDAP (Centro de Documentação e Apoio a Pesquisa), localizado no câmpus de Assis, representa um espaço privilegiado para o pesquisador e, em especial, para o pós-graduando, na medida em que aí se encontram acervos documentais valiosos. Entre outros, lembramos:

- 1.Documentação textual:

1.1. O “Fundos do Arquivo da Comarca de Assis”, sob custódia pelo Convênio entre o Tribunal de Justiça do estado de São Paulo e a Reitoria da Unesp, reúne 1.490 caixas contendo, aproximadamente, 170.000 processos.

1.2. O “Fundo José Nazareno Mimessi” consiste em relevante acervo sobre a arte primitiva brasileira. Compõe-se de 64 caixas de documentos já identificados.

1.3. O “Fundo PMA” (Prefeitura Municipal de Assis) é composto pela série impressos (Livros do Código Tributário, Código de Posturas, Decretos Leis e Orçamentos) e pela série Livros de Registros (Livros de Registros de Impostos e Taxas, Imposto Predial e Urbano, Taxa de Consumo de Água, Taxa de Limpeza de Vias Públicas, Taxa de Coleta de Lixo, Livro de Registro de Guias, Registro de Alistamento e de Assinaturas de Eleitores em eleições municipais e estaduais).

2.Arquivo:

2.1. O “Arquivo da Faculdade de Ciências e Letras de Assis” contém não só documentos variados de sua história, mas também conta com um arquivo específico de fotografias. A tipologia de documentos é muito rica e permite ao pesquisador elaborar a história do câmpus, através da sua memória. Com este acervo já foi desenvolvido um projeto de pesquisa que resultou numa dissertação de mestrado sobre o movimento estudantil no câmpus de Assis.

3.Coleções:

3.1. Coleção Canto Libertário

3.1.1. Periódicos: jornais nacionais e estrangeiros; revistas estrangeiras; jornais avulsos

4.Documentação em microforma

5.Hemeroteca; uma coleção e dois suplementos especiais

6.Documentação cartográfica

7.Arquivo sonoro

8.Arquivo tecnográfico.

Através do Programa de Aquisição de Periódicos Microfilmados, desenvolvido com apoio dos cursos de Pós-Graduação em História, Letras e Lingüística, foram adquiridos, a partir de 1996, os seguintes documentos:

1.Relatório dos Presidentes de Estados Brasileiros - São Paulo (1890/1930) – História/Apoio CAPES

2.Correio Brasiliense (1808/1882) – Letras/Apoio CAPES

3.Correio da Manhã - coleção completa; abrange o período de 1900 a 1950) – História/Apoio CAPES

4.A Festa (1927/1929 e 1934/1935) – Letras/Apoio CAPES

5.O Estado de São Paulo - O CEDAP possui a coleção referente ao período de 1875 a 1957 e o ano de 1964 – História/ Apoio CAPES.

6.Relatórios Ministeriais (Império) Ministério da Marinha - 1890/1930 – História /Apoio CAPES

7.Periódicos da imprensa negra (São Paulo) – 1923/1938 – História/Apoio CAPES

8.Vida Moderna (jul/1907-mar/1929); Revista Feminina (abr/1915 a dez/1935); Paulicéia Moderna (1916-1919) – História/Apoio FAPESP.

9.A Cigarra – 1914/1975/História - Apoio CAPES

10Veja – 1968/1996 - Doação

O CEDAP estabeleceu convênio de custódia do Arquivo da Câmara Municipal de Assis. Este acervo já foi transferido para o CEDAP, estando à disposição dos interessados.

Através do CEDAP, portanto, os pós-graduandos têm à sua disposição acervos documentais valiosos, que no seu conjunto oferecem condições para o bom andamento de suas pesquisas. Os Conselhos de Área dos Programas de Pós-Graduação do câmpus de Assis estão empenhados na aquisição constante de microfilmes da Biblioteca Nacional (RJ), segundo o perfil dos pesquisadores, docentes e discentes dos Programas de Mestrado/Doutorado, a fim de dar continuidade às coleções existentes e implementar novas.

Laboratório de Computação

Outro suporte importante para a realização do conjunto de atividades do Programa é o *Laboratório de Computação*, situado no prédio do Departamento de História. Representa um espaço fundamental para os alunos da pós-graduação realizarem suas atividades acadêmicas e, igualmente, oferece aos alunos da graduação o suporte necessário para desenvolverem seus projetos de iniciação científica ou atividades decorrentes da bolsa de monitoria, sob orientação dos professores do Departamento de História.

O laboratório oferece condições para agilizar o fluxo de aluno dentro do programa e o andamento dos diversos trabalhos exigidos pela Pós-Graduação seja da parte dos professores seja dos alunos.

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Assis

A Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras de Assis encontra-se instalada no Prédio II do Câmpus, ocupando área de 958,33 m². Teve seu início em 16 de agosto de 1958, juntamente com a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, sob a direção do Prof. Dr. Antônio Soares Amora. Em 30 de junho de 1959, foi registrada no Instituto Nacional do Livro sob o N^o R.M. 8.512. Em 03 de julho de 1967, foi registrada também no Conselho Regional de Biblioteconomia, 8^a Região sob o n^o CUn 010.

De 1958, data da instalação, até 1969, o acervo da Biblioteca se encontrava distribuído entre os Departamentos existentes na Faculdade e uma Biblioteca Central com as obras gerais e as não especializadas nos assuntos das disciplinas dos vários departamentos. Em julho de 1969, procedeu-se a unificação do acervo da Biblioteca numa única área retangular de 958,33 m², onde se encontra atualmente.

A especialidade do acervo corresponde às áreas de conhecimentos dos cursos existentes na Faculdade: Letras, História, Psicologia e Ciências Biológicas, possuindo também material bibliográfico em outras áreas, como é o caso de Filosofia, Educação, Artes, Direito. Constituem um importante complemento do acervo coleções de periódicos científicos, teses e dissertações, obras de referência, mapas, folhetos e obras raras.

O acervo atual da Biblioteca da FCL é constituído por : 62.161 volumes de publicações avulsas (livros); 1.523 títulos de periódicos (nacionais e estrangeiros); 47.786 fascículos de periódicos; 1.106 Teses e Dissertações; 2.500 Obras Raras ou Especiais; 10 Bases de dados em CD-ROM; 01 Título de revista em disquete.

A Biblioteca oferece, entre outros, os seguintes serviços: comutação bibliográfica (Brasil/Exterior); empréstimo entre Bibliotecas; levantamentos bibliográficos; orientação para uso de obras de referência; cursos de orientação bibliográfica; assessoria a atividades docentes; exposição de novas aquisições e divulgação do Boletim Bibliográfico de novas aquisições.

A informatização da rede de Bibliotecas está entre as metas prioritárias da UNESP. A Reitoria aprovou o Plano de Gestão de Qualidade da Rede de Bibliotecas da Universidade, a fim de capacitá-las para o desenvolvimento de um trabalho integrado e para o melhor desempenho de suas atribuições.

Os quinze câmpus da UNESP, distribuídos por quinze cidades do interior do Estado, serão ligados entre si por redes locais de informática que, por sua vez, se integrarão numa rede de longa distância. A partir desse sistema, o usuário de qualquer Biblioteca da rede terá à sua disposição possibilidade de consultas às bases de dados em CD-ROM das Bibliotecas da UNESP e a uma base de dados centralizada em São Paulo.

Publicações

Os trabalhos desenvolvidos pelos professores junto ao Programa de História da Unesp/Assis podem ainda ser localizados em seus veículos de divulgação tais como as revistas **HISTÓRIA** (publicada pela UNESP) e **PÓS-HISTÓRIA** - ambas indexadas internacionalmente -, esta última editada pelo Programa, com financiamento da CAPES. A primeira surgiu em 1982, a partir da fusão de *Anais de História* e *Estudos Históricos*, ambas do curso de História de Assis. Já a revista *Pós-História* nasceu em 1993 e marcou um importante momento do Programa por expressar a iniciativa do corpo discente e do então coordenador, professor José Carlos Barreiro, que resolvem, com criatividade e aguçada postura crítica, publicar um periódico que fosse capaz de aglutinar alunos e professores para sua realização, singularizando-se enquanto experiência, por estar sua direção subordinada a um aluno de pós-graduação com o suporte de um conselho editorial misto. A continuidade das publicações demonstra a vitalidade dessas propostas, notadamente a última, por configurar o trabalho integrado entre alunos e professores visando a promoção do diálogo acadêmico, interno e externo, com outros centros de pesquisa do país e do exterior.

E-mail da Pós-História – revista.pos-historia@assis.unesp.br

VI. IDENTIFICAÇÃO DAS LINHAS DE ATUAÇÃO NA ÁREA – APÓS O TÉRMINO DO PROJETO

- 1.- Consolidação do NÚCLEO DE ESTUDOS CULTURA, TRABALHO E CIDADE, do PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO, da PUC/S. Paulo sobretudo quanto à programação de atividades e rotinas de trabalho, para associar o acompanhamento diuturno da bibliografia constantemente atualizada, o exame e a discussão contínua dos trabalhos produzidos nas linhas temáticas e a manutenção dos contatos estabelecidos durante o projeto.
2. Participação reafirmada e sistematizada dos professores e pesquisadores do NÚCLEO no PROGRAMA DE PÓS DOUTORADO EM História, da PUC/S.PAULO, abrindo campo e espaço para novas perspectivas, tanto no que tange às abordagens como redefinições de outras áreas, linhas ou. Grupos de pesquisa.
3. Pela cooperação vivenciada no âmbito do projeto ampliar e divulgar, por meio da valorização do intercâmbio, a produção acadêmica dos pesquisadores das diversas equipes, tornando efetiva sua presença nas discussões da comunidade acadêmica de História e a constante participação em encontros, eventos congressos nacionais e internacionais da área.
4. Consolidação de possibilidades de melhoria da qualidade do trabalho docente das equipes envolvidas quanto à orientação e encaminhamento das suas pesquisas, como dos alunos da pós graduação que atuam nestas e em outras linhas de trabalho.
5. Contribuição para a aprovar, encaminhar e implementar Cursos de Pós Graduação *latu e stritu sensu* na Universidade Católica de Salvador
6. Garantias, por meio de Convênios de Cooperação da manutenção de políticas de pesquisa efetivas pelas definições de organização e apoio às metas de constituição de acervos e divulgação dos materiais recolhidos e registrados por instrumentos atualizados de pesquisa, nas atividades dos Centros de Documentação.
7. Concretizar oportunidades de Cooperação acadêmica que permitiram aos grupos de pesquisa, núcleos e linhas romper o isolamento e a endogenia a que se condenaram na execução de prementes tarefas, prazos e compromissos docentes pela continuidade e manutenção dos contatos estabelecidos.

8. Estímulo à publicação e edição os trabalhos realizados seja nas publicações internas como em outros veículos buscando a divulgação da produção acadêmica dos vários Programas, se esforçando no buscar a publicação de dissertações e teses defendidas, bem como coletâneas, traduções e outros resultados de investigação.
9. Consolidação e melhoria da qualidade acadêmica dos Programas de Po's Graduação pelo cumprimento dos objetivos e metas do presente projeto.

VII. RESUMO E CRONOGRAMA DAS MISSÕES DE TRABALHO

ANO/ SEMESTRE	UFU	UNESP/ASSIS	UCSAL	TOTAIS
I Semestre de 2001/ maio PUC/SP	Seminário PROCAD I 2 Prof.	Seminário PROCAD I 2 Prof.	Seminário PROCAD I 2 Prof.	4 passagens aéreas e 2 terr. -84 diárias/SP
II Semestr de 2001 -em Salvador (SSA) e Uberlândia	Seminário 2-A 1 prof.eq.lider	Participa Semi- nário em SSA 1 professor	Seminário 3-B 1 prof.eq.lider	3 passagens aéreas -42 diárias/ sen- do 28 em SSA e 14 UDI
II Semestre 2001	Seminário 4 1 pof.equipe líder			1 passagem Aérea e 14 diárias
I Semestre 2002		Seminário 5 1prof.eq.lider	Seminário 6 L prof.eq.líder	2 passagens aéreas e 28 diárias
II Semestre 2002	Seminário 7 1 prof.eq.lider	Participa Seminá- Rio em UDI	Seminário 8 1 PROF.LIDER	3 passagens aéreas e 63 diárias
I Semestre 2003	Seminário	SEMINARIO	Seminário	4 passagens

PUC/SP Fevereiro	PROCAD II - 9 2 professores -	PROCAD II – 9 2 professores	PROCAD II –9 2 professores	aéreas e 2 terra 84 diárias
I e II Semestre de 2003	Seminário 10 1 prof.eq.lider	Seminário 11 1 prof.eq.lider	Seminário 12 1 prof. Eq.lider	2 passagens 2reas e 1 terr

VIII. BIBLIOGRAFIA

ACERVO, Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, V. 6, no 1/2, Jan/Dez, 1993.

ALBERTI, Verena. *HISTÓRIA ORAL, A EXPERIÊNCIA DO CPDOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.

AMADO, Janaína. “O GRANDE MENTIROSO: TRADIÇÃO, VERACIDADE E IMAGINAÇÃO EM HISTÓRIA ORAL”, em *HISTÓRIA*, Revista do Departamento de História, UNESP, Assis, São Paulo, vol. 14, 1995, pp.125-136.

ARANTES, Antonio Augusto (org.) *PRODUZINDO O PASSADO: ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL*. São Paulo: Brasiliense/CONDEPHAAT, 1984

ARAÚJO, Angela M. (org.). *TRABALHO, CULTURA E CIDADANIA*, São Paulo, Scritta, 1997.

ARAÚJO, Hermetes Reis de (org.). *TECNOCIÊNCIA E CULTURA: ENSAIOS SOBRE O TEMPO PRESENTE*, São Paulo, Estação Liberdade, 1998.

ARGAN, Giulio Carlo. *HISTÓRIA DA ARTE COMO HISTÓRIA DA CIDADE*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AYALA, Maria Ignez. *NO ARRANCO DO GRITO, ASPECTOS DA CANTORIA NORDESTINA*, São Paulo, Ática, 1988.

BENJAMIN, Walter. *MAGIA E TÉCNICA, ARTE E POLÍTICA*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BENJAMIN, Walter. *RUA DE MÃO ÚNICA*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLANC, Lúcia. *UM RIO DE CULTURAS: VOZES DA CIDADE*, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Assessoria de Projetos Especiais, 1996.

- BOLLÈME, Geneviève. *O POVO POR ESCRITO*, São Paulo, Martins Fontes, 1988.
- BOLLE, Willi. *FISIOGNOMIA DA METRÓPOLE MODERNA*. São Paulo, EDUSP, 1994.
- BORNHEIM, Gerd *et alli*. *TRADIÇÃO E CONTRADIÇÃO. Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./FUNARTE, 1987.
- BOSI, Ecléia. *MEMÓRIA E SOCIEDADE; LEMBRANÇAS DE VELHOS*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRESCIANI, M. Stella (org.) *IMAGENS DA CIDADE*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1994.
- CAHIERS DE LITTÉRATURE ORALE, INALCO (Institut national des langues e civilisations orientales), Paris, Maison des Sciences de l'Homme, Publications Langues'O.
- CALVINO, Italo. *AS CIDADES INVISÍVEIS*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *CONSUMIDORES E CIDADÃOS*. Ed. UERJ. Rio de Janeiro. 1997..
- CANCLINI, Nestor Garcia. *CULTURAS HÍBRIDAS*. EDUSP. Sao Paulo.1997.
- CARVALHO, M. Alice Rezende de *QUATRO VEZES CIDADE*. Rio de Janeiro, Sete Letras Ltda., 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A INVENÇÃO DO QUOTIDIANO*. Artes de fazer. Petropolis. Ed. Vozes. 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A INVENÇÃO DO QUOTIDIANO*. Morar, cozinhar. Petropolis. Ed. Vozes. 1997.
- CHALHOUB, Sidney. *CIDADE FEBRIL: CORTIÇOS E EPIDEMIAS NA CORTE IMPERIAL*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- CHALHOUB, Sidney. *TRABALHO, LAR E BOTEQUIM*. São Paulo: Brasiliense, 1986
- CHOAY, Françoise. *O URBANISMO*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979
- CIDADANIA/ .REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO NACIONAL*, n. 24, Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.
- CIDADE./ REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO NACIONAL*, n.23, Rio de Janeiro, IPHAN, 1994.
- CLARKE, John e RICHARD, John. *WORKING CLASS CULTURE, STUDIES IN HISTORY AND THEORY*. London: Hutchinson P. Group, 1980.
- CONNERTON, Paul. *COMO AS SOCIEDADES RECORDAM*. Oeiras: Celta Editora, 1993.
- CORBIN, Alain. *L'AVÈNEMENT DES LOISIRS, 1850-1960*, Paris, Aubier, 1995.
- CORBIN, Alain. *SABERES E ODORES: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- CORBIN, Alain. *O TERRITÓRIO DO VAZIO*. Cia das Letras. S. Paulo.1995.
- DAMATTA, Roberto. *A CASA E A RUA: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

- DAVIS, Natalie Zemon. *CULTURAS DO POVO*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O DIREITO À MEMÓRIA: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CIDADANIA*, São Paulo: SMC, 1992.
- ESPACES et SOCIÉTÉS. *Révue Scientifique Internationale*, Paris, l'Harmattan.
- ESPAÇO & DEBATES. *Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos - NERU*, São Paulo.
- ESTUDOS HISTÓRICOS. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV.
- FENELON, Déa Ribeiro. "*Cultura e História Social*". in: *PROJETO/HISTÓRIA*, n. 10, PUC/SP, 1994.
- FENELON, Déa Ribeiro. "*O Historiador e a Cultura Popular: História de Classe ou História do Povo?*", em *Revista PROJETO-HISTÓRIA*, n. 4, São Paulo: EDUC, 1991, pp. 5-23.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *HISTÓRIA ORAL E MULTIDISCIPLINARIDADE*, Rio de Janeiro: Diadorim, 1994.
- FABRIS, Annateresa (org.). *MONUMENTO À RAMOS DE AZEVEDO. DO CONCURSO AO EXÍLIO*. Campinas, Mercado de Letras, 1997.
- FERRAZ DE LIMA, Solange e Vânia Carneiro de Carvalho. *FOTOGRAFIA E CIDADE: DA RAZÃO URBANA À LÓGICA DO CONSUMO*. Albus de São Paulo (1887-1954). Campinas. S.P. Mercado de Letras. 1997
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O PATRIMÔNIO EM PROCESSO*. Rio de Janeiro, UFRJ/MINC/IPHAN, 1997.
- FOTOGRAFIA. *REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL*. Rio de Janeiro. IPHAN.n.27, 1998.
- FRAGA FILHO, Walter. *MENDIGOS, MOLEQUES E VÁDIOS NA BAHIA DO SÉCULO XIX*, São Paulo, HUCITEC, 1996.
- FRANCASTEL, Pierre. *IMAGEM, VISÃO E IMAGINAÇÃO*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
- FRANCASTEL, Pierre. *PINTURA E SOCIEDADE*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.
- FRISCH, Michael. *A SHARED AUTHORITY, essays on the craft and meaning of oral history and public history*, New York: State University of New York Press, 1990.
- HISTÓRIA, ANTROPOLOGIA Y FUENTE ORAL. *Revista semestral del Seminario de Historia Oral del Departamento de Historia Contemporánea de la Universidad de Barcelona y del Arxiu Històric de la Ciutat*. Barcelona, Espanha.
- HISTORY WORKSHOP. Londres.
- HOGGART, Richard. *AS UTILIZAÇÕES DA CULTURA*, Lisboa, Presença, 1973.
- JAMESON, Frederic. *ESPAÇO E IMAGEM. TEORIAS DO PÓS-MODERNO E OUTRAS IMAGENS*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. *UMA CIDADE EM TRANSIÇÃO - SANTOS 1870-1913*, São Paulo, Hucitec, 1996.

LEITE LOPES, José S. (Org.). *CULTURA & IDENTIDADE OPERÁRIA*. São Paulo, Marco Zero/UFRJ, 1987.

LES ANNALES DE LA RECHERCHE URBAINE. Paris: SPPU/METT.

LE GOFF, Jacques. *MEMÓRIA-HISTÓRIA*, Enciclopédia Einaudi, vol. 1, Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LOWENTHAL, David. “*Como conhecemos o passado*”, em PROJETO-HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, n. 17, novembro/98, *Trabalhos da Memória*, pp. 63-201.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. (org.) *PAISAGENS URBANAS*. São Paulo.1996.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. *FESTA NO PEDAÇO*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NEVES, Magda. *TRABALHO E CIDADANIA*, Rio de Janeiro, Vozes, 1993.

NORA, Pierre. *LES LIEUX DE MEMOIRE*. Paris: Editions Galimard, 1984.

PASSERINI, Luiza. “*Mitobiografia em História Oral*”, em PROJETO-HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, n. 10, dez/1993, pp. 29-40.

PECHMAN, Robert Moses (org.). *OLHARES SOBRE A CIDADE*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *PAISAGENS URBANAS*, São Paulo, SENAC/Marca d’Água, 1996.

PERKS, Robert & THOMSON, Alistair . *THE ORAL HISTORY READER*, London, USA, Canada, Routledge, 1998.

PERROT, Michelle. *OS EXCLUÍDOS DA HISTÓRIA: OPERÁRIOS, MULHERES E PRISIONEIRO*S. Tradução de Denise Bottman, Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988.

PORTELLI, Alessandro. *THE BATTLE OF VALLE GIULIA-ORAL HISTORY AND THE ART OF DIALOGUE*, Madison: The University of Wsconsin Press, 1997.

PORTELLI, Alessandro. *THE DEATH OF LUIGI TRASTULI, FORM AND MEANING IN ORAL HISTORY*, USA: State University of New York, 1991.

PORTELLI, Alessandro. “*A filosofia e os fatos, narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*”, em TEMPO, revista do Departamento de História da UFF, n. 2 , dez. 1996, pp. 53-72.

PORTELLI, Alessandro. “*Sonhos Ucrônicos, memórias e possíveis mundos dos trabalhadores*”, em PROJETO-HISTÓRIA, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, n. 10, dez/1993, pp. 41-58.

PROJETO HISTÓRIA, nº12. *DIÁLOGOS COM E. P. THOMPSON*, São Paulo, EDUC, 1995.

PROJETO-HISTÓRIA, , Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, n. 15, abril 1997, *Ética e História Oral*.

PROJETO HISTORIA, nº16. *CULTURA E TRABALHO*, São Paulo, EDUC, 1998.

PROJETO-HISTÓRIA, , Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, n. 17, novembro/98, *TRABALHOS DA MEMÓRIA*.

RAMA, Angel. *A CIDADE DAS LETRAS*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, João José. *A MORTE É UMA FESTA*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, nº11. *SOCIEDADE E TRABALHO NA HISTÓRIA*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1985.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, nº12. *TERRA E PODER*. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1986.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, nº14. *INSTITUIÇÕES*, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1987.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. *MEMÓRIA, HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA*, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 13, n. 25/26, set.92/ago.93.

REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-ARTÍSTICO NACIONAL, Rio de Janeiro

REVISTA TEMPO BRASILEIRO, Rio de Janeiro:

- n.132 – CIDADE E LITERATURA, jan.mar.1998.
 - n. 116 – HOMEM, CIDADE E NATUREZA, jan.mar.1994.
 - n. 85 – CIDADE, FICCOES. Abril-jun.1986.
- REZENDE, Antonio Paulo. (DES)ENCANTOS MODERNOS. HISTÓRIAS DA CIDADE DE RECIFE NA DÉCADA DE VINTE. Recife, FUNDARTE, 1997.

ROLNIK, Raquel. *A CIDADE E A LEI: LEGISLAÇÃO, POLÍTICA URBANA E TERRITÓRIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO*. Stúdio Nobel/FAPESP. São Paulo. 1997.

RONCAYOLO, Marcel e PAQUOT, Thierry (dirs.). *VILLES & CIVILISATION URBAINE. XVIII - XX SIECLE. Textes Essentiels*. Paris: Larousse, 1992.

ROUDAUT, Jean. *LES VILLES IMAGINAIRES DANS LA LITTERATURE FRANÇAISE*. Paris: Hatier, 1990.

RYBCSZINSCKY, Witold. *VIDA NAS CIDADES*. Rio de Janeiro. Record. 1996.

RYBCSZINSCKI, Witold. *VIDA NAS CIDADES: EXPECTATIVAS URBANAS NO NOVO MUNDO*, Rio de Janeiro, Record, 1996 .

SAMUEL, Raphael. “*História Local, História Oral*”, em REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.9, n.19, set.89/fev.90, pp. 219-243.

SAMUEL, Raphael. *HISTORIA POPULAR Y TEORIA SOCIALISTA*. Barcelona, Grijalbo, 1984.

SAMUEL, Raphael. “*Teatros da Memória*”, em PROJETO-HISTÓRIA, n. 14, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP, São Paulo: EDUC, 1997, pp. 41-81.

SANTANA, Charles D'Almeida. *FARTURA E VENTURA CAMPONESAS, trabalho, cotidiano e migrações; Bahia, 1950-1980*, São Paulo, ANNABLUME, 1998.

SANT'ANNA, Denise B. de. *O PRAZER JUSTIFICADO, HISTÓRIA E LAZER, SÃO PAULO, 1969/1979..* São Paulo, Marco Zero, 1994.

SANT'ANNA, Denise B. de. *POLÍTICAS DO CORPO*. São Paulo, Estação Liberdade, 1995.

SARLO, Beatriz. *UNA MODERNIDAD PERIFERICA*. Buenos Aires.Ed.Nueva Vision.1988.

SARLO,Beatriz.*CENAS DA VIDA PÓS MODERNA, INTELECTUAIS,ARTE E VÍDEO:CULTURA NA ARGENTINA*.Rio de Janeiro.UFRJ.1997.

SARLO, Beatriz. *PAISAGENS IMAGINÁRIAS*. São Paulo, EDUSP, 1997.

SENNETT, Richard. *CARNE E PEDRA. O CORPO E A CIDADE NA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL*. Rio de Janeiro, Record, 1997.

SENNETT, Richard. *LA VILLE A VUE D'OEIL. URBANISME ET SOCIETE*. Paris: PLON, 1992.

SIMSON, Olga de Moraes Von (org.). *OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA HISTÓRIA ORAL*, Campinas, UNICAMP/CMU/ABHO, 1996.

STEDMAN JONES, Gareth. *LANGUAGES OF CLASS: STUDIES IN ENGLISH WORKING CLASS HISTORY*, Cambridge: University Press, 1983.

SUSSEKIND, Flora. *AS REVISTAS DE ANO E A INVENÇÃO DO RIO DE JANEIRO*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.

THOMPSON, E. P. *A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA*. Tradução de Denise Bottman, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *SENHORES & CAÇADORES*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. *A MISÉRIA DA TEORIA*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

_____. *TRADICIÓN, REVUELTA Y CONSCIENCIA DE CLASE*. Barcelona, Crítica, 3ª ed., 1989.

_____. *COSTUMES EM COMUM. ESTUDO SOBRE A CULTURA POPULAR TRADICIONAL*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A VOZ DO PASSADO: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. *ANZAC MEMORIES*, Austrália: Oxford University Press, 1994.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *AS TRADIÇÕES POPULARES NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA*. Rio de Janeiro: FUNARTE/Instituto Nacional do Folclore, 1988.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *MODERNISMO NO RIO DE JANEIRO*, Rio de Janeiro, FGV, 1996.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *MÁRIO LAGO. BOEMIA E POLÍTICA*. Rio de Janeiro, FGV, 1997.

VIGARELLO, Georges. *LE PROPRES ET LE SALES: L'HYGIENE DU CORPS DEPUIS LE MOYEN ÂGE*. Paris: Seuil, 1985.

VIGARELLO, Georges. *SAIN ET MALSAIN: HISTOIRE DES PRATIQUES DES SANTÉS DEPUIS LE MOYEN ÂGE*. Paris: Seuil, 1994.

VIRILO, Paul. *O ESPAÇO CRÍTICO*. Rio de Janeiro. Ed.34.1993.

VIRILO, Paul. *VELOCIDADE E POLÍTICA*. Rio de Janeiro.Ed.34.1996.

WILLIAMS, Raymond. *O CAMPO E A CIDADE NA HISTÓRIA E NA LITERATURA*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

WILLIAMS, Raymond. *MARXISMO E LITERATURA*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

ZALUAR, Alba e Marcos Alvito (org.) *UM SÉCULO DE FAVELA*.Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas.Ed. 1998.